

Demonstrações Financeiras da
Administração da Eletrobras Furnas
2014



Eletrobras
Furnas



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2014

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Conselho de Administração

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Flávio Decat de Moura
Mauro de Mattos Guimarães
João Guilherme Rocha Machado
Francisco Romário Wojcicki
Vladimir Muskatirovic

Diretoria Executiva

Flávio Decat de Moura
Diretor-Presidente

Cesar Ribeiro Zani

Diretor de Operação e Manutenção

Luis Fernando Paroli Santos

Diretor de Administração

Nilmar Sisto Foletto

Diretor de Finanças

Olga Côrtes Rabelo Leão Simbalista

Diretora de Gestão de Novos Negócios e de Participações

Flávio Eustáquio Ferreira Martins

Diretor de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Encerrado o ciclo de grandes mudanças iniciado em 2011, Furnas seguiu firme na direção do crescimento sustentável em 2014, exercício marcado pelo avanço e consolidação de diversas ações empresariais estruturantes e estratégicas voltadas ao enfrentamento dos desafios trazidos pela evolução do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro.

Em 2014, solidificou-se a estratégia empresarial concebida para Furnas, baseada no tríplice Eficiência Operacional, Adequação ao Novo Modelo Regulatório e Crescimento Sustentável, que tem orientado todas as ações da Diretoria Executiva, podendo ser traduzida por meio de programas de treinamento de pessoal, planos de investimento em reforços e melhorias no parque de geração e transmissão, políticas de gestão de parcerias e de participação em leilões, bem como medidas de enquadramento aos contornos do novo modelo regulatório.

Com respeito a este último ponto, após o sucesso do PRO-Furnas, projeto de reestruturação organizacional encerrado em 2013, Furnas deu início a sua segunda etapa, o PRO-Furnas II, implementando uma série de iniciativas de otimização de processos que proporcionaram, em 2014, apropriação definitiva de economia de R\$ 156 milhões com pessoal próprio e não efetivos, 44% da meta a ser atingida pelo projeto.

Em paralelo, foi elaborado o quadro qualiquantitativo de referência, com a visão de futuro do quadro de pessoal da companhia e com iniciativas para atingi-lo de forma gradual e sem impactos desnecessários na força de trabalho. Ainda no âmbito da reestruturação, destaca-se a bem-sucedida implantação do Centro de Serviços Compartilhados, dentro das melhores práticas de mercado e de forma inédita nas empresas do sistema Eletrobras.

Consciente de que Furnas é uma empresa controlada pela Eletrobras e, portanto, indiretamente pela União e que atua em um setor cujas atividades causam impactos significativos nas comunidades que com elas interagem, a atual administração sempre pautou sua conduta pela total transparência. A orientação é ir além das exigências da legislação no que diz respeito à comunicação com seus públicos de interesse, divulgando toda e qualquer informação que julgue relevante no que tange à atuação empresarial.

Na mesma linha, no afã de antecipar-se a demandas de acionistas, do mercado e da sociedade, a empresa vem aprimorando seus mecanismos de governança corporativa, para que as decisões empresariais sejam tomadas dentro das melhores práticas, em conformidade com controles internos, gestão de riscos e dentro da máxima transparência. Neste sentido, está prevista para o exercício de 2015 a criação de nova unidade organizacional, exclusivamente dedicada a esta matéria.

Se 2013 foi marcado por grande expansão da carteira de participações de Furnas em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) de geração e transmissão, por meio de vitórias importantes em leilões de novos empreendimentos, 2014 caracterizou-se pela busca perseverante da consolidação deste portfólio. Para tanto, grande ênfase tem sido dada ao aperfeiçoamento da gestão de participações, visando garantir que os respectivos empreendimentos sejam capazes de prover ao investidor o retorno previsto no plano de negócio.

Este caminho, todavia, não foi livre de percalços. Em 2014, a Madeira Energia S.A. (MESA), SPE responsável pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, maior empreendimento com participação de Furnas, foi obrigada a liquidar operações de venda de energia no mercado de curto prazo, em um momento de preços altos. Tal operação gerou perdas, eventualmente cobertas via aportes dos sócios, o que, evidentemente, trouxe a Furnas prejuízos com os quais a empresa não contava e que exigiram esforço adicional para minimização do impacto nas atividades da empresa.

Apesar do ano difícil, Furnas já demonstrou recuperação financeira, fechando 2014 com Lucro Bruto de R\$ 839,804 milhões, revertendo o resultado negativo obtido no exercício anterior. No entanto, os efeitos do déficit na geração das hidrelétricas, conhecido pela sigla GSF (Generation Scaling Factor) e o Fator de Indisponibilidade (FID), que atingiram algumas investidas, em especial a MESA, produziram impacto negativo no resultado final da empresa.

Toda grande empresa passa por desafios. Não poderia ser diferente com Furnas, que já nasceu com um grande desafio, o de erguer, na década de 50, a então maior usina hidrelétrica do País, a Usina de Furnas, marcando a trajetória de sucesso, pioneirismo e expertise da companhia. Neste cenário adverso, de tempos difíceis para todo o setor elétrico brasileiro, porém, estamos confiantes de que estão sendo dados passos cruciais em direção a um futuro de renovação e prosperidade.

Viva Furnas!

PERFIL DA EMPRESA

Furnas é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, cujo principal acionista é a União. Desta forma, caracteriza-se também como empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Foi criada em 28 de fevereiro de 1957, pelo Decreto nº 41.066, para construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão associado, interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia.

Integram seu parque gerador 27 usinas, próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais: a) 19 são hidrelétricas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 7 em regime de SPE, com potência instalada total de 13.902 MW; b) 3 são eólicas em regime de SPE, com potência instalada total de 10,3 MW; e d) 2 são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque gerador supre 14.629 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 10.888 MW.

O parque transmissor concentra 24.140 km de linhas, das quais 4.233 km sob a forma de SPE, possuindo ainda 68 subestações, com capacidade de transformação total de 118.243 MVA, já incluídos 14.875 MVA referentes a 18 subestações de SPEs.

A excelência em Operação e Manutenção credenciou a empresa a se engajar em novos projetos, como a Linha de Transmissão Coletora Porto Velho-Arapaqua II, mais conhecida como Linhão do Madeira, maior do mundo em corrente contínua, cujas obras foram concluídas em 2013.

No exercício de 2014, a empresa envolveu-se em novos projetos de transmissão, com destaque para sua participação na implantação da linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará para o Sudeste a energia da usina de Belo Monte, em construção no estado do Pará.

A médio prazo, por iniciativas com participação de Furnas, o sistema elétrico do País verá sua capacidade ampliada com a entrada em operação das próximas unidades geradoras da UHE Santo Antônio e com a construção de mais duas novas usinas hidrelétricas e 48 parques eólicos, totalizando 4.890 MW de potência instalada adicional, fruto de investimentos próprios e de parcerias com a iniciativa privada. Adicionalmente, a empresa participa da construção de 14 novas subestações e de aproximadamente 3 mil km de novas linhas de transmissão, bem como realiza obras de ampliação em instalações existentes.

Ao longo do exercício de 2014, Furnas investiu um total de R\$ 2.308 milhões, dos quais R\$ 849 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 1.459 milhões em SPEs nas quais possui participação. A produção de energia foi de 42.186 GWh, dos quais 25.149 GWh gerados por usinas próprias, afetadas ou não pela Lei nº 12.783/2013, e 17.037 GWh por usinas de investidas.

O desempenho de Furnas ao final do exercício evidenciou EBTIDA ajustado individual de R\$ 1.047 bilhão e prejuízo da ordem de R\$ 406 milhões. Este resultado sofreu o impacto da escassez de chuvas, que diminuiu a capacidade hídrica de geração, provocando acentuada elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e, por consequência, obrigando a empresa e suas investidas de negócios de geração, em especial a MESA, a grandes dispêndios para aquisição de energia no mercado spot de forma a honrar seus contratos.

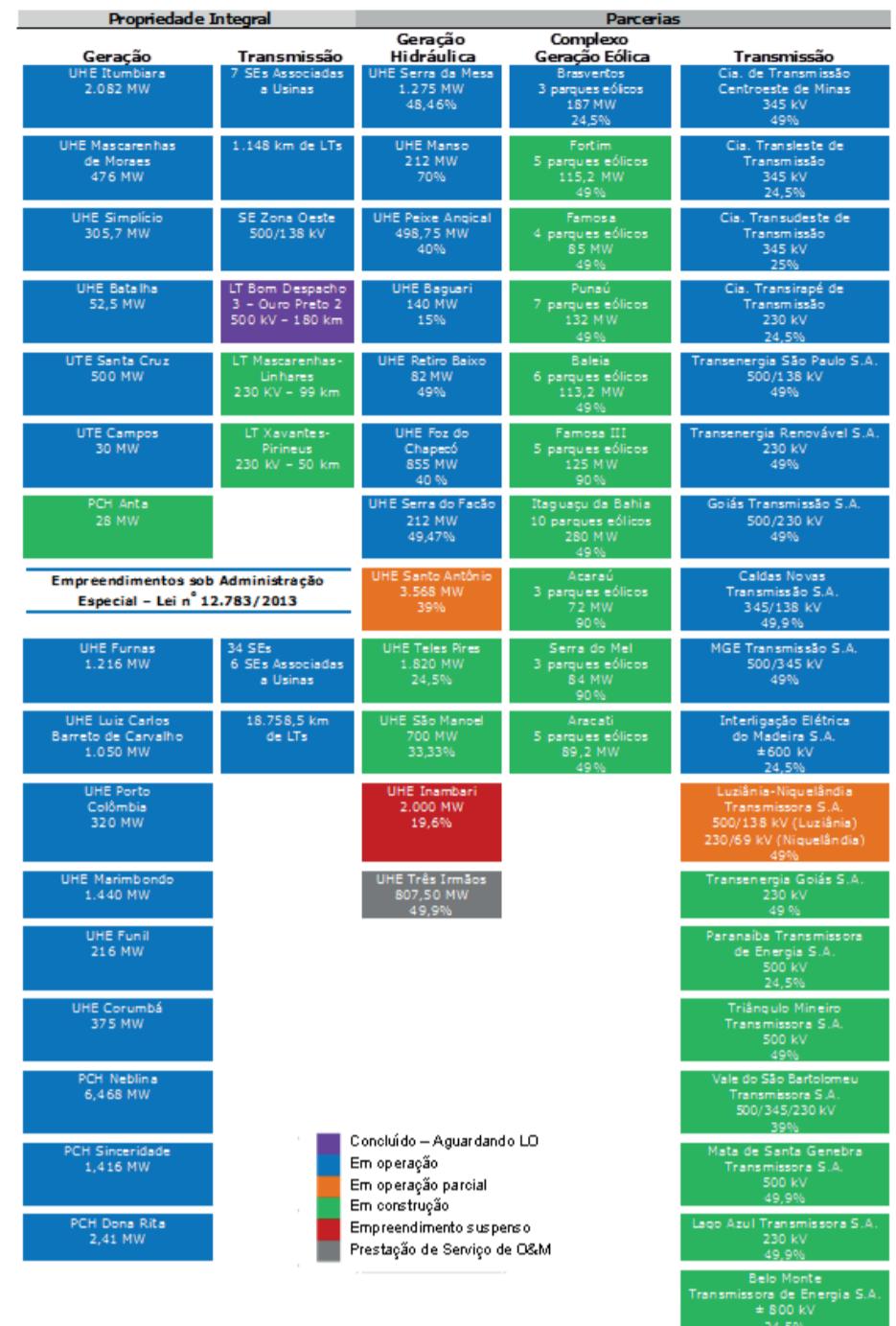
Além de responsável pela Operação e Manutenção (O&M) de grande parte destes empreendimentos, a empresa atua, ainda, na comercialização de energia elétrica, tendo efetuado, em 2014, a compra de 3.332 GWh e a venda de 40.561 GWh, em total comercializado de 43.893 GWh.

Quanto à força de trabalho, Furnas vem ajustando seu quadro para um novo contexto setorial. A empresa conta, ao final do exercício de 2014, com 3.517 empregados efetivos e 1.330 não efetivos, contra 3.547 e 1.339, respectivamente, no exercício anterior.

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e pelo respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades. A empresa também mantém programas de preservação da biodiversidade, de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural e de uso racional da energia, além de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

Na figura a seguir, são representados, na posição de 31 de dezembro de 2014, todos os empreendimentos de Furnas, próprios e em parceria, estes últimos com informação do respectivo percentual de participação:

Mapa de Empreendimentos



CENÁRIO SETORIAL

Segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil atingiu 473,4 TWh em 2014, com alta de 2,2% em relação a 2013, a menor expansão registrada desde 2009, consequência do impacto negativo da crise econômica mundial. Em 2014, o setor industrial foi o principal responsável pelo baixo crescimento do consumo, tendo marcado 178 TWh, queda de 3,6% relativa ao ano anterior. Por outro lado, a categoria comercial atingiu 89 TWh, apresentando a maior taxa de crescimento (7,3%) dentre as classes de consumo. As residências também mantiveram consumo elevado, alcançando 132,1 TWh, acréscimo de 5,7% em relação ao registrado em 2013. Tanto a classe residencial quanto a comercial foram impactadas, de forma adversa, pela elevação das temperaturas nas regiões Sul e Sudeste, especialmente no 1º trimestre do ano.

Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou três Leilões de Energia Nova, que irão agregar cerca de 7,6 GW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) no período de 2017 a 2019. No Leilão de Energia de Reserva foram negociados, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), pela primeira vez, montantes de energia provenientes de fonte solar, totalizando 889 MW. A Aneel realizou, ainda, leilão da UHE Três Irmãos, cuja concessão expirou e que foi devolvida à União por seu concessionário anterior por não concordar com a renovação nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Para 2015, estão previstos diversos Leilões de Energia Nova e Transmissão, para atender ao crescimento previsto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), de cerca de 4,0% a.a., na demanda por energia elétrica para os próximos dez anos.

Nos cinco primeiros anos, há previsão de licitação de diversos empreendimentos hidrelétricos, que agregarão 14,7 GW ao SIN.

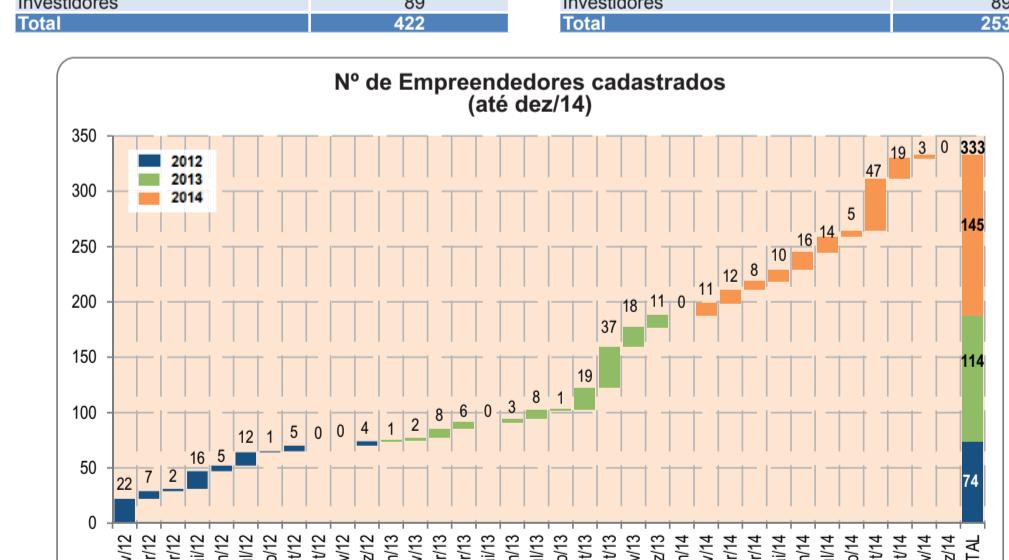
No horizonte decenal, estão previstos investimentos de R\$ 301 bilhões, sendo R\$ 223 bilhões para geração de energia e R\$ 78 bilhões para transmissão. Na geração, o destaque deverá ser a UHE São Luiz de Tapajós, com potência instalada de 8.040 MW. A transmissão tem como destaque o bipe de integração da UHE Belo Monte ao SIN, com capacidade de transmissão de 4 GW e 2.440 km de extensão.

CHAMADA PÚBLICA

Com relação a novos negócios, em decorrência de sua condição de empresa de economia mista e da busca de transparência na prospecção de novas oportunidades, Furnas passou a praticar a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios como mecanismo de seleção de potenciais parceiros.

Em dezembro de 2014, a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios registrava 89 cadastros ativos de investidores interessados em parcerias para os leilões de transmissão e geração em diversas fontes, bem como 333 cadastros ativos de empreendedores, dos quais destacadavam-se 144 projetos eólicos e 112 de energia solar. No total, cerca de 19.000 MW em projetos inscritos para participação em leilões de geração hidráulica, térmica convencional, térmica à biomassa, eólica, solar e via resíduos sólidos, conforme ilustrado nos quadros a seguir:

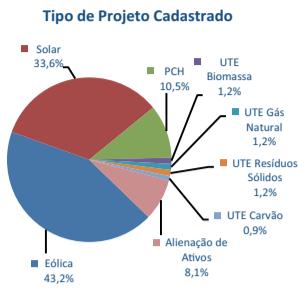
Resumo dos Cadastros – Empreendedores		Número de Empresas Cadastradas	
Tipo de Cadastro	Nº de Cadastros	Tipo de Cadastrado	Nº de Cadastrados
Empreendedores	333	Empreendedores	164
Investidores	89	Investidores	89
Total	422	Total	253





Energia que impulsiona o Brasil

Empreendedores		
Tipos de Projeto	Nº de Cadastros	%
Geração	306	91,9
Eólica	144	43,2
Solar	112	33,6
Requebra Central Hidrelétrica (PHC)	35	10,5
UTE Biomassa	4	1,2
UTE Gás Natural	4	1,2
UTE Resíduos Sólidos	4	1,2
UTE Carvão	3	0,9
Alienação de Ativos	27	8,1
Linha de Transmissão e/ou Subestação	2	0,6
Eólica	14	4,2
PHC	7	2,1
Hidrelétrica	3	0,9
Solar	1	0,3
Total	333	100,0



AMBIENTE REGULATÓRIO

A Lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, entre outras providências, impôs desafios às concessionárias para adaptação ao novo modelo regulatório. Tal como em 2013, os impactos da referida Lei continuaram a permear as atividades da Agenda Regulatória do Setor Elétrico no ano de 2014. Segue breve descrição dos atos normativos da Aneel com relevância face às atividades de Furnas no ano de 2014.

Resoluções Normativas Aneel 596/2013 e 589/2013

De acordo com a regulamentação da Lei nº 12.783/2013, ficou garantida às concessionárias com empreendimentos prorrogados indenização do valor dos investimentos de bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, estabelece critérios e procedimentos para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados relativos a aproveitamentos hidrelétricos cujas concessões foram prorrogadas, ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O valor da parcela dos investimentos vinculados aos bens alcançados por esta Resolução deve ser calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR) e considerará a depreciação e amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação e até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A forma de pagamento da parcela assim calculada deve ser definida pelo poder concedente, que poderá resarcir a concessionária por meio de indenização ou reconhecimento do valor devido na base tarifária.

As usinas de Furnas com concessão prorrogada segundo a Lei nº 12.783/2013 são: Corumbá I, Estreito, Funil, Furnas, Porto Colônica e Marimbondo.

Para as concessionárias de transmissão que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013, a Resolução Normativa Aneel nº 589, de 10 de dezembro de 2013, estabelece critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão consideradas não depreciadas e existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica Sistema Existente / Parcela da RAP Referente às Instalações de Transmissão Classificadas como DIT - RBSE/RPC), para fins de indenização.

Leilão da UHE Três Irmãos

A Lei nº 12.783/2013 permitiu a prorrogação, a critério do poder concedente, das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e determinou que as concessões não prorrogadas fossem licitadas na modalidade leilão ou concorrência.

A concessão da UHE Três Irmãos, detida pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp), expirou em novembro de 2011 e não foi renovada pela empresa nos termos da referida Lei. A usina foi a primeira hidrelétrica licitada pela Aneel dentre aquelas cujos concessionários não aceitaram a proposta de renovação.

O certame do Leilão da UHE Três Irmãos (Leilão Aneel 002/2014) ocorreu em 28 de março de 2014. O Consórcio Novo Oriente, formado por Furnas, com participação de 49,9%, e FIP Constantinopla, com 50,1%, disputou a concessão e sagrou-se vencedor, constituindo posteriormente a Sociedade do Propósito Específico Tijóo Participações e Investimentos S.A. O atual cotista do FIP Constantinopla é a Triunfo Participações e Investimentos.

Resolução Normativa Aneel 642/2014

A principal diferença conceitual introduzida pela Lei nº 12.783/13, e que afeta os geradores hidráulicos que renovaram suas concessões, ou que venham a arrematar concessões nos termos da referida Lei, é que não mais praticarão preço, mas sim receberão uma tarifa para a adequada prestação do serviço.

A tarifa inicial definida pelo poder concedente objetiva assegurar recursos para que o agente opere a usina dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela regulamentação vigente. Esta tarifa, entretanto, não cobre investimentos adicionais que precisem ser realizados nas instalações para mantê-las adequadas ao exercício da atividade. Trata-se de empreendimentos antigos que, em muitos casos, precisarão passar por obras de revitalização para garantir a qualidade e atualidade da produção de energia elétrica, compreendendo a modernização de equipamentos e instalações e sua conservação.

Para tanto, a Resolução Normativa nº 642/2014, de 3 de outubro de 2014, estabelece critérios e procedimentos para realização de investimentos que serão considerados no cálculo das tarifas de aproveitamentos hidrelétricos alcançados pela Lei nº 12.783/2013, quando da realização de ampliações e melhorias.

Além das usinas que tiveram sua concessão renovada nos termos da Lei nº 12.783/2013 e da UHE Três Irmãos, são regidas pelo novo regramento as concessões de usinas para as quais Furnas foi designada prestadora de serviços temporária, as PCHs Dona Rita, Neblina e Sinceridade.

Medida Provisória nº 641 - Leilões de Energia Existente

Em 2014, foi necessário promover Leilões de Energia Existente adicionais aos já previstos na legislação, visando reduzir a exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica em um momento de alta do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), o que exigiu que o Governo Federal publicasse nova medida provisória e novo decreto, os quais modificaram respectivamente a lei e o decreto que haviam estabelecido o modelo comercial do Setor Elétrico.

A Medida Provisória nº 641, de 21 de março de 2014, cuja eficácia teve fim em 21 de julho do mesmo ano, alterou a Lei nº 10.848/2004, dispondo sobre a comercialização de energia elétrica e possibilitando que a entrega da energia proveniente de empreendimentos de geração existentes ocorresse no mesmo ano de sua licitação. Em razão desta alteração legal, o Poder Executivo modificou o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamentava a comercialização de energia no Sistema Interligado Nacional e que só permitia leilões A-1 para a energia existente, com entrega a partir do ano subsequente à licitação.

Assim, foram promovidos, em 2014, dois Leilões de Energia Existente, em que Furnas negociou sua energia a preços que restabeleceram sua receita líquida de compra e venda de energia aos patamares anteriores à edição da MP nº 579/2012.

No 13º Leilão de Energia Existente (denominado "A"), realizado em 30 de abril de 2014, a empresa negocou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) por quantidade, com início de suprimento em 1º de maio de 2014 e término em 31 de dezembro de 2019, totalizando 531 MW médios a um preço médio R\$ 270,86 / MWh.

Em 5 de dezembro de 2012, no 14º Leilão de Energia Existente (denominado "A-1"), Furnas negocou 352 MW médios, ao preço de R\$ 201/MWh, em CCEARs por quantidade, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2017.

Indenização do Valor Residual dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

A indenização a que Furnas tem direito segundo a legislação citada e que corresponde ao valor remanescente de ativos de geração e transmissão ainda não depreciados ou amortizados na data de 31 de dezembro de 2012, relativamente às concessões prorrogadas, foi calculada em R\$ 3.622 bilhões, sendo R\$ 2.878 bilhões referentes à transmissão na Rede Básica Novas Instalações / Receita Demais Instalações de Transmissão e Instalações de Conexão (RBNI/RCDM) e R\$ 744 milhões referentes à geração.

Furnas optou por receber a indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da transmissão em parcelas, ao longo de 30 meses, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão. Por outro lado, com respeito à indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da geração, a empresa optou pelo recebimento à vista de R\$ 64 milhões referentes à UHE Marimbondo e pelo recebimento de R\$ 680 milhões, referentes à UHE Corumbá, em parcelas mensais a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo CMPC de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Ao ser publicada, a MP nº 579 somente reconheceu como indenizáveis os ativos de transmissão referentes à Rede Básica Novas Instalações (RBNI), não reconhecendo os relativos à Rede Básica Sistema Existente (RBSE), ou seja, aqueles existentes e em operação na data de 31 de maio de 2000. Posteriormente, pela edição da MP nº 591, também acolhida pela Lei nº 12.783, a Agência reconheceu o direito à indenização dos ativos referentes à RBSE.

Com a promulgação da Lei nº 12.783, em janeiro de 2013, ficou estabelecido que a indenização dos ativos referentes à RBSE se daria mediante entrega de laudo de avaliação e após apuração e ratificação da seu valor pela Aneel. Posteriormente, esta publicou, em 13 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa (RN) nº 589, estabelecendo critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Publicou, ainda, em 2 de janeiro de 2014, a RN nº 596/2013, que estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos.

Com vistas ao atendimento às referidas resoluções normativas, Furnas deu início, no âmbito da Diretoria de Finanças, ao projeto "Plano de Indenização e Gestão de Ativos", que visa apurar as devidas indenizações atreladas às prorrogações dos Contratos de Concessão de Geração e Transmissão, revalidar a base de ativos da empresa e o Relatório de Controle Patrimonial (RCP), redesenhizar os processos de gestão e constituir uma metodologia de avaliação, priorização e implementação de projetos relativos aos investimentos realizados pela empresa (investimentos prudentes).

Recuperação da Tarifa de Transmissão

O aditamento ao Contrato de Concessão de Transmissão e ao Contrato de Concessão de Geração, celebrados com o Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para prestação de serviço continuado e de qualidade, acarretou a publicação de novas Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para o sistema de transmissão e a instituição de Receitas Anuais de Geração (RAGs) para as seis usinas geradoras abrangidas no referido aditamento.

A redução acentuada na RAP, quando comparada à anteriormente praticada – R\$ 629 milhões/ano ante R\$ 2,25 bilhões/ano – levou Furnas a estudar com profundidade a metodologia aplicada pela Aneel. Dos quesitos analisados que influenciaram o novo cálculo do valor da RAP da Furnas, destacam-se:

- Compensação Reativa: A Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 191/2005, define quatro Funções de Transmissão, a saber: 1) Linha de Transmissão; 2) Transformação; 3) Controle de Reativo (CR) e 4) Módulo Geral. No entanto, os equipamentos de CR não foram considerados no cálculo da eficiência das empresas, mesmo com previsão declarada na Nota Técnica nº 383/2012-SRE/Aneel, que subsidiou a decisão do MME. O fato de Furnas operar e manter quase 50% da compensação reativa do SIN comprova a relevância desta função de transmissão no sistema da empresa. Assim sendo, a consideração desta variável na metodologia de apuração dos custos de AO&M proporcionaria uma recomposição importante da RAP, medida esta necessária para suportar os custos e encargos de operação e manutenção do sistema.
- Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI): Este item, que tem como destinação fazer frente às despesas das concessionárias com a infraestrutura de escritórios e transporte, não foi considerado originalmente nos custos de Administração, Operação e Manutenção (AO&M) utilizados na determinação da RAP.

A Aneel reconheceu a receita correspondente ao CAIMI e estabeleceu, por meio do art. 5º da RN nº 589/2013, que devem compor a Base de Anuidade Regulatória (BAR): software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios, cuja remuneração, amortização e depreciação (exceto de terrenos) serão dadas em forma de anuidades, a partir do próximo reajuste anual da receita, conforme critério definido no Submódulo 9.1 do Proret, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013. O submódulo citado estabelece ainda que o CAIMI será definido como 5% do Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM).

De acordo com o Memorando nº 418/2014 – SRE/Aneel, o valor anual do CAIMI de Furnas (CC nº 062/2001) associado ao ciclo 2014/2015 é de R\$ 31,9 milhões e a parcela de ajuste, a ser considerada entre 1º de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2014, é de R\$ 47,9 milhões (a preços de 1º de junho de 2014).

Próximas Concessões a Vencer

Furnas é concessionária de duas usinas hidrelétricas com vencimento em 2020 e 2023, a saber, UHE Itumbiara e UHE Mascarenhas de Moraes, com ativos registrados em dezembro de 2014 de R\$ 156,7 milhões e R\$ 323,8 milhões, respectivamente. A UHE Santa Cruz foi objeto, em 6 de julho de 2013, de declaração de interesse, por parte de Furnas, na prorrogação da concessão. Com respeito a esta usina, encontra-se em curso processo licitatório para serviços de reforma, condicionamento e comissionamento dos ciclos combinados a gás natural entre as unidades geradoras TG11 e TG 21 e as unidades a vapor 1 e 2. Neste contexto, sua potência foi reduzida de 932 MW para 500 MW, correspondendo esta redução à suspensão temporária, pela Aneel, das Unidades Geradoras (UGs) 3 e 4, conforme Despacho nº 3.263, de 19 de outubro de 2012.

Projeto de Reestruturação Organizacional (Projeto PRO-Furnas)

Dando continuidade ao projeto de reestruturação organizacional PRO-Furnas, concluído em 2013, a empresa deu início, em janeiro de 2014, a um novo projeto, o PRO-Furnas II, também fruto de Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizado em dezembro de 2013, no valor global de US\$ 3 milhões, e igualmente com o apoio de consultoria da Roland Berger Strategy Consultants.

Dentro do escopo proposto ainda em 2013, o PRO-Furnas II foi iniciado para dar resposta aos seguintes desafios, oriundos da primeira fase:

- implantação, dentro das melhores práticas de mercado, dos novos órgãos e órgãos chave propostos no desenho de estrutura elaborado;
- detalhamento, em nível de processos e por órgão funcional, do quadro qualiquantitativo de referência e revisão de gaps na composição da força de trabalho, em função de novos desligamentos voluntários de pessoal próprio;
- execução de programas de mobilidade interna, capacitação e recrutamento de pessoal para compor o quadro qualiquantitativo de referência;
- implantação das iniciativas de otimização dos processos empresariais e serviços complementares, desta forma viabilizando o pleno funcionamento da empresa com quadro de pessoal reduzido por meio do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) e do acordo para desligamento dos não efetivos;
- execução da comunicação e da gestão da mudança.

Face à oportunidade de aprendizado e formação de novas lideranças, subjacente aos trabalhos a serem desenvolvidos, Furnas instituiu o denominado "Programa Novos Talentos", que, com base em análises de desempenho e curricular, entrevistas e testes de adequação de perfil de personalidade, selecionou profissionais da empresa para integrar a equipe responsável pelo projeto.

De início, os trabalhos tiveram foco na revisão e implantação das 230 iniciativas de otimização originalmente identificadas. Foram verificadas oportunidades de redução de custo, tempo e ganho de qualidade com a aglutinação de algumas iniciativas, além da criação e cancelamento de outras, o que consolidou o número em cerca de 219, sem perda de efetividade na otimização dos processos para que a empresa conseguisse manter suas operações e desempenho, apesar da perda de pessoal com os programas de desligamento voluntário.

A implementação das iniciativas teve seu acompanhamento realizado com uso de metodologia própria e suporte de sistema informatizado especialmente desenvolvido para este fim.



Energia que impulsiona o Brasil

O Plano Diretor é um guia de gestão que reflete compromissos da empresa e do Conselho de Administração para com seus acionistas no que se refere a metas econômico-financeiras (receita, EBITDA, lucro líquido, dividendos), covenants, estratégias empresariais de crescimento e política de investimentos. Trata-se de visão plurianual, com objetivos e resultados a serem perseguidos. Para cumprir sua finalidade, contempla metas de curto, médio e longo prazo nos campos gerencial, administrativo, financeiro e operacional, assim como de investimentos no crescimento e expansão dos negócios.

Desde sua primeira edição, o Plano Diretor foi concebido com o intuito de orientar a atuação dos gestores de Furnas. Em relação ao crescimento, a primeira edição do plano estabelecia como direcionamento estratégico a manutenção do market share de Furnas, que era de cerca de 10% da capacidade instalada da geração do País e de aproximadamente 20% da extensão das redes de transmissão. O objetivo era atender às necessidades energéticas do País, concentrando-se em projetos greenfield desenvolvidos em parcerias, com participação de Furnas em até 49%.

Com a prorrogação das concessões e o impacto que produziu sobre as receitas, o Plano Diretor passou por revisão para adaptação à nova realidade do setor elétrico brasileiro. A revisão tratou essencialmente de uma nova abordagem para recuperação das receitas e do EBITDA, adotando como estratégia o crescimento acelerado. A definição da ambição de crescimento passou de uma meta de manutenção para uma de ampliação do market share, adotando-se como estratégia, além da captura de projetos greenfield, aquisição de ativos já performados (brownfield), de modo a permitir a rápida recuperação do EBITDA e da rentabilidade a níveis anteriores à edição da Medida Provisória nº 579.

A rota estabelecida passou a contemplar uma meta arrojada de crescimento, dos 11 mil MW existentes para 20 mil MW de potência instalada até 2020, expandindo-se em 80% a capacidade de geração e diversificando as fontes, sempre no campo da energia limpa e renovável. Em transmissão, objetivou-se sair dos 20 mil km de linhas então existentes para 31 mil km, elevando-se em 55% sua extensão.

Para atingir estas metas, foram previstos R\$ 4,2 bilhões anuais em investimentos, dos quais R\$ 3,2 bilhões em geração e R\$ 1 bilhão em transmissão. Considerou-se que parte dos recursos necessários seja obtida diretamente pelas SPEs junto às fontes tradicionais de financiamento (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e instituições financeiras privadas). A parcela de recursos a ser aportada pela empresa, e que corresponde a cerca de R\$ 1,8 bilhão ao ano, será viabilizada por meio de seu fluxo operacional de caixa e das indenizações que tem a receber pelos ativos prorrogados e ainda não amortizados. O recebimento destes recursos é peça fundamental da estratégia de crescimento traçada.

Embora considerada um desafio, a trajetória de crescimento perseguida é compatível com a grandeza e importância de Furnas para o sistema elétrico brasileiro e, também, com sua dimensão econômico-financeira, visto que, nos últimos três anos, a empresa destinou cerca de R\$ 2,6 bilhões em recursos próprios para investimentos.

A última revisão do Plano Diretor, adotada para o exercício de 2014, estabelecia como diretrizes estratégicas: i) crescer visando ampliar o market share atual; ii) recuperar o EBITDA impactado pela prorrogação das concessões com diminuição da margem operacional; iii) racionalizar custos operacionais; vi) reduzir o custo do capital de terceiros; e, v) melhorar o desempenho financeiro e operacional das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) nas quais a empresa possui participação.

A gestão de participações contemplou como meta a obtenção de taxa de retorno superior ao custo de capital de Furnas. Para atingir a melhoria do desempenho das SPEs, o foco voltou-se para a gestão financeira e operacional, reduzindo as estruturas administrativas, captando recursos a custos menores e compartilhando serviços entre as sociedades.

No início de 2014, já com a última revisão do Plano Diretor em prática, a Holding introduziu nova estrutura de planos estratégicos para o Sistema Eletrobras. O documento que consolida os planos das controladas passou a denominar-se Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e o plano individual de cada uma das controladas, Plano de Negócios e Gestão (PNG).

Furnas, então, passou a adotar a nova denominação de Plano de Negócios e Gestão para seu Plano Diretor, mantendo todos os direcionamentos, objetivos e metas de sua última revisão, que foi consolidada pela Holding no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) do Sistema Eletrobras.

Em 2014, cumprindo os compromissos assumidos no Plano Diretor, agora denominado Plano de Negócios e Gestão, foram registradas importantes conquistas, dentre as quais destacam-se:

- conclusão de mais uma etapa da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no rio Madeira, Estado de Rondônia, correspondendo a 94% do total do empreendimento, cuja capacidade instalada total é de 3.569 MW;
- conclusão da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada no rio São Marcos, entre os estados de Goiás e Minas Gerais, com capacidade instalada de 52,5 MW, que entrou em operação comercial em maio de 2014;
- conclusão dos ensaios da primeira e segunda máquinas da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, localizada no rio Teles Pires, entre os estados de Pará e Mato Grosso, com capacidade instalada total de 1.820 MW;
- obtenção, em consórcio, por meio de leilão Aneel, realizado em 28 de março de 2014, da concessão da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, localizada no rio Tietê, Estado de São Paulo;
- conquista, em leilão e em parceria com a State Grid Brasil Holding e Eletronorte, da primeira linha de transmissão em corrente contínua para interligação da Usina de Belo Monte ao Sudeste, a LT ±800 kV CC Xingu–Estreito, com duas subestações conversoras e 2.092 km de extensão;
- conclusão dos projetos de geração eólica Miassaba e Rei dos Vents 1 e 3, todos localizados no estado do Rio Grande do Norte;
- conclusão dos empreendimentos de transmissão IE Madeira (Lote D em agosto de 2013 e Lote F em maio de 2014), Goiás Transmissão (novembro de 2013), MGE Transmissão (agosto de 2014), LT Tijucu Preto-Itapeti-Nordeste e SE Zona Oeste, abrangendo diversos estados da federação.

Retomada do Planejamento Estratégico

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, Furnas intensificou seus esforços no que se refere ao planejamento estratégico, com vistas à rápida readaptação às novas regras setoriais e à consolidação de seu posicionamento como empresa de geração e transmissão de energia elétrica sustentável, inovadora e de grande relevância nacional. Diante deste contexto, ao final do exercício de 2013, o Planejamento 2008-2018 foi revisado com apoio da consultoria Accenture.

Além de adaptar o plano estratégico ao cenário atual e identificar as alavancas de valor para atuação de Furnas no curto prazo, foram analisados os custos empresariais, bem como definidos os objetivos e metas gerenciais das seis Diretorias e 22 Superintendências para os próximos anos, em alinhamento com os direcionadores estratégicos emanados da Diretoria Executiva: crescimento sustentável, excelência operacional e readaptação às tarifas. Outro foco do projeto foi a efetiva implantação do plano e o desdobramento do modelo para acompanhamento da estratégia, com base nas melhores técnicas de gestão.

O principal resultado desta retomada foi a institucionalização das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs), que contam com a participação de diretores, assistentes e superintendentes, desde a apuração dos indicadores estratégicos até sua apresentação em reunião. O objetivo das RAEs é promover a discussão acerca dos resultados da empresa a partir de indicadores e iniciativas presentes no Painel Corporativo e nos painéis de cada diretoria relacionados aos objetivos estratégicos estabelecidos. Nas RAEs, a partir da apresentação dos painéis estratégicos, que reúnem, no momento, 56 objetivos, 87 indicadores e 72 iniciativas, os desafios de cada área são compartilhados com a alta e média direção, compromissos de apoio entre as áreas são firmados e ações de correção são pactuadas com vistas à consecução dos objetivos estratégicos. Iniciadas em maio de 2014, as RAEs têm sido bimestrais.

O principal ganho obtido com este modelo de gestão estratégica é a evolução de Furnas rumo a uma cultura de resultados, com base em postura proativa frente aos problemas e tomadas ágeis de decisão. A gestão estratégica já se anuncia como instrumento para o alcance de patamares superiores de desempenho empresarial e superação dos efeitos ocasionados pela perda de receita gerada no processo de prorrogação das concessões, bem como promoção das condições necessárias ao crescimento sustentável e com excelência operacional.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de governança corporativa de Furnas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus stakeholders, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX) na prestação de informações para que a Holding possa manter a negociação de suas ações na forma de American Depository Receipts (ADR) Nível 2, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2014, o capital social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) encontrava-se assim distribuído:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38
Total	52.739.026.167	100,00	14.864.684.511	100,00

Vale destacar que a empresa possui, registrado em suas DFs, o montante de R\$ 38 milhões – correspondente ao valor atualizado pela taxa Selic do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) concedido em 2011 – o qual será, posteriormente, integralizado como disposto em cláusula contratual entre Furnas e Eletrobras.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular; de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2014, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2013 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, é escolhido o Diretor-Presidente da empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentro dos empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente, sendo o único membro do Conselho que possui suplemento, obrigatoriamente eleito como companheiro de chapa do respectivo titular.

No exercício de 2014, este colegiado reuniu-se 16 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, com direito a reeleição, e que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de competência: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia; Meio Ambiente; Projeto e Implantação de Empreendimentos; Operação e Manutenção; Gestão de Novos Negócios e Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2014, foram realizadas 54 reuniões.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplementares, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplementar são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2014, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu dois pareceres no ano de 2014. O primeiro relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral, e o segundo relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Furnas, no período de abril de 2013 a março de 2014.

Auditória Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros e arquivos de documentos e dados, bem como o cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2014, foram realizados 45 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos mais quatro trabalhos referentes a 2013, o que resultou na emissão de 70 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, proporcionando o fortalecimento do ambiente de controle interno por meio da melhoria em sistemas, aprimoramento de normativos e cumprimento da legislação vigente, entre outros ganhos.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade à citada lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da empresa no exercício de 2014, a emissão de cujo relatório é prevista para o primeiro trimestre de 2015, após o término dos trabalhos de certificação. Foram testados 328 controles referentes a 20 processos de negócio, 4 de Tecnologia da Informação e um de Entity Level Controls (Controles no Nível da Entidade), em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras, gerando, no decorrer dos trabalhos, a emissão de relatórios de auditoria destinados aos gestores dos processos, com as deficiências de controle identificadas e respectivas recomendações.

O relacionamento da empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, com o intuito de cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos referidos órgãos.

Gestão de Riscos

As atividades relacionadas a identificação e tratamento de riscos corporativos constituem importante instrumento estratégico e de gestão, fundamental para o processo de governança corporativa.

A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e sua continua e imediata divulgação permitem que toda a organização realize ajustes necessários para que se aumente seu grau de sustentabilidade e esta fique mais protegida de eventos indesejados ou que causem prejuízo, seja pecuniário, seja de imagem.

Sob a supervisão direta da Diretoria de Finanças, foi realizada revisão da Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 eventos de risco para o exercício



Energia que impulsiona o Brasil

Eletrobras
FurnasMinistério de
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de órgãos nas esferas estadual e municipal.

A empresa também participa de diversos fóruns e associações de classe, no País e no exterior, como Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abracone), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrace), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abidb), Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção (Abendi), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Elétrica (Abeeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (World Energy Council – WEC), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (Conseil International des Grands Réseaux Électriques – Cigré), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (International Committee on Large Dams – Icold) e Associação Internacional de Hidrelétricidade (International Hydropower Association – IHA), entre outras.

NEGÓCIOS DA EMPRESA

Com 57 anos de história, Furnas está presente em todas as regiões do Brasil, com instalações em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. A empresa tem como base de seus negócios as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Em parceria com empresas estatais e/ou privadas, Furnas participa de empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País. Esta participação, juntamente com as demais empresas do Sistema Eletrôbrás, tem permitido a obtenção de deságios consideráveis em leilões promovidos pela Aneel desde de 2008, com ganhos para o consumidor brasileiro.

Geração

O parque gerador de Furnas abrange 27 usinas, das quais: a) 19 são hidrelétricas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 7 em regime de SPE, com potência instalada total de 13.902,11 MW; b) 3 são eólicas em regime de SPE, com potência instalada total de 187,04 MW; c) 3 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 10,3 MW; e d) 2 são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque de geração supre 14.629,45 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica do País, dos quais Furnas detém 10.887,96 MW.

Dentre os empreendimentos em SPE, cabe mencionar que, na UHE Santo Antônio, 32 das 50 unidades geradoras entraram em operação até o final de 2014, agregando 2.286,08 MW à capacidade de geração do País.

A seguir, quadros que resumem os empreendimentos de geração em operação:

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Energia Assegurada (MW Médio)
Hidrelétrica			
Propriedade Integral			
Batalha (GO/MG) ⁽¹⁾	52,50	100,00	48,80
Itumbiara (GO/MG)	2.082,00	100,00	1.015,00
Marechal Mascarenhas de Moraes (MG)	476,00	100,00	295,00
Simplicio/Anita (RJ/MG) ⁽²⁾	305,70	100,00	191,30
Empreendimentos sob Administração Especial – Lei nº 12.783/2013			
Corumbá I (GO)	375,00	100,00	209,00
Funil (RJ)	216,00	100,00	121,00
Furnas (MG)	1.216,00	100,00	598,00
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG)	1.050,00	100,00	495,00
Marimbondo (SP/MG)	1.440,00	100,00	726,00
Porto Colômbia (MG/SP)	320,00	100,00	185,00
Propriedade Compartilhada			
Manso (MT)	212,00	70,00	92,0
Serra da Mesa (GO)	1.275,00	48,46	671,0
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Baguari (MG) – SPE Baguari Energia S.A.	140,00	15,00	80,02
Foz do Chapecó (RS/SC) – SPE Foz do Chapecó Energia S.A.	855,00	40,00	432,00
Peixe Arigual (TO) – SPE Enerpeixe S.A.	498,75	40,00	280,50
Retiro Baixo (MG) – SPE Retiro Baixo Energética S.A.	82,00	49,00	38,50
Santo Antônio (RO) – SPE Madeira Energia S.A. ⁽³⁾	2.286,08	39,00	2.218,00
Serra do Façao (GO) – SPE Serra do Façao Energia S.A.	212,58	49,47	182,40
Três Irmãos (SP) – SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A.	807,50	49,90	217,50
Eólica			
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Miassaba 3 (RN)	68,47	24,50	25,55
Rei dos Ventos 1 (RN)	58,45	24,50	21,56
Rei dos Ventos 3 (RN)	60,12	24,50	22,50
Termelétrica			
Propriedade Integral			
Roberto Silveira (Campos) (RJ)	30,00	100,00	21,00
Santa Cruz (RJ)	500,00	100,00	421,00

⁽¹⁾ Entrou em operação comercial em maio de 2014. ⁽²⁾ Não inclui potência instalada da PCH Anita, de 28 MW, ainda em implantação e com previsão de entrada em operação comercial no primeiro semestre de 2015. ⁽³⁾ Corresponde à capacidade instalada das 32 Unidades Geradoras (UGs) que entraram em operação até dezembro de 2014. A capacidade total da usina será de 3.568,3 MW quando todas as 50 UGs estiverem operando.

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)
PCH		
Designadas pela Aneel⁽¹⁾		
Dona Rita (MG)	2,41	100,00
Nebínia (MG)	6,47	100,00
Sinceridade (MG)	1,42	100,00

⁽¹⁾ Furnas foi designada como responsável pela prestação de serviço de O&M destas PCHs até a conclusão de novo processo licitatório.

Conclusão da Usina de Batalha

A UHE Batalha, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, foi concluída em 2014. Com capacidade instalada de 52,5 MW, energia suficiente para abastecer uma cidade de 130 mil habitantes, o empreendimento possui garantia física de 48,8 MW médios, o que assegura expressivo montante de energia a ser gerada anualmente.

Além da entrada em operação comercial, em maio de 2014, outros marcos importantes também foram alcançados ao longo do ano, a saber, a conclusão da primeira etapa do enchimento do reservatório, até a cota 790 m, também em maio, e a conclusão da linha de transmissão de interesse restrito Batalha-Paracatu, em 138 kV, em agosto.

O cronograma do empreendimento foi impactado por fatores como a necessidade de adequação do projeto às condições geológicas efetivamente encontradas em campo, além de atraso na obtenção das licenças ambientais para início das obras da hidrelétrica, estas emitidas somente em abril de 2008, e da linha de transmissão, e da autorização de supressão de vegetação na área do reservatório.

A usina é de grande importância para o SIN por possuir grande reservatório (137 km³) e situar-se na cabeceira do rio São Marcos (MG/GO), proporcionando, assim, a regularização de vazões para aproveitamentos a jusante, permitindo atender a uma maior demanda de energia elétrica, mesmo em períodos de hidrologia desfavorável (seca).

Novos Projetos de Geração em Implantação

Furnas está dando ênfase ao desenvolvimento e fortalecimento de parcerias com agentes de mercado que possuem foco em competitividade e mitigação de riscos naturais dos empreendimentos.

A empresa está à frente de três novos empreendimentos de geração hidráulica, que agregarão mais 3.802 MW ao sistema elétrico brasileiro. A seguir, suas características principais:

SPE	Empreendimento	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
Madeira Energia S.A.	UHE Santo Antônio (RO)	1.282,22	39,00	2016 ⁽¹⁾
Teles Pires Participações S.A.	UHE Teles Pires (MT)	1.819,80	24,50	2015
Empresa de Energia São Manoel S.A.	UHE São Manoel (MT/PA)	700,00	33,33	2018

⁽¹⁾ Corresponde à capacidade instalada de 18 unidades geradoras que ainda não haviam entrado em operação em dezembro de 2014. A capacidade total da usina será de 3.568,3 MW.

A empresa participa, também, da implantação de 48 parques eólicos, com potência instalada total de 1.095,6 MW, dos quais Furnas deterá 652,05 MW, em parceria com a iniciativa privada, em regime de SPE, com investimento total aproximado de R\$ 1,2 bilhão. A seguir, suas características principais:

SPE	Empreendimento	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
Central Geradora Eólica Famosa I S.A. ^(a)	Famosa I	RN	22,50	49,00	Abr/16
Central Geradora Eólica Pau Brasil S.A. ^(a)	Pau Brasil	CE	15,00	49,00	Abr/16
Central Geradora Eólica Rosada S.A. ^(a)	Rosada	RN	30,00	49,00	Abr/16
Central Geradora Eólica São Paulo S.A. ^(a)	São Paulo	CE	17,50	49,00	Abr/16
Energia dos Ventos I ^(b)	Goitabeira	CE	19,20	49,00	Nov/16
Energia dos Ventos II ^(b)	Ubatuba	CE	12,60	49,00	Ago/16
Energia dos Ventos III ^(b)	Santa Catarina	CE	16,00	49,00	Jun/16
Energia dos Ventos IV ^(b)	Pitombeira	CE	27,00	49,00	Nov/16
Energia dos Ventos V ^(c)	São Januário	CE	19,20	49,00	Fev/17
Energia dos Ventos VI ^(c)	Nossa Senhora de Fátima	CE	28,80	49,00	Abr/17
Energia dos Ventos VII ^(c)	Jandaira	CE	28,80	49,00	Mai/17
Energia dos Ventos VIII ^(c)	São Clemente	CE	19,20	49,00	Jan/17
Energia dos Ventos IX ^(c)	Jandaira I	CE	19,20	49,00	Nov/16
Energia dos Ventos X ^(b)	Ventos de Horizonte	CE	14,40	49,00	Out/16
Bom Jesus Energia S.A. ^(d)	Bom Jesus	CE	18,00	49,00	Set/15
Cachoeira Eólica S.A. ^(d)	Cachoeira	CE	12,00	49,00	Set/15
Pitimbu Eólica S.A. ^(d)	Pitimbu	CE	18,00	49,00	Set/15
São Caetano Eólica S.A. ^(d)	São Caetano	CE	25,20	49,00	Set/15
São Caetano I Eólica S.A. ^(d)	São Caetano I	CE	18,00	49,00	Set/15
São Galvão Eólica S.A. ^(d)	São Galvão	CE	22,00	49,00	Set/15
Carnaúba I Eólica S.A. ^(e)	Carnaúba I	RN	22,00	49,00	Set/15
Carnaúba II Eólica S.A. ^(e)	Carnaúba II	RN	1		



Energia que impulsiona o Brasil

Eletrobras
FurnasMinistério das
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

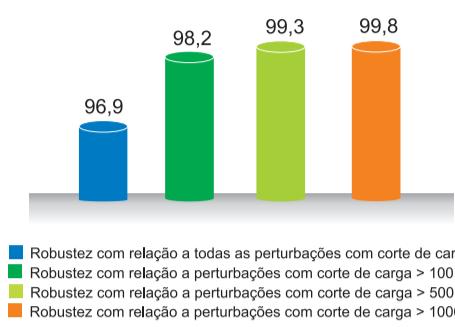
comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *on-line* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

As medidas e melhorias implementadas até o momento já se traduzem na recuperação do desempenho operacional de Furnas, tendo este fato especial relevância dado que o País se prepara para sediar as Olimpíadas de 2016.

Indicador de Robustez

O indicador de robustez, que relaciona as perturbações no sistema com o suprimento às cargas, aferindo a capacidade da Rede Básica de suportar contingências sem causar interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores, teve resultados próximos a 100% em 2014, conforme gráfico a seguir:

Indicador de Robustez com Cortes de Carga (%) - 2014



Para que a confiabilidade e qualidade demonstradas sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção de Furnas.

A empresa mantém um programa de modernização das instalações, para atender aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para melhorias relacionadas aos esquemas de proteção e controle de equipamentos. Além disto, promove aperfeiçoamentos específicos, a exemplo do que foi implantado no tronco de transmissão de energia em 765 kV, proveniente da usina de Itaipu 60 Hz, em que a blindagem das subestações da Furnas teve seu nível elevado a padrões de excelência, dando assim contribuição adicional para a segurança do sistema elétrico do País.

Disponibilidade Operacional de Geração e Transmissão

A operação eletro-energética do sistema elétrico é monitorada por meio do acompanhamento da disponibilidade operacional e utiliza a fórmula definida pelo ONS nos Procedimentos de Rede, com dados tratados e consistidos no Sistema para Cálculo de Indicadores de Desempenho (SCID).

Em 2014, as usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade acumulado anual de 86,9%, ou seja, apresentaram indisponibilidade de 13,1%. Ao analisar a natureza desta indisponibilidade, verifica-se que apenas 2,4% se deveram a desligamentos forçados, ou seja, por falhas em equipamentos ou sistemas. Os outros 10,7% foram devidos a desligamentos programados para a realização de manutenções preventivas ou revisões gerais de unidades geradoras. Em comparação com anos anteriores, percebe-se um aumento do percentual da indisponibilidade programada devido à execução de diversos serviços que, até então, não haviam sido liberados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Com a situação hidrológica favorável verificada no ano de 2014, foi possível paralisar as unidades geradoras para a realização dos serviços.

O sistema de transmissão teve fator de disponibilidade operacional médio de 99,76%.

Ocorrências Climáticas Severas

No ano de 2014, Furnas enfrentou oito grandes eventos de quedas de torre, sucintamente descritos a seguir:

Data	Horário	Ocorrência	Normalização	
			Horário	Data
21.04.2014	22h39	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1, sendo constatados danos na torre 131	11h25	26.04.2014
26.05.2014	22h41	Desligamento da LT Campos-Macaé circuito 2, sendo constatada queda da torre 438	11h31	03.06.2014
		Desligamento das LTs Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuitos 1 e 2, sendo constatada queda das duas torres: • 303 (referente à LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 2) • 306 (referente à LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1)	16h04 11h49	11.06.2014 11.06.2014
07.06.2014	14h12	Desligamento das LTs Foz do Iguaçu-Ibiúna circuitos 1 e 2, sendo constatada queda das torres 317 e 318	12h40	12.06.2014
02.09.2014	17h01	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 3, sendo constatada queda da torre 474	15h53	05.09.2014
24.09.2014	06h37	Desligamento a LT Foz do Iguaçu – Ivaiporã circuito 3, sendo constatada queda de 5 torres de 765 kV (nº 333 até 336 e a torre 341).	22h27	01.10.2014
06.11.2014	23h05	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 3, sendo constatadas avarias nas torres 390 e 389	11h45	12.11.2014
07.11.2014	15h26	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1, sendo constatado tombamento da torre 547	11h13	10.11.2014

Em nenhum dos desligamentos relacionados houve perda de carga no Sistema Interligado Nacional (SIN). Apenas o desligamento de 7 de novembro determinou atuação do esquema de controle de emergência do tronco de 765 kV da Itaipu Binacional, provocando o desligamento de duas unidades geradoras daquela usina, totalizando perda de geração de 1.388 MW, supridos, porém, pela elevação da geração nas demais usinas do SIN, não acarretando, assim, qualquer perda de carga e garantindo a manutenção do índice de robustez.

Para cada uma das ocorrências, Furnas acionou seu Plano de Atendimento a Emergências (PAE) de linhas de transmissão, o qual, em função do relevo acidentado e das dificuldades de acesso às regiões afetadas, foi obrigado a mobilizar grande contingente de profissionais para atendimento adequado. Os serviços para restabelecimento das torres danificadas foram sempre realizados com grande agilidade, porém sem comprometer a segurança dos trabalhadores, não tendo havido quaisquer acidentes.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

Assim como 2013, o ano de 2014 apresentou grande período de estiagem e as vazões afluentes aos reservatórios estiveram bastante abaixo dos valores médios históricos durante a maior parte do tempo. Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 15% nos reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil e Marimbondo, 25% no reservatório da UHE Serra da Mesa, 45% na UHE Corumbá e 75% na UHE Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 23% de capacidade.

Embora relativamente baixos, tais níveis de armazenamento não comprometeram a geração de energia elétrica. Os reservatórios das UHEs Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Serra da Mesa e Manso são de regularização e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Este procedimento permite que as usinas produzam a energia elétrica necessária durante todo o ano, além de fornecer água para que outras usinas situadas rio abaixo também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e a operação das mesmas é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Acumulação de Furnas

(janeiro de 2014 a dezembro de 2014)



Manutenção do Sistema

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, Furnas procura aliar a experiência de seu corpo técnico a rigorosos procedimentos de manutenção. A empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), que é a aplicação de método estruturado para estabelecimento da melhor estratégia de manutenção para um sistema ou equipamento. Na MCC são identificadas as funções e padrões de desempenho dos equipamentos e realizados o levantamento e detalhamento dos modos de falha, suas causas prováveis e suas consequências. Desta forma, as estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detetiva podem ser aplicadas de modo a otimizar a segurança, disponibilidade e eficiência de instalações e equipamentos.

No atual cenário, onde recursos pessoais e materiais para a manutenção são cada vez mais escassos, é fundamental investir em inovação. A introdução dos conceitos de gestão de ativos visa à automação, normatização e padronização dos processos de manutenção, com foco em resultados e redução de custos e risco. Em outras palavras, objetiva fazer mais e com melhor qualidade que antes, ainda que com menos pessoas e menor consumo de recursos.

Para modernização dos equipamentos, foram criados o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) e o Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER), com o objetivo de garantir a execução de importantes e voltosos investimentos em revitalização da geração e em melhorias e reforços no sistema de transmissão, que acumulava expressivo volume de obras a executar.

Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET)

Em pleno andamento, o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) é um ambicioso programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas, na busca pela excelência operacional. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão e a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra. Os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela Aneel: 1) proteção e controle; 2) substituição de equipamentos; 3) reforços de transmissão; 4) modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar reforços no parque transmissor existente autorizados pela Aneel e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2014, no âmbito do PGET, R\$ 429 milhões, além de outros R\$ 92 milhões em outros projetos ligados ao sistema de transmissão existente.

No contexto do PGET e no período de 2011 a 2014, foram concluídos mais de 75 projetos de reforços e melhorias. No período de 2011 a 2018, prevê a ampliação e substituição de equipamentos superados, totalizando mais de 5.500 equipamentos, dentre os quais destacam-se 196 transformadores, 821 disjuntores e 2.362 chaves seccionadoras, além de equipamentos de menor porte.

Ao longo de 2014, foram substituídos 336 equipamentos superados ou em final de vida útil, dentre os quais destacam-se 12 transformadores, totalizando 1.900 MVA de capacidade de transformação, além de 43 disjuntores e 91 seccionadoras nas tensões de 138 kV, 230 kV, 345 kV, 500 kV e 750 kV.

Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER)

Na mesma linha do PGET, o PGER repete o plano da transmissão no que tange à revitalização da geração, com atualização tecnológica, substituição de equipamentos analógicos por digitais, troca de peças antigas de geradores e turbinas por novos componentes com tecnologias mais modernas e substituição de componentes mecânicos por hidráulicos, o que possibilitará a operação remota das usinas.

Em 2014, prosseguiram os trabalhos de modernização das UHEs Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com o propósito de restaurar a confiabilidade operacional das unidades geradoras e das respectivas subestações. Estão previstas atividades e dispêndios associados à modernização das UHEs Mascarenhas de Moraes (início em 2016), Funil (início em 2017) e Porto Colômbia (início em 2019).

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em busca dos melhores resultados nos leilões regulados de novos empreendimentos de geração, a área de comercialização, em conjunto com as demais áreas de negócio, vem desenvolvendo metodologias de previsão de receitas para diversos cenários do mercado de energia, considerando as incertezas inerentes a cada negócio. Também vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade.

Os contratos de compra de energia de longo prazo de Furnas são apresentados a seguir. Deve ser lembrado que, de acordo com a Lei nº 12.111/2009, a energia proveniente da Eletrobras Termouclear S.A. (Eletrouclear) passou, a partir de janeiro de 2013, a ser comercializada diretamente entre a Eletronuclear e as distribuidoras.

MW Médios

	2012	2013	2014
Eletronuclear	1.475	-	-
Serra da Mesa	345	345	345
Manso	4	4	4
Total	1.824	349	349

Legislação específica permitiu que as tarifas do contrato com a Eletronuclear pudessem sofrer reajustes

Os gráficos a seguir expressam a evolução das oportunidades de negócio (propostas) e dos contratos celebrados em comercialização de serviços.



Ressarcimento de Despesas com Estudos de Viabilidade

Conforme previsto nos editais de leilão da Aneel para empreendimentos de geração e transmissão, as empresas vencedoras de certames se obrigam a ressarcir, dos valores aprovados pela Agência, as empresas desenvolvedoras dos respectivos estudos. Segue tabela contendo os valores dos ressarcimentos ocorridos no ano de 2014 para as despesas incorridas por Furnas com estudos de viabilidade.

Empresa	2014
Empresa de Energia São Manoel S.A. – UHE São Manoel	1,0
Cia. Energética Sinop S.A.	0,5
Teles Pires Participações S.A.	2,0
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	0,4
Transenergia São Paulo S.A.	0,1
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	0,1
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	0,8
Lago Azul Transmissão S.A.	0,1
Total	5,0

Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (O&M)

Aproveitando a integração e sinergia de ativos corporativos de geração e transmissão, Furnas atua na prestação de serviços de Operação e Manutenção destes ativos.

Em razão desta expertise, a empresa iniciou a gestão da prestação de serviços de O&M para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos (SP), cuja concessão foi obtida no Leilão nº 002/2014, em março de 2014, pelo consórcio Novo Oriente pelo prazo de 30 anos, no regime da tarifa estabelecido pela Lei nº 12.783/2013. Primeira usina a ser leiloada entre as que não tiveram sua concessão renovada, Três Irmãos tem capacidade instalada de 807,5 MW.

Ainda com base na Lei nº 12.783/2013, o Ministério de Minas e Energia (MME), publicou as Portarias nº 124, de 17 de abril de 2013 e nº 189, de 6 de junho de 2013, designando Furnas como responsável pela prestação de serviços de geração de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Neblina, Sinceridade e Dona Rita.

Furnas, a partir desta designação, vem atuando na gestão destes empreendimentos, em cumprimento das determinações emanadas do poder concedente e demais órgãos aos quais a operação das PCHs está sujeita, dando continuidade à prestação dos serviços de O&M mediante remunerações estabelecidas na NT nº 385/2012 - SRE/SRG/Aneel, emitida em 21 de outubro de 2014.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INovação (P&D+I)

Furnas continua engajada no compromisso de permanecer tecnologicamente atualizada, vislumbrando as tendências do setor quanto ao futuro, como forma de manter-se atuante e com expressiva participação em um mercado cada vez mais competitivo. No quadriênio 2013-2016, Furnas investirá cerca de R\$ 300 milhões em P&D+I para testar e desenvolver novas formas de geração de energia limpa e renovável. A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a novas fontes limpas de geração de energia elétrica. Ademais, a empresa investe em projetos relacionados à mini e microgeração distribuída, já regulamentados pela Aneel, e que, na próxima década, poderão representar parcela significativa da geração. Investe também no domínio de novas tecnologias, como a transmissão em extra-alta voltagem, na tensão de 800 kV.

No ano de 2013, a empresa contratou seis projetos de P&D+I visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, e um projeto para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias com reduzida faixa de passagem. Estes projetos foram selecionados segundo análise técnica e mercadológica, de acordo com o direcionamento estratégico estabelecido pela alta administração, e por meio de Chamada Pública. Durante o ano de 2014, os projetos tiveram acompanhamento rigoroso, visando a uma implantação bem-sucedida, considerando sua importância estratégica. Em outubro de 2014, em meio a reestruturação da área de tecnologia, Furnas promoveu a fusão de seu órgão de P&D com seus laboratórios, no intuito de prover melhor suporte técnico à execução dos projetos e, simultaneamente, oferecer condições de que a tecnologia gerada seja internalizada na empresa.

A seguir, a relação dos principais projetos estratégicos de P&D+I com participação de Furnas:

- laboratório de ultra-alta tensão abrigado;
- geração solar fotovoltaica;
- usina de ondas;
- turbina eólica vertical;
- energia do lixo;
- ônibus elétricos;
- barcaças elétricas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O exercício de 2014 corresponde ao segundo ano de vigência da Lei nº 12.783/2013, que trata da prorrogação das concessões, e que teve grande impacto nas demonstrações financeiras das empresas geradoras e transmissoras de energia elétrica.

O principal impacto registrado por Furnas foi uma significativa redução, em 2013, de suas receitas de geração e transmissão relacionadas às concessões das usinas e do sistema de transmissão prorrogadas segundo as regras da citada Lei, que atingiram cerca de 46% da energia assegurada e 95% das linhas de transmissão.

A prorrogação destas concessões ocorreu tendo como contrapartida antecipação do seu término em dois anos e substituição das receitas que contemplavam remuneração, depreciação e custos de administração, operação e manutenção por receitas contemplando somente custos de Administração, Operação e Manutenção (AO&M), acrescidos de uma margem operacional de 10%, implicando em redução de receita líquida da ordem de R\$ 1,9 bilhão/ano a partir de 2013.

Com vistas a neutralizar este impacto, a empresa aprofundou, ainda em 2013, seu programa de desligamento voluntário de colaboradores, já então em curso, denominado Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), que permitiu redução de seu quadro em mais de 1.700 colaboradores entre 2011 e 2014.

Assim, associado a outras medidas de otimização, o exercício de 2014 já apresenta importantes avanços no processo de ajuste à nova realidade tarifária, podendo-se registrar o retorno à lucratividade operacional e expressiva ampliação da margem EBITDA.

Demonstração dos Resultados

Com base no pronunciamento CPC 19 (R2), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em vigor desde de 1º de janeiro de 2013, Furnas passou a incorporar os investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) a suas demonstrações financeiras com base no método da equivalência patrimonial.

Há que se destacar a reclassificação de contas do Ativo, Passivo, Demonstração de Resultado e Demonstração de Valor Adicionado referentes ao exercício de 2013, explicitadas no item 3.4 das Notas Explicativas do Balanço Patrimonial 2014, sendo a mais relevante o deslocamento da conta "Ganho (perda) – Lei nº 12.783/2013", para a conta "Receitas (Despesas) Operacionais".

Como já referido, após o impacto da perda de receita ocasionada pela Lei nº 12.783/2013, as medidas de gestão envolvendo a reestruturação da empresa e adoção de controle e otimização de custos começaram a dar resultados expressivos já a partir de 2014.

Observa-se que o resultado do Serviço de Energia Elétrica reverteu uma situação deficitária de R\$ 293 milhões para um valor positivo de R\$ 1.345 milhões.

Entretanto, o efeito dos resultados negativos da Equivalência Patrimonial, de R\$ 887 milhões, e Financeiro, de R\$ 458 milhões, anulou o resultado positivo do Serviço de Energia Elétrica.

O principal fator para o resultado obtido da Equivalência Patrimonial é a liquidação de diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, principalmente das SPEs em operação, destacando-se o caso da Santo Antonio Energia S.A. (SAESA), que, em 2014, despendeu R\$ 1.783 milhões referentes a gastos com Fator de Ajuste de Geração (*Generation Scaling Factor – GSF*) e Fator Índice de Disponibilidade (*FID*).

O extrato da Demonstração de Resultado é apresentado a seguir.

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
Receita Operacional Líquida	6.182	4.292
Custo Operacional/Construção	(5.342)	(4.260)
Lucro Operacional	840	32
Receitas (Despesas) Operacionais	474	(326)
Resultado do Serviço	1.314	(294)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(887)	152
Resultado Financeiro	(458)	(524)
Resultado Antes da Lei nº 12.783/2013	(31)	(666)
Ganho (Perda) Lei nº 12.783/2013	31	-
Resultados Antes dos Impostos	(0)	(666)
Impostos (IRPJ + CS)	-	-
Impostos (IRPJ + CS) diferidos	(406)	(152)
Lucro Líquido do Exercício	(406)	(818)

É importante observar que, na renovação da concessão do sistema de transmissão de Furnas, somente foram indenizados os ativos referentes à Rede Básica Novas Instalações (RBN). Por este motivo, a empresa mantém entendimentos com a Aneel e elabora relatório para reconhecimento de investimentos efetuados também na Rede Básica Sistemas Existentes (RBSE), com possibilidade de ressarcimento da ordem de R\$ 4 bilhões.

Ademais, no cálculo da Receita Anual Permitida (RAP), a Aneel não considerou investimentos em equipamentos de compensação para potência reativa. A revisão deste cálculo poderá gerar receita adicional acima de R\$ 300 milhões anuais. Este pleito encontra-se em análise pelo órgão regulador.

Demonstração do Valor Adicionado

Em 2014, a gestão dos negócios e o controle de gastos resultaram em um valor a distribuir superior em 25% ao do ano anterior, como demonstra o quadro a seguir:

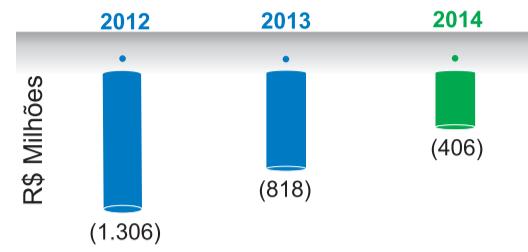
	2014	2013
1. Geração do Valor Adicionado	2.849	1.803
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	6.924	4.963
Outras Receitas Operacionais	134	6
Insu		
Custo de Energia Comprada	(1.943)	(674)
Materiais	(32)	(37)
Serviços de Terceiros	(727)	(692)
Outros Custos Operacionais	(1.507)	(1.763)
2. Valor Adicionado Bruto	2.849	1.803
Depreciação e Amortização	(222)	(186)
Constituição / Reversão de Provisões	567	(12)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	3.194	1.605
Receitas Financeiras (Transferências)	581	551
Equivalência Patrimonial	(887)	152
4. Valor Adicionado a Distribuir	2.888	2.308
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	1.098	1.221
Governo (Impostos e Contribuições)	934	668
Encargos Financeiros e Variação Monetária	1.039	1.076
Encargos Setoriais	223	161
Lucros (Prejuízos) Retidos	(406)	(818)
Total da Distribuição do Valor Adicionado	2.888	2.308

Indicadores Econômico-Financeiros

Conforme informado no Relatório da Administração 2013, a empresa vem consolidando sua recuperação financeira.

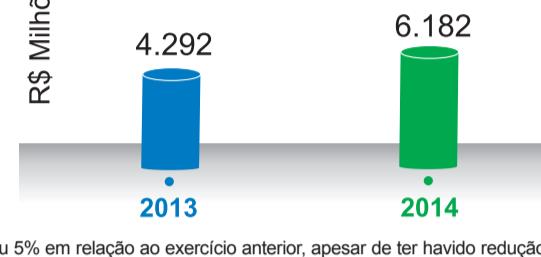
A questão conjuntural do Fator de Ajuste de Geração (*Generation Scaling Factor – GSF*), que afetou significativamente a equivalência patrimonial, bem como a comercialização de energia da própria empresa, impediu que, já em 2014, houvesse reversão do prejuízo verificado no ano anterior.

Lucro/ Prejuízo Líquido



O aumento da Receita Operacional Líquida em cerca de 44% deve-se, principalmente, ao resultado de venda de energia no leilão A, de energia existente, com entrega a partir de maio de 2014, o qual proporcionou acréscimo de cerca de R\$ 1,4 bilhão na receita proveniente do suprimento de energia elétrica. Esta operação foi viabilizada pela disponibilidade de energia proveniente da usina de Serra da Mesa.

Receita Operacional Líquida



O custo de operação cresceu 5% em relação ao exercício anterior, apesar de ter havido redução de 10% nos custos de pessoal. No que t



Energia que impulsiona o Brasil

Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal e na manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica responderam por 61% do total realizado no exercício. Estas ações têm por objetivo implantar reforços voltados à adequação do suprimento de energia elétrica e consideram as indicações constantes do Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do ONS, e do Programa de Expansão da Transmissão (PET), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), de grande relevância para o desempenho e a segurança do SIN, além de projetos voltados à manutenção, reabilitação e otimização das instalações de transmissão, incluindo a aquisição de sobressalentes e equipamentos reserva necessários para reduzir as indisponibilidades e aumentar a confiabilidade.

Os investimentos em manutenção e adequação da infraestrutura de Furnas somaram R\$ 79 milhões, representando 9% do total realizado em 2014, distribuídos em ações relativas aos bens móveis, tais como veículos, máquinas, equipamentos e instrumentos, bens imóveis e ativos de informática, informação e teleprocessamento para execução das diversas atividades da empresa.

Quanto à implementação de ações e programas de conservação e preservação ambiental decorrentes da implantação das instalações de geração e de transmissão, foram investidos R\$ 12 milhões, representando 1% do total realizado no período.

Investimentos em Participações Societárias

Além dos investimentos descritos, Furnas realizou aportes nas SPEs em que possui participação, de acordo com seus planos de negócio. Estes aportes totalizaram R\$ 1.459 milhões no período, com destaque para a SPE Madeira Energia S.A. - MESA, concessionária da UHE Santo Antônio, que realizou R\$ 1.079 milhões, representando 74% do total do investimento no período.

SPE	Participação de Furnas (%)	Empreendimento	Realizado 2014 (R\$ Milhões)
Geração			
Madeira Energia S.A.	39,0	UHE Santo Antônio	1.079
Inambari Geração de Energia	19,6	UHE Inambari	0
SPEs Energia dos Ventos I a X	49,0	EOLs dos Complexos Eólicos Aracati e Fortim	20
Teles Pires Participações S.A.	24,5	UHE Teles Pires	0
SPEs dos Complexos Eólicos Punaú e Baleia	49,0	EOLs dos Complexos Eólicos Punaú e Baleia	95
Centrais Geradoras Eólicas Famosa, Rosada, Pau Brasil e São Paulo	49,0	EOLs Famosa 1 / Rosada / Pau Brasil / São Paulo	6
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0	UHE Retiro Baixo	3
Empresa de Energia São Manoel S.A	33,3	UHE São Manoel	0
SPEs do Complexo Eólico Famosa III	90,0	EOLs do Complexo Eólico Famosa III	0
SPEs do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia	49,0	EOLs do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia	12
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	49,9	UHE Três Irmãos	1
Centro de Soluções Estratégicas S.A	49,9	Centro de Soluções Estratégicas	2
Subtotal Geração			1.218
Transmissão			
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	LT Porto Velho-Araraquara 2	40
Transenergia São Paulo S.A.	49,0	SE Itatiba	2
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	49,0	SE Luziânia / SE Niquelândia	6
Goiás Transmissão S.A.	49,0	LT Rio Verde Norte-Trindade	7
MGE Transmissão S.A.	49,0	LT Mesquita-Viana 2	29
Caldas Novas Transmissão S.A.	49,9	SE Corumbá	0
Transenergia Renovável S.A.	49,0	LT Chapadão-Quirinópolis / SE Jataí / SE Edeia / SE Quirinópolis	0
Transenergia Goiás S.A.	49,0	LT Serra da Mesa-Barro Alto	28
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	49,0	LT Marimbondo II-Assis	31
Paraná Transmissora de Energia S.A.	24,5	LTs Barreiras II-Rio das Éguas / LT Rio das Éguas-Luziânia / LT Luziânia-Pirapora 2	47
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	39,0	LT Luziânia - Brasília Leste / LT Samambaia - Brasília Sul / LT Brasília Sul - Brasília Geral / SE Brasília Leste	15
Lago Azul Transmissora S.A.	49,9	LT Barro Alto Itapaci	2
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A	49,9	LT Itatiba-Bateias / LT Araraquara II-Itatiba / LT Araraquara II-Fernão Dias / SE Santa Bárbara d'Oeste / SE Itatiba / SE Fernão Dias	27
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,5	LT Xingu-Estreito	6
Subtotal Transmissão			241
Total			1.459

É apresentado, a seguir, o total dos investimentos realizados desde 2010, corrigido pelo IPCA para dezembro de 2014:

Total de Investimentos Realizados de 2010 a 2014

Ano	Investimentos Corporativos	Inversões Financeiras	Total Moeda Corrente	Total Moeda Constante Dez/2014
2010	1.245	340	1.585	2.013
2011	989	1.032	2.021	2.410
2012	1.148	1.473	2.621	2.954
2013	945	1.127	2.072	2.205
2014	849	1.459	2.308	2.308

Empréstimos e Financiamentos

Captação de Recursos

As captações realizadas por Furnas junto a instituições financeiras nacionais, Eletrobras e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) resultaram no ingresso de R\$ 1.096 milhões no caixa da empresa, durante o exercício de 2014. Deste montante, R\$ 400 milhões foram contratados junto ao Banco do Brasil com a finalidade de reforçar o caixa.

Da captação de R\$ 6,5 bilhões efetuada pela Eletrobras junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, Furnas recebeu R\$ 644 milhões, por intermédio de contrato de repasse, recursos estes destinados à SPE Madeira Energia S.A.

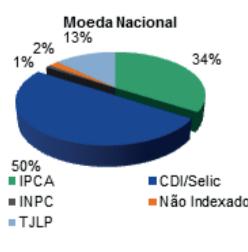
Em continuidade ao financiamento para o programa de modernização das UHEs Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, o BID liberou US\$ 21 milhões, equivalentes a R\$ 51,9 milhões.

A composição do endividamento total ao final do exercício está representada no quadro a seguir:

Credor		Saldo em 31.12.2014
Eletrobras (Moeda Nacional)		3.805
Eletrobras (Moeda Estrangeira)		153
BID (Moeda Estrangeira)		331
Caixa Econômica Federal (CEF)		1.873
Banco do Brasil		1.400
BNDES		993
Finep		163
BSA		210
Subtotal		8.928
Fundação Real Grandeza		137
Total		9.065

O endividamento de Furnas concentra-se em moeda nacional, apresentando somente 5% do total em moeda estrangeira. Do endividamento em moeda nacional: i) 34% é indexado ao IPCA – empréstimos realizados com a Eletrobras; ii) 50% em CDI e Selic – captados junto ao mercado financeiro e Eletrobras; iii) 13% atrelados à TJLP – basicamente financiamentos do BNDES; iv) 1% indexado ao INPC – dívidas com a FRG; e v) 2% a juros pré-fixados, pulverizados entre Eletrobras, Finep e Finame-PSI (CEF).

Os gráficos a seguir demonstram a segmentação da dívida de Furnas em moeda nacional e estrangeira, a distribuição dos indexadores dos financiamentos e a distribuição dos agentes financeiros em moeda nacional.



Indenização Oriunda da Lei nº 12.783

No escopo da Lei nº 12.783/2013, em 2014, ingressou em Furnas o montante de R\$ 1.155 milhões em indenizações, destinado a financiar parte do programa de investimento e inversões financeiras da empresa.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

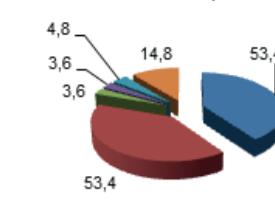
A CFURH é o valor pago pelas concessionárias e demais empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pela utilização dos recursos hídricos.

Em 2014, Furnas distribuiu R\$ 133,4 milhões, beneficiando as administrações de cinco estados, do Distrito Federal, de 149 municípios e órgãos da Administração Direta da União. Do total arrecadado, R\$ 53,4 milhões foram pagos aos estados e outros R\$ 53,4 milhões foram repartidos entre 149 municípios. Minas Gerais, que conta com o maior número de hidrelétricas, recebeu R\$ 50,1 milhões, seguido por Goiás (R\$ 42,1 milhões), São Paulo (R\$ 9,2 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 3,1 milhões), Mato Grosso (R\$ 2,3 milhões) e Distrito Federal (R\$ 22 mil).

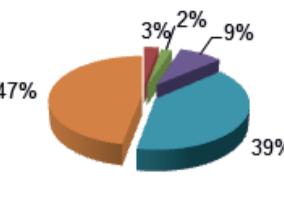
Da parte que cabe à União, os ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME) receberam R\$ 3,6 milhões cada; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) recebeu R\$ 4,7 milhões; e a Agência Nacional de Águas (ANA), R\$ 14,8 milhões.

Os gráficos a seguir demonstram a distribuição dos recursos provenientes da CFURH.

Distribuição do CFURH (R\$ Milhões)



Distribuição por Estados/Municípios



Furnas contribui, também, proporcionalmente, na compensação de outras seis usinas nas quais possui participação acionária: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapeco (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,47%), em Goiás; e Santo Antônio (39%) em Rondônia. Em 2014, estas hidrelétricas pagaram R\$ 87,3 milhões em royalties pelo uso da água, dos quais coube a Furnas o montante de R\$ 34,8 milhões.

Compensação à Comunidade Indígena Avá-Canoeiro

Por força do Decreto Legislativo 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autorizou a implantação da UHE Serra da Mesa, Furnas, como concessionária, fica obrigada a cumprir integralmente os convênios, ajustes e termos de cooperação celebrados com a Fundação Nacional do Índio (Funai) relacionados a este empreendimento e que visam à proteção e compensação da nação indígena avá-canoeiro. Entre as obrigações está o pagamento, à comunidade, do valor de dois por cento do montante a ser distribuído, a título de royalties, aos municípios inundados pelo reservatório da usina em questão.

Os recursos destinados, em 2014, ao pagamento da compensação acima referida são apresentados no quadro a seguir:

Bimestre	Valor Pago (R\$)	Acumulado (R\$)
Jan/Fev	46.672,17	46.672,17
Mar/Abr	27.937,01	74.609,18
Maio/Jun	13.665,91	88.275,09
Jul/Ago	17.954,77	106.229,86
Set/Out	42.182,40	148.412,26
Nov/Dez	53.836,92	202.249,18

GEST



Energia que impulsiona o Brasil

(margem operacional líquida e índice de custeio) e os operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão). A meta individual consiste no fator de contribuição individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Além das metas, há ainda pré-requisitos fundamentais para este pagamento, que estão relacionados à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas, à razão de 50% do resultado das metas da Holding e 50% de sua subsidiária. O montante a ser distribuído aos empregados não pode ultrapassar o limite de quatro remunerações. A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção dos seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos, destacando-se plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos e seguro de vida, entre outros.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

A gestão responsável da FRG fez com que esta alcançasse, até dezembro de 2014, a décima posição no ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), considerando a soma dos patrimônios do Plano de Benefício Definido (BD) e do Plano de Contribuição Definida (CD), que atingiu a importância de R\$ 12,2 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2014, do total de 11.424 participantes dos dois planos administrados pela FRG, 8.973 eram filiados ao plano BD, sendo 1.104 ativos, 6.394 assistidos, 1.421 pensionistas, 5 autopatrocínados e 49 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.451 participantes, filiados ao plano CD, no final de 2014, dividiram-se em 2.340 ativos, 51 assistidos, 19 pensionistas, 24 autopatrocínados e 17 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2014, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 56.425.000,88. Com relação ao valor destinado pela empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG, este alcançou R\$ 38.449.070,66 no exercício.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2014, a área de recursos humanos continuou a capacitar os empregados visando alcançar os objetivos estratégicos da empresa, com ações educacionais específicas nas áreas de negócio para aprimoramento dos processos de trabalho e, também, com ações educacionais ligadas ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que contempla requisitos de capacitação levantados na avaliação de desempenho de cada empregado e validadas por seu gerente imediato, alavancando conhecimentos, habilidades e atitudes para que o colaborador tenha condições de desempenhar suas atividades com excelência.

Adicionalmente, empregados foram inscritos em ações de longa duração, como cursos de especialização, pós-graduação e MBA alinhados aos processos de trabalho e que visam aumentar a produtividade e aprimorar conhecimentos.

Paralelamente, prosseguiram ações de gestão do conhecimento visando reter na empresa os conhecimentos necessários para que esta alcance suas metas estratégicas. Entre as iniciativas já implantadas estão as Comunidades de Prática, os Fóruns de Discussão, o curso on-line sobre Gestão do Conhecimento, as Bases de Conhecimento, o Programa de Repasse de Conhecimentos e a implantação dos Planos de Ação advindos dos mapas de conhecimento, dentre outras.

Também, no exercício, seguiram adiante o processo de retenção dos conhecimentos críticos das áreas de negócios, diante do grande número de empregados inscritos no Plano de Readequação de Pessoal (Preq) e, para o corpo gerencial, outras ações educacionais de grande relevância, tais como MBA em Gestão de Negócios com ênfase no Setor de Energia, Matemática Financeira, Gestão de Contratos, Gestão de Riscos e Liderança, dentre outras disciplinas.

Nas tabelas a seguir, são apresentados alguns indicadores de acompanhamento da gestão do conhecimento para 2014:

Iniciativas	Número de Participações
Comunidades de Prática	3.185
Bases de Conhecimento	285
Fóruns de Discussão	1.248
Banco de Especialistas	5.071
Curso de Sensibilização de GC	5.071
Mapeamento de Conhecimentos Associados aos Processos	
Número de Participações	402
Número de Workshops	27
Planos de Repasse de Conhecimento	
Planos de Repasse de Conhecimento (PRC) realizados	579
Total de Horas Empregadas em Repasse de Conhecimentos	288.866

As principais realizações da educação continuada em 2014 estão listadas a seguir:

- implementação das trilhas de aprendizagem e construção de novas trilhas;
- oferta de ações educacionais de apoio à estratégia empresarial;
- atendimento ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI);
- coordenação dos centros de treinamento básico;
- certificação dos operadores de Furnas;
- implantação de cursos à distância;
- cursos para atendimento à legislação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- cursos específicos de utilização do sistema SAP nos processos de negócio;
- levantamento, junto às diretorias, dos conhecimentos estratégicos e específicos necessários à elaboração de um plano global de desenvolvimento que atenda a empresa, dentre outras ações.

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos de treinamento e a média de horas de treinamento por participante em 2014, discriminadas por categoria funcional e gênero.

Resultados 2014				
Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes / Força de Trabalho
1.037	3.460	7.936	51.066	68%
Cargo/Gênero				
Gerencial feminino			51,11	
Gerencial masculino			78,44	
Nível superior feminino			58,41	
Nível superior masculino			39,80	
Sem nível superior feminino			34,84	
Sem nível superior masculino			9,56	

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho por competências é aplicada em Furnas desde 2005. Desde a implantação do Plano de Cargos e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas.

Esta ferramenta é aplicada a todos os empregados, inclusive aos que ocupam cargos gerenciais. Além da avaliação pelo gestor imediato, o empregado também faz sua autoavaliação, tendo oportunidade de emitir sua opinião e receber informações sobre as perspectivas de sua carreira profissional. No próximo ciclo avaliativo, Furnas implantará a avaliação dos gerentes também por parte de suas respectivas equipes de trabalho, de início em contexto de aprendizagem e, a partir de 2016, efetivamente como item a ser considerado no resultado final da avaliação de cada gestor.

Os resultados da avaliação são considerados subsídios para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Pesquisa de Clima Organizacional

A pesquisa de clima organizacional é uma das mais poderosas ferramentas de gestão de pessoas, pois revela a percepção dos empregados sobre a empresa. Retrata os níveis de satisfação, motivação e relações de trabalho e possibilita a elaboração de plano de ação para minimizar problemas.

Ao final do exercício de 2012, com o objetivo de monitorar e aprimorar a qualidade do ambiente organizacional, Furnas adotou uma nova estratégia para trabalhar os resultados da última pesquisa realizada e elaborar os planos de ação para melhoria do clima organizacional. Nas diretorias e superintendências, foram realizados workshops para análise dos resultados, onde foram apresentados os fatores e assertivas mais críticos da pesquisa que tiveram impacto nos resultados destas áreas. A partir daí, foi elaborado o plano de ação do clima organizacional, representado por um conjunto de ações, diretrizes e metas para os 12 meses seguintes, visando ao aperfeiçoamento do clima organizacional de cada área.

Em 2014, foram divulgados os resultados da pesquisa de clima realizada no final de 2013. Todos os empregados tiveram acesso ao resultado do diagnóstico de clima de Furnas e de seu respectivo órgão de lotação. Foram apresentados aos gerentes os resultados globais de Furnas e de toda a sua hierarquia organizacional. Na busca da melhoria contínua do ambiente organizacional, foram realizados planos de ação setoriais junto às áreas com índice de satisfação abaixo da meta de 66%.

Segurança e Saúde Ocupacional

A política de segurança no trabalho e saúde ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política do Sistema Eletrobras, com foco na prevenção. Os empregados de Furnas estão representados por 32 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 6 Unidades de Segurança (Usegs), que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados e contratados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados e contratados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho e de suas instalações.

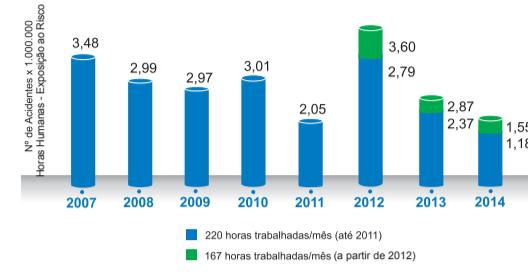
Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas-humanas em exposição a risco.

risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas-humanas em exposição a risco.

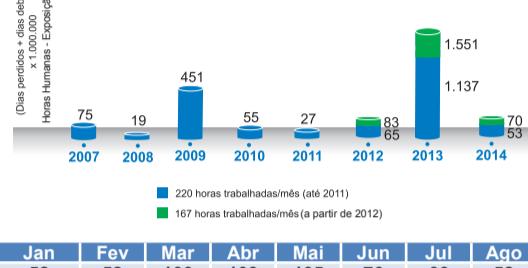
A partir de 2012, como pode ser observado nos gráficos de evolução dos indicadores TF e TG apresentados a seguir, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas empresas do Sistema Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas ano/12 meses, conforme a norma NBR 14.280.

Taxa de Frequência de Acidentes Anual



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	0,0	1,69	3,38	1,69	0,0	0,0	1,69	0,0	1,69	5,06	3,41	0,0

Taxa de Gravidade de Acidentes Anual



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	52	52	100	103	105	76	66	52	61	108	53	17

Qualidade de Vida

Por meio de ações do Programa de Qualidade de Vida de Furnas, como atividades físicas, sociais e culturais, e de reconhecimento e valorização, a empresa contribui para a satisfação e bem-estar de seus empregados, pois acredita que pessoas mais felizes trabalham melhor e produzem mais, além de compartilhar um ambiente organizacional mais saudável e harmonioso.

Na tabela a seguir, estão listadas as ações promovidas por Furnas para a melhoria da qualidade de vida de seus empregados.

Programa	Objetivo

</tbl_r



Energia que impulsiona o Brasil

No Instagram, Furnas possui dois perfis. No ar desde agosto de 2013, o perfil *Furnas Esportes* conquistou 1.100 seguidores, tendo sido publicadas pouco mais de 600 fotos relacionadas a projetos de marketing esportivo da empresa. Já o perfil *Furnas Energia*, lançado em 26 de fevereiro de 2014, acumula pouco mais de 500 seguidores, com cerca de 200 imagens publicadas.^(*) O serviço *Fale Conosco* recebeu 2.378 e-mails com pedidos de informação sobre assuntos diversos. Deste total, 98% tiveram suas solicitações integralmente atendidas.

No Sistema Furnas do Google Maps, o usuário navega pelas instalações da empresa, nas usinas e subestações em funcionamento e em construção, de forma ágil e objetiva, por meio de imagens de satélite. Em 2014, foram 16.512 visualizações, o que significa cerca de 1.376 acessos mensais.

Nos canais de comunicação mobile para plataformas iOS e Android, Furnas registrou mais de 11.000 downloads, crescimento de 250% em relação ao ano anterior, alcançando visibilidade internacional nas App Stores dos Estados Unidos e Europa. Entre os destaques, VENTOS e MARES (9.300), Casa Virtual de Eficiência Energética (1.053), Furnas Postal (100), Furnas Cultural (100), Esporte Especiais (100) e Mapa Digital (mais de 400).

O Projeto Furnas Educa, que utiliza metodologia específica de ensino abordando temas de conservação de energia, educação ambiental e prevenção a queimadas para crianças entre 5 e 15 anos, percorreu todas as regiões do País, atendendo mais de 35 mil crianças em mais de 65 instituições educacionais.

^(*) Os dados do YouTube e Facebook foram extraídos dos próprios canais, os do Twitter foram obtidos por meio de ferramenta específica e os do Instagram são estimativas de Furnas.

Publicidade Institucional e Legal

Em 2014, Furnas fez investimentos em publicidade institucional em jornais e revistas de grande circulação e emissoras de TV e rádio das principais capitais brasileiras.

Nas campanhas institucionais foram abordados temas sobre geração e transmissão de energia, meio ambiente, responsabilidade social, sustentabilidade, conservação de energia, esporte, cultura e parcerias internacionais, de forma a divulgar programas e novos investimentos aos públicos interno e externo.

No âmbito da publicidade legal, foram divulgados documentos oficiais diversos, a saber, prestação de contas, atas, avisos de licitação, editais, comunicados, chamadas públicas e outros.

Vídeos Corporativos e Banco de Imagens

Com o intuito de preservar a memória institucional e divulgar sua imagem corporativa, a empresa produziu 100 filmes corporativos em 2014 e mantém acervo de cerca de 2 mil matrizes de vídeos, com registros de ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, desde sua criação.

O banco de imagens conta com um acervo histórico e correto de 130 mil imagens digitais, cuja temática institucional abrange geração, transmissão, eventos corporativos, meio ambiente, responsabilidade social, eventos culturais e desportivos e campanhas de saúde e pró-equidade de gênero e raça.

Relações Sindicais

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades organizadas em duas representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes destes processos de negociação são estendidas a todos os empregados da empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da empresa e maximizar a satisfação de seus empregados.

Em 2013, o Acordo Coletivo de Trabalho foi firmado com vigência de dois anos (2013-2015).

Relacionamento com Fornecedores

Furnas mantém relacionamento com seus fornecedores no intuito de orientá-los quanto aos objetivos, desejos e limitações legais da empresa. Desde 2009, disponibiliza em seu website o documento Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores (www.furnas.com.br/fornecedores), do qual todos os interessados em participar dos processos licitatórios se comprometem a ter conhecimento prévio. O objetivo é compartilhar valores e princípios em temas como saúde e segurança do trabalho, proteção ao meio ambiente, equidade de gênero, transparência, participação e prestação de contas para toda a cadeia de suprimento.

A empresa possui uma gama de produtos considerados relevantes, que ajudam a manter o nível de excelência dos serviços prestados no segmento em que atua. Os principais produtos adquiridos são os equipamentos e componentes elétricos e eletromecânicos para os empreendimentos de transmissão.

Por ser empresa de economia mista, todo o processo de aquisição em Furnas é norteado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; e Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, onde aplicável, em suas últimas versões, como também pelo inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

As licitações realizadas por Furnas destinam-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e são processadas e julgadas em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, imparcialidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, e dos que lhes sejam correlatos.

Todos os editais de licitações efetuadas por Furnas possuem cláusulas específicas de sustentabilidade com a finalidade de integrar critérios ambientais, sociais e econômicos em toda tomada de decisão do processo licitatório.

Os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento das legislações trabalhista e previdenciária, tendo que demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do respectivo instrumento contratual.

Furnas adota o princípio constitucional da isonomia e mantém em seu quadro de fornecedores empresas de variados segmentos, desde microempresas até empresas de grande porte, para fornecimento dos produtos, materiais e serviços que garantam a excelência e eficiência do trabalho realizado perante a sociedade. Anualmente, Furnas realiza chamada pública convocando empresas de qualquer segmento e porte que desejem cadastrar-se como fornecedores.

A Política de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras tem como objetivo aumentar a eficiência e competitividade de suas empresas por meio da integração da logística de suprimento de bens e serviços. Uma das orientações básicas dessa política é o fomento ao engajamento de fornecedores a ações de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.

Implantação do Centro de Serviços Compartilhados

Dando continuidade à reestruturação da empresa de forma que o atendimento às unidades de negócios se adequasse aos projetos já implantados de redimensionamento do quadro de pessoal, implantação do sistema de gestão integrada SAP e desmobilização de contratados, iniciou-se, em 2012, a implantação do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, por meio da centralização de parte das unidades administrativas das áreas regionais.

Um ano depois, foram criados os CSCs regionais visando estabelecer em Furnas um novo padrão de atendimento para toda a empresa, com processos e sistemas unificados, tendo como foco a prestação de serviços sob o olhar do cliente.

O CSC foi criado, no contexto da reestruturação de Furnas, com o objetivo de funcionar no conceito de *shared services*, assumindo as atividades de diversas divisões administrativas e outros órgãos extintos.

O CSC segue um modelo de organização coordenado-descentralizado, segmentado por regiões geográficas (regionais) e por processos de trabalho. As regionais prestam os mesmos serviços administrativos e de suporte, embora difiram quanto ao porte, número de clientes, volume de serviços e extensão geográfica. Antes da criação dos CSCs, cada unidade administrativa regional executava os processos de modo próprio, utilizava sistemas auxiliares próprios em complemento ao SAP e apresentava atuação e resultados dispareus, fruto de cultura local e história diferentes e de valores e níveis de maturidade muito diversificados. Esta centralização trouxe o desafio de integrar os modelos de gestão então existentes.

Por força da dinâmica da empresa, os CSCs vêm passando por um processo de melhoria contínua, balizado por um modelo de gestão que inclui, dentre outras, as seguintes responsabilidades:

- coordenação da elaboração e revisão dos padrões relativos aos processos;
- garantia, por meio de treinamento, da utilização dos padrões estabelecidos;
- definição de indicadores de desempenho de processos;
- acompanhamento e avaliação do desempenho de processos por meio de indicadores;
- coordenação da solução de problemas referentes aos processos e implementação de melhorias;
- orientação sobre o desenvolvimento de aplicativos para os processos sob sua responsabilidade.

Embora não tenha ainda um sistema de indicadores, o CSC presta informações aos clientes por meio da participação de seus representantes em reuniões de trabalho, além de telefone, fax, carta, mensagem eletrônica e Portal CSC. Está prevista a implantação de um processo de avaliação da qualidade do serviço prestado aos clientes.

Com a criação dos CSCs regionais e centralização, nestes, dos processos administrativos de forma centralizada, associada às iniciativas acima referidas e a algumas ferramentas de gestão, embora ainda por aperfeiçoar, é possível observar resultados positivos, como os relacionados a seguir:

- redução do tempo médio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, considerado como o tempo entre a aprovação da requisição de serviços e a aprovação do pedido, em cerca de 30% frente à média de 2013;
- aumento da produtividade nos processos de compras e contas a pagar/receber, em mais de 10% com respeito à média de 2013;
- redução no número de processos de aquisição de combustível em 55%, correspondente à redução de 65% no valor contratado, quando comparados os oito primeiros meses de 2014 com os oito últimos de 2013.

No momento, o CSC se encontra empenhado em dar andamento aos seguintes projetos:

- adequação das soluções de software de gestão integrada e outras melhorias de tecnologia da informação, como workflow e portais colaborativos;
- simplificação e padronização de processos;
- automatização das práticas manuais;
- estabelecimento de acordos de nível de serviço.

Adicionalmente, a empresa realiza o mapeamento, entendimento e adequação dos papéis e responsabilidades pela gestão dos processos, passo fundamental para a implantação dos CSCs.

Com relação aos objetivos específicos, espera-se:

- com a implantação das soluções de software de gestão integrada, facilitar o acompanhamento e controles pelos clientes, conferindo mais transparência aos serviços;
- com a padronização e automatização de processos, reduzir os prazos de atendimento aos clientes, em especial em processos de aquisição;

que os acordos de nível de serviço estabeleçam as regras de relacionamento entre os CSCs e seus clientes - será ferramenta fundamental de controle e monitoramento do desempenho dos centros.

Além do exposto, merece destaque o padrão de atendimento dispensado pelos CSCs ao atendimento a emergências, principalmente aquelas ocorridas em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo na receita e imagem da empresa. Desde a criação dos CSCs, foram atingidos todos os prazos ótimos de atendimento.

Visando excelência no atendimento e em estrita observância do Plano de Atendimento a Emergência – PAE da empresa, o CSC tem investido:

- na capacitação de grupo específico de pessoas para cada um dos CSCs por meio de repasse de conhecimento dos mais experientes;
- na melhoria do acesso a recursos materiais, como veículos especiais, equipamentos, ferramentas etc;
- na elaboração e implantação de escalas de sobreaviso.

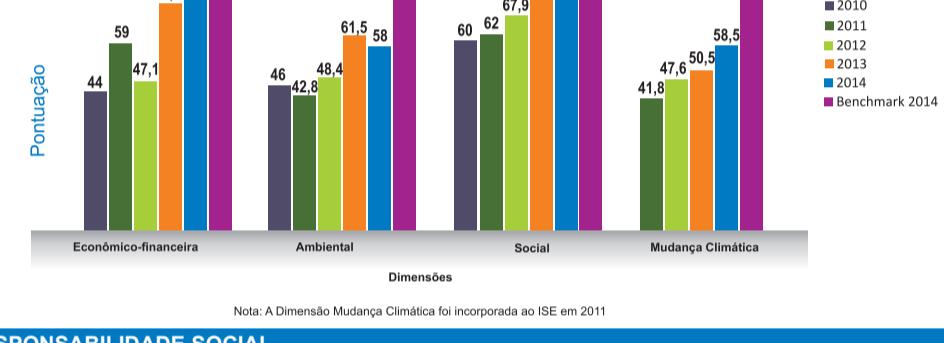
GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A sustentabilidade em Furnas é uma importante ferramenta de gestão, tanto no atendimento a indicadores de mercado quanto na análise de lacunas para o aperfeiçoamento de procedimentos internos. Os esforços em direção a uma atuação sustentável têm contribuído para melhorias constantes na operação da empresa e em sua contribuição para a manutenção da Holding Eletrobras nos mais importantes índices de classificação mercadológica.

Com a participação de Furnas e das demais empresas do sistema, a Eletrobras permanece listada no Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index, carteira que reúne as ações de 86 empresas de 12 países, sendo 17 do Brasil e, entre elas, outras duas do setor elétrico brasileiro – Cemig e CPFL. Em 2014, o desempenho da Holding seguiu a tendência de evolução, alcançando a condição de *benchmark* em temas como políticas anticorrupção, códigos de conduta e compliance, gestão de crise e de risco, sistemas de monitoramento e manejo de recursos hídricos.

Com o esforço de sustentabilidade das empresas do sistema e, em especial, com a contribuição de Furnas, a Eletrobras manteve-se listada, também, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo. A carteira 2015 do ISE Bovespa reúne ações de 40 companhias de 19 setores da economia, com valor de mercado de R\$ 1,22 trilhão, o que equivale a metade do valor total das empresas com ações negociadas na BM&FBovespa. Ademais, o ISE Bovespa é utilizado como indicador de desempenho no processo de planejamento estratégico de Furnas e integra os parâmetros de avaliação presentes no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) das empresas do Sistema Eletrobras.

Evolução ISE Bovespa Furnas



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade, promoção da cidadania, respeito à diversidade, incentivo e difusão das mais diversas manifestações culturais, e respeito e cuidado com o meio ambiente. Ao reconhecer e minimizar os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades nas localidades onde implanta e opera seus empreendimentos, a empresa consolida sua reputação de excelência em cidadania empresarial.

O investimento social de Furnas é suportado por recursos próprios ou decorrentes de renúncias fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte e Doações ao FIA) e se reflete em centenas de programas, campanhas, ações e projetos implementados em suas diversas áreas de atuação por meio de parcerias com órgãos públicos, universidades e organizações sem fins lucrativos.

Todas as atividades estão alinhadas com os programas do Governo Federal, com as políticas públicas, com a legislação e com as diretrizes da Eletrobras. Furnas reconhece os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades e acredita que o desenvolvimento sustentável é possível somente com a fusão de interesses econômicos, ambientais, culturais e sociais. Desta forma, a atuação social deixa de ser uma ação secundária para ser incorporada à gestão estratégica da empresa, em igual importância à dos demais interesses, contribuindo para o crescimento das comunidades com as quais interage.

Furnas passou a adotar postura proativa nos projetos socioambientais, apoiando iniciativas que buscam sustentabilidade a longo prazo. Em 2014, a empresa apoiou: ações de gênero e voluntariado; projetos sociais; patrocínio de eventos e cultural; combate à exploração de crianças e adolescentes; atendimento a situações emergenciais; e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a realização do projeto Movimento ODM Brasil 2015.

A política de responsabilidade social da empresa tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento humano, buscando uma sociedade sustentável, solidária e em equilíbrio com a natureza. Com esta política, a empresa ratifica seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, documentos orientadores de suas práticas empresariais.

O quadro a seguir apresenta, para o exercício de 2014, os principais indicadores sociais externos de Furnas, representados por seu dispêndio nas diversas categorias de projetos e ações sociais.

Indicadores Sociais Externos^(*)

Parcela Repassada - 2014

	Categoria Projetos e Ações Sociais	(R\$)
1	Categoria Projetos e Ações Sociais	5.571.413,65
1.1	Educação	379.774,02
1.2	Saúde e Segurança Alimentar	1.044.370,54
1.3	Infra	



Energia que impulsiona o Brasil

Eletrobras
FurnasMinistério das
Minas e Energia
GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
PÁTRIA EDUCADORA**Patrocínio a Eventos**

Em 2014, Furnas patrocinou 16 eventos, sendo dois por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 14 por escolha direta.

Equidade de Gênero e Raça

O Comitê Pró-Equidade de Gênero apoia a Diretoria Executiva de forma permanente e sistemática no propósito de cumprir a política pró-equidade de gênero, promover a orientação da empresa em fóruns e analisar a legislação, entre outras questões. Em 2014, Furnas conquistou Ouro no Prêmio WEP's Brasil, na categoria empresa de grande porte, chancelado pelo Pacto Global da ONU e ONU Mulheres. O prêmio reconhece as corporações que promovem a igualdade de gênero em seus negócios e nas comunidades em que estão inseridas, com base nos sete princípios de empoderamento das mulheres. A empresa recebeu também o 4º Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Participação em Programas de Governo**Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep)**

Furnas apoia a Secretaria Executiva do Coep, criado em 1993 e que reúne organizações públicas e privadas de todo o País e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano, social e sustentável. Desde o início de sua trajetória, o comitê estimula suas associadas a promoverem ações complementares às políticas públicas do Governo Federal.

Em 2014, destacaram-se as seguintes iniciativas de mobilização social:

- Encontro Nacional - "20 Anos de Avanços e Desafios na Promoção da Cidadania no Brasil": evento que promoveu debates com especialistas sobre os três eixos de atuação da Rede Coep: erradicação da miséria; meio ambiente, clima e vulnerabilidade; e participação social, direitos e cidadania.
- Projeto - Tecnologia Social e Juventude – Empoderando Líderes: projeto que capacitou 52 jovens no desenvolvimento participativo de metodologia de reaplicação de tecnologias sociais.
- Publicação "Programa Comunidades Semiárido", vol. 6 - apresenta os principais resultados das atividades voltadas à consolidação da metodologia de atuação desenvolvida pelo Coep.
- Rede Mobilizadores - Uma rede de incentivo à prática social - rede virtual que reúne pessoas com experiências e conhecimentos diversos, movidas por ideais de justiça e equidade social.
- Participação na 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 20) - realizado em Lima (Peru), de 1 a 12 de novembro.

Programa da Coleta Seletiva Solidária

Criado a partir do Decreto Federal nº 5.940/2006, o qual estabelece que a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta seja destinada às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Este programa é monitorado pela Secretaria Geral da Presidência da República, sendo esta responsável pela avaliação semestral do andamento das atividades de coleta seletiva nas empresas públicas federais.

A Comissão da Coleta Seletiva Solidária de Furnas trabalha desde 2008 para o melhor aproveitamento de resíduos para reutilização e reciclagem. Desde o início da implantação do programa, mais de 1.300 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) foram destinadas a 31 cooperativas de catadores parceiras de várias unidades da empresa. Em 2014, a empresa destinou ao programa 215 toneladas de resíduos, contribuindo para a inclusão socioeconômica de centenas de famílias de catadores.

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o programa tem como princípio a inserção dos critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, que vão desde a mudança na forma de comprar e contratar serviços (licitações sustentáveis) até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Furnas aderiu à A3P em outubro de 2012.

O Programa está fundamentado em cinco eixos temáticos: I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos; II - gestão adequada dos resíduos; III - melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; IV - sensibilização e capacitação dos empregados; V - contratações públicas sustentáveis. O grupo de trabalho da A3P em Furnas recebe informações e traz inovações que contribuem para a incorporação de princípios e critérios de gestão socioambiental em todas as atividades da empresa, resultando em economia de recursos naturais, redução de gastos institucionais por meio do uso racional de bens públicos e melhora da qualidade de vida dos empregados.

Em 2014, foi elaborado o segundo Relatório de Avaliação de Desempenho. Furnas foi premiada pelo Ministério do Meio Ambiente por dois projetos inscritos na 5ª Edição do Prêmio A3P, tendo recebido também os Selos de Sustentabilidade na Administração Pública. Furnas foi a única empresa a ganhar os três Selos: Verde, Prata e Laranja, todos concedidos pelo Ministério do Meio Ambiente, que reconhece, assim, a gestão sustentável da empresa.

Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Criado em 1994 pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o Prodeem atende às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. A principal fonte utilizada pelo Prodeem é a fotovoltaica, que transforma a energia solar em energia elétrica, destinada a escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios ou de difícil acesso.

Desde 2004, por força do Convênio 012/2004-MME/Furnas, a empresa é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem - PRC/Prodeem nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Em conformidade com as determinações do MME, foram realizadas 104 inspeções nos sistemas fotovoltaicos instalados nos estados da Região Sudeste e Goiás, com o objetivo de iniciar o processo de Cessão de Uso do Bem Público dos equipamentos/painéis fotovoltaicos aos diversos agentes públicos de âmbito federal, estadual e municipal, bem como às concessionárias de energia elétrica de seus respectivos estados. Deste universo, encontram-se no MME sete processos de transferência patrimonial para obtenção das respectivas cessões, segundo a legislação vigente.

Durante o exercício de 2014, Furnas realizou 43 serviços de manutenção corretiva para a recuperação da capacidade operativa dos sistemas fotovoltaicos instalados nos estados citados e a desativação de nove sistemas situados em comunidades que foram beneficiadas pelo "Programa Luz para Todos", com a instalação de redes de distribuição de energia convencional das concessionárias de energia elétrica.

Programa Luz para Todos (PLpT)

Lançado pelo Governo Federal em novembro de 2003, coordenado pelo MME e operacionalizado com a participação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e das empresas que compõem o sistema Eletrobras, o programa tem por objetivo levar energia elétrica, gratuitamente, à população rural que ainda não tem acesso a este serviço público e fazer da eletricidade vetor de desenvolvimento e renda para as comunidades atendidas.

Por meio do Decreto 7520, de 8 de julho de 2011, o Programa Luz para Todos teve seu prazo prorrogado para o período de 2011 a 2014, e implementada pelo Governo Federal sua integração aos programas Territórios da Cidadania e Plano Brasil sem Miséria, com o intuito de assegurar que a eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, crescimento da demanda por energia elétrica e aumento da renda e inclusão social da população beneficiada.

Com respeito ao objetivo básico, foram incluídos outros beneficiários, como a população de assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras localizadas em reservas extrativistas, bem como escolas, postos de saúde e poços de água comunitários.

Em 2014, na área de atuação de Furnas, o PLpT realizou 4.132 ligações, que beneficiaram 20.660 pessoas, considerando o realizado em três estados - Rio de Janeiro (1.251 ligações), São Paulo (894 ligações) e Goiás (1.987 ligações). Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais foram considerados universalizados, uma vez que concluíram o número de ligações contratadas.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como empresa de geração e transmissão de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social do País, Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir suas ações respeitando o meio ambiente, promovendo o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável e a conservação da diversidade biológica, e incorporando os processos associados ao ecossistema florestal.

A atuação da empresa é orientada por suas políticas ambientais, que consideram aspectos legais, além de práticas e experiências acumuladas, na busca da integração harmônica de seus empreendimentos com o meio ambiente.

Licenciamento Ambiental

Para efetiva observância da regularidade dos empreendimentos de Furnas, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

Em 2014, foi desenvolvido, no Sistema de Acompanhamento de Licenciamento Ambiental (SALA), o módulo de pendências críticas e comunicação. A nova ferramenta permitirá melhor gestão do atendimento das condicionantes ambientais, otimizando a comunicação entre as áreas ambiental e fundiária de Furnas.

No exercício, foram obtidas as seguintes licenças ambientais:

Licença de Instalação	Licença de Instalação e Operação	Licença de Operação
LT 138 kV Santa Cruz-Jacarepaguá T.02		
LT 138 kV Santa Cruz-Jacarepaguá T.30		
LT 230kV Mascarenhas - Linhares		
SE Abaixadora de Samambaia	LT 138 KV Santa Cruz-Jacarepaguá (Reconstrução)	LT 345kV Itapeti - Nordeste
SE Jacarepaguá 13 R		SE Vitória
		SE Zona Oeste
		SE São José

Compensação Ambiental e Programas Ambientais

Foi investido, no ano, cerca de R\$ 1,5 milhão em compensação ambiental, referente à UHE Corumbá e à UTE Santa Cruz. Em programas ambientais, Furnas investiu mais de R\$ 80 milhões ao longo do exercício.

Mudanças Climáticas

Furnas, como empresa do Sistema Eletrobras, assumiu publicamente a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas. Desde 2013, foram instituídas metas de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2014, a empresa atingiu a meta estabelecida, com redução de 2% em energia elétrica consumida e aumento de 4% em utilização de combustíveis renováveis.

Ademais, em 2014, Furnas iniciou sua participação no Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima (SCEEPC), promovida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (GVces) em parceria com a Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio). A iniciativa estabelece um simulado de mercado de carbono com o objetivo de engajamento de empresas brasileiras frente às mudanças climáticas, à gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e à proposição de políticas públicas.

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Desde 2008, Furnas é membro do programa brasileiro do Greenhouse Gas Protocol. O GHG Protocol é uma ferramenta desenvolvida, originalmente, pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e pelo World Resources Institute (WRI) para que as empresas possam efetuar a medição e gestão de suas emissões de GEE por meio de metodologia internacionalmente aceita. Estas informações são requeridas hoje pelos índices de sustentabilidade empresarial nos mercados nacional (ISE Bovespa) e internacional (Dow Jones Sustainability Index).

No exercício, Furnas conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Selo Ouro em seu Inventário de Emissões de Gases Estufa 2014, referente ao ciclo 2013.

Biodiversidade

Furnas mantém parceria com o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), área protegida (12.500 hectares), considerada a maior floresta urbana do mundo, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e por onde passam 11 linhas de transmissão da empresa, com tensões de 138 kV e 345 kV. Em 2014, a empresa realizou a formatura de 120 adolescentes da comunidade do entorno do parque no Projeto Lobinho Guará, em parceria com a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros (FABOM). O objetivo da iniciativa foi propagar conhecimentos de cidadania e preservação do meio ambiente, em especial sobre os riscos das queimadas.

Reflorestamento

Em 2014, foram plantadas cerca de cinco mil mudas no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Marimbondo.

Gestão da Questão Indígena

A parceria de Furnas com a Funai e com a comunidade indígena avá-canoeiro ocorre desde 1992, com a implantação da UHE Serra da Mesa, em Goiás, quando foi ajustado o termo de convênio estabelecendo ações compensatórias devido à interferência em parte do habitat tradicional deste povo indígena. Em 2012, novo convênio foi firmado com a Funai, dando continuidade à compensação prevista.

Foram concluídos, em 2014, os trâmites necessários ao processo de doação do terreno onde será construído o Centro Técnico Cultural Avá-Canoeiro, na cidade de Minaçu, em Goiás. Em 2015, será consolidada a doação, com transferência em cartório para a Funai.

Educação Ambiental

Nas usinas hidrelétricas de Batalha e Simplício, assim como na linha de transmissão Anta-Simplício, os Programas de Educação Ambiental (PEAs) vêm capacitando a população diretamente afetada em técnicas de gestão de resíduos, práticas sustentáveis em agricultura e elaboração de projetos de intervenção socioambiental. Também são ministradas palestras sobre doenças carreadas por meio hídrico e para convívio com as Áreas de Preservação Permanente (APPs), reservatórios e linhas de transmissão. Na área de influência da UHE Batalha, cinco famílias foram capacitadas na oficina de meliponicultura (criação de abelhas com e sem ferrão para produção de mel e derivados).

Na usina hidrelétrica de Marimbondo, o PEAs também vem capacitando a população diretamente afetada, estimulando a gestão ambiental da APP, do reservatório e da região, nos municípios lindeiros de Fronteira, em Minas Gerais, e Colômbia, Guaraci e Icém, em São Paulo. Em 2014, cerca de 1.400 pessoas foram assistidas na UHE Marimbondo, entre funcionários, educadores e sociedade civil.

Adicionalmente, em 2014, Furnas deu início ao diagnóstico para o novo PEAs da usina hidrelétrica de Funil. Durante o ano, foram realizadas seis reuniões com a Secretaria de Assistência Social de Itatiaia (RJ). O programa tem como público-alvo comunidades vulneráveis e impactadas pelo empreendimento, comunidade escolar e funcionários da usina.

Comunicação Ambiental

Cerca de 8.600 pessoas das comunidades afetadas por empreendimentos de Furnas foram atendidas nos Programas de Comunicação Social (PCS). Proprietários, representantes de governo e estudantes são o principal público-alvo das campanhas de comunicação e palestras realizadas.

No entorno das usinas hidrelétricas de Batalha e Simplício e da linha de transmissão Anta-Simplício, o trabalho foi complementar ao realizado ainda na fase de construção destes empreendimentos. Nas usinas hidrelétricas de Marimbondo e Funil, a atuação foi produto de licenciamento corretivo. Por fim, na linha de transmissão Itapeti-Nordeste, de pequena extensão, o PCS atende os proprietários de condomínios das áreas de influência.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

PMEA	PGR	PAE
Subestação (SE)	Imbirié, Ivaiporá, Poços de Caldas e São José	Adrianópolis, Campinas, Foz do Iguaçu, Ivaiporá, Jacarepaguá, Poços de Caldas, São José e Zona Oeste
Usina Hidrelétrica (UHE)	Marimbondo, Porto Colômbia e Simplício	Funil, Porto Colômbia e Simplício
Usina Termelétrica (UTE)	Campos	Santa Cruz

Em relação ao monitoramento da qualidade da água nos reservatórios da empresa, foi renovado, em 2014, este serviço para a UHE Batalha. Nas UHEs Itumbiara, Marimbondo e Funil, os contratos de monitoramento, iniciados em 2013, foram mantidos, atendendo ao cronograma de implementação das diretrizes padronizadas pela área técnica em todos os reservatórios de Furnas.

Gestão Fundiária

A liberação de áreas para construção de usinas e linhas de transmissão de energia elétrica segue algumas premissas dentro do ordenamento jurídico vigente, entre as quais destaca



Energia que impulsiona o Brasil

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2014			2013		
	R\$ Mil			R\$ Mil		
1. Geração e Distribuição de Riqueza						
Valor Adicionado Total	2.887.478				2.308.441	
Distribuição do Valor Adicionado A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Financeiras	32,3% governo 0% acionistas 7,8% outros	38,0% empregados 21,9% financiadores		29,0% governo 0% acionistas 7,0% outros	52,9% empregados 11,1% financiadores	
2. Recursos Humanos						
2.1. Remuneração						
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ Mil)	1.129.711				1.542.746	
- Empregados (R\$ Mil)	1.124.772				1.538.140	
- Administradores (R\$ Mil)	4.939				4.606	
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	36				47	
- Administradores	1				1	
2.2. Benefício Concedido	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre ROL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre ROL
Encargos Sociais	243.615	21,56	3,94	384.622	24,93	8,96
Alimentação	58.801	5,20	0,95	59.482	3,86	1,39
Transporte	924	0,08	0,01	498	0,03	0,01
Previdência privada	33.633	2,98	0,54	28.962	1,88	0,67
Saúde	133.167	11,79	2,15	117.876	7,64	2,75
Segurança e medicina do trabalho	9.968	0,88	0,16	9.796	0,63	0,23
Educação	3.945	0,35	0,06	3.836	0,25	0,09
Cultura	1.745	0,15	0,03	1.735	0,11	0,04
Capacitação e desenvolvimento profissional	20.663	1,83	0,33	18.021	1,17	0,42
Creches ou auxílio creche	12.817	1,13	0,21	12.415	0,80	0,29
Participação nos lucros ou resultados	58.159	5,15	0,94	88.504	5,74	2,06
Outros	47.812	4,23	0,77	335.454	21,74	7,82
Total	625.249	55,33	10,09	1.061.201	68,78	24,73
2.3. Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados	3.517				3.547	
Nº de admissões	53				47	
Nº de demissões	83				1.067	
Nº de estagiários	488				445	
Nº de empregados portadores de necessidades especiais	249 (¹)				247	
Nº de prestadores de serviços terceirizados	1.330				1.339	
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	2.968				2.995	
- Feminino	549				552	
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0				0	
- De 18 a 35 anos	535				658	
- De 36 a 60 anos	2.743				2.688	
- Acima de 60 anos	239				201	
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0				0	
- Com ensino fundamental	116				119	
- Com ensino médio	334				339	
- Com ensino técnico	1.061				1.068	
- Com ensino superior	1.082				1.129	
- Pós-graduados	924				892	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	79,71				79,40	
- Feminino	20,29				20,60	
2.4. Contingências e Passivos Trabalhistas						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	850				914	
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	496				324	
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	577				362	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ Mil)	29.163				23.050	
3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo						
3.1. Relacionamento com a Comunidade	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL
Totais dos investimentos em:						
Educação	2.869	0,21	0,05	3.294	-1,12	0,08
Cultura	8.307	0,62	0,13	11.024	-3,76	0,26
Saúde e infraestrutura	7.746	0,58	0,13	9.295	-3,17	0,22
Esporte e lazer	2.538	0,19	0,04	2.712	-0,92	0,06
Alimentação	841	0,06	0,01	2.300	-0,78	0,05
Geração de trabalho e renda	1.708	0,13	0,03	1.252	-0,43	0,03
Outros	4.824	0,36	0,08	2.525	-0,86	0,06
Total dos investimentos	28.833	2,15	0,47	32.402	-11,04	0,76
Tributos (excluídos encargos sociais)	933.862	69,44	15,11	668.341	-227,85	15,57
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	133.542	9,93	2,16	164.000	-55,91	3,82
Total – Relacionamento com a Comunidade	1.096.237	81,52	17,74	864.743	-294,80	20,15
3.2. Interação com os Fornecedores						
Nos editais de licitação, são exigidas declarações dos fornecedores de que os mesmos não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menores de 16 anos, exceto aqueles maiores de 14 anos empregados na condição de aprendizes e, também, de que não possuem, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado. A empresa exige ainda declaração de não estarem sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, em consonância com a Política de Sustentabilidade das empresas Eletrobras, adotada por Furnas. O documento "Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores" (disponível em www.furnas.com.br/fornecedores) é parte integrante dos editais de licitação. Além disso, nos contratos há cláusula específica sobre o Código de Ética pela qual "A Contratada declara conhecer e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das empresas Eletrobras, que se encontra disponível no endereço eletrônico da empresa, sob pena de submeter-se às sanções previstas no presente instrumento contratual".						
4. Interação com o Meio Ambiente	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	41.167	3,06	0,67	50.796	-17,32	1,18
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	33.920	2,52	0,55	49.494	-16,87	1,15
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	857	0,06	0,01	57	-0,02	0,00
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.326	0,32	0,07	31.228	-10,65	0,73
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Total da Interação com o Meio Ambiente	80.270	5,96	1,30	131.575	-44,86	3,06
5. Outras Informações						
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.182.015				4.292.195	
Resultado Operacional (RO)	1.344.862				-293.322	

(¹) Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 224 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).



Energia que impulsiona o Brasil

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	6	1.692	6.696	Fornecedores	18	750.285	411.869
Títulos e valores mobiliários	7	667.750	715.812	Financiamentos e empréstimos	19	507.770	431.464
Clientes	8	861.665	870.458	Impostos e contribuições sociais	20	304.805	287.856
Remuneração das participações societárias		113.186	82.536	Concessões a pagar – uso do bem público	24	1.561	1.590
Impostos e contribuições sociais	10	234.202	118.085	Obrigações estimadas	21	224.293	391.569
Almoxarifado	12	22.789	21.454	Encargos setoriais	22	138.094	128.265
Indenizações das concessões	13	1.344.476	1.499.440	Benefícios pós-emprego	23	77.341	72.945
Outros	14	202.306	149.009	Outros	28	32.496	49.215
		3.448.066	3.463.490			2.036.645	1.774.773
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Clientes	8	442.098	560.469				
Impostos e contribuições sociais	10	-	457.909				
Almoxarifado	12	97.066	90.856				
Cauções e depósitos vinculados	11	477.926	518.396				
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	18.075	60.789				
Ativo financeiro – concessões do serviço público	9	7.529.487	6.389.473				
Indenizações das concessões	13	-	630.912				
Outros	14	83.826	128.415				
		8.648.478	8.837.219				
Investimentos	15	5.344.317	4.818.716				
Imobilizado	16	5.924.242	5.908.998				
Intangível	17	107.581	111.388				
		20.024.618	19.676.321				
TOTAL DO ATIVO		23.472.684	23.139.811				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	6.182.015	4.292.195
CUSTO OPERACIONAL	31	(4.672.699)	(3.677.936)
Custo com energia elétrica		(1.942.894)	(1.074.685)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.519.260)	(673.974)
Encargos de uso da rede elétrica		(423.634)	(400.711)
Custo de operação		(2.729.805)	(2.603.251)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.856.629)	(1.950.131)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(492.843)	(278.997)
Utilização de recursos hídricos		(133.542)	(164.000)
Depreciação e amortização		(222.476)	(185.816)
Outros		(24.315)	(24.307)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	31	(669.512)	(582.073)
LUCRO BRUTO		839.804	32.186
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	32	505.058	(325.508)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		1.344.862	(293.322)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	15	(887.111)	151.780
RESULTADO FINANCEIRO	33	(457.995)	(524.079)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(244)	(665.621)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(405.410)	(151.889)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(405.654)	(817.510)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
Prejuízo do exercício	(405.654)	(817.510)
Outros resultados abrangentes:		
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	(311.795)	284.111
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego, incluindo provisão para perda na realização de créditos tributários	(86.321)	(257.016)
Outros:		
Ajuste acumulado de conversão em investida	7	13
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(803.763)	(790.402)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.031.154	5.690.383	656.113	-	(909.921)	11.467.729
Integralização de AFAC da Eletrobrás	500.000	-	-	-	-	500.000
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	13	13
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	27.095	27.095
Prejuízo do exercício	-	-	-	(817.510)	-	(817.510)
Destinação do resultado:						
Absorção do prejuízo do exercício (a)	-	-	(656.113)	656.113	-	-
Absorção do prejuízo do exercício (a)	-	(161.397)	-	161.397	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.531.154	5.528.986	-	-	(882.813)	11.177.327
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	7	7
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	(398.116)	(398.116)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(405.654)	-	(405.654)
Destinação do resultado:						
Absorção do prejuízo do exercício (a)	-	(405.654)	-	405.654	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.531.154	5.123.332	-	-	(1.280.922)	10.373.564

(a) De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(244)	(665.621)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação e amortização	222.476	185.816
Variação monetária/cambiais líquidas	(219.074)	(264.929)
Renda de aplicação financeira	(76.195)	(42.793)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(58.821)	(67.806)
Encargos financeiros	819.278	509.576
Resultado de equivalência patrimonial	887.111	(151.780)
Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa	65.516	60.532
Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e civis	(46.018)	(309.869)
Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal (Preq)	(21.789)	222.044
Provisão/(reversão) para perdas com contratos onerosos	(31.284)	(488.996)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(47.225)	32.067
Provisão/(reversão) para baixa de ativo financeiro	(496.195)	496.197
Despesas Financeiras (M		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas - Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa") é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, atuando na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia e consumidores livres de todo o território nacional.

O sistema de geração de energia elétrica, cuja concessão pertence em sua totalidade a Furnas, é composto por 4 (quatro) usinas hidrelétricas (UHE) próprias, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013 – e 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada, totalizando potência instalada de 8.299,47 MW^(*) (considerando apenas a participação percentual de Furnas) e, ainda, 2 (duas) usinas termelétricas com 530 MW^(*) de potência instalada, trazendo o total de geração própria para 8.829,47 MW^(*) (nota 2.1).

As UHE afetadas pela Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013, e que estão sendo operadas e mantidas por Furnas são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia. As UHE não afetadas de Itumbiara e Mascarenhas de Moraes têm fim de concessão em 2020 e 2023, respectivamente.

A UHE Batalha, com potência instalada de 52,5 MW^(*), teve sua operação comercial iniciada em maio de 2014 e o Complexo Hidrelétrico Simplicio/Anta, com 333,7 MW^(*) de potência instalada, que compreende as UHE Simplício e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta, iniciou sua operação em junho de 2013 com a UHE de Simplício adicionando 305,7 MW^(*) ao sistema elétrico brasileiro. A PCH Anta, composta por duas unidades geradoras de 14 MW^(*) cada, tem previsão de entrada em operação comercial no primeiro semestre de 2015, completando a capacidade instalada de 333,7 MW^(*) do complexo. A data de término das concessões das UHE Simplício e Batalha, já em operação, é agosto de 2041.

No parque gerador de Furnas está incluída a potência instalada de 1.275 MW^(*) relativa à Usina de Serra da Mesa, cabendo a CPFL Geração S.A. 657,14 MW^(*) (51,54%) e a Furnas, que detém o direito da concessão, 617,87 MW^(*) (48,46%), bem como o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW^(*), cabendo 148,40 MW^(*) (70%) a Furnas e 63,60 MW^(*) (30%) à Proman.

Além dos parques de geração e transmissão próprios, Furnas participa, em Sociedade de Propósito Específico (SPE) com outras empresas, na construção e operação de usinas, linhas de transmissão e subestações, bem como é remunerada pela prestação de serviços de operação e manutenção de empreendimentos decorrentes da Lei nº 12.783/2013. O detalhamento desses investimentos encontra-se nas notas explicativas 2 e 16.

(*) Informação não auditada

1.1 Principais atos regulatórios que impactaram as operações no exercício

Leilão Aneel nº 11/2013

Realizado em 7 de fevereiro de 2014, em lote único, o Leilão nº 11/203 ofereceu a LT Xingu-Estreito, de 2.092 km em corrente contínua, mais estações conversoras Xingu e Estreito. Esta concessão será responsável pelo escoamento da energia produzida pela UHE Belo Monte, Pará. Neste certame, Furnas sagrou-se vencedora como parte do consórcio IE Belo Monte (com participação de 24,5%), cujos demais integrantes são Eletronorte (24,5%) e State Grid (51,0%), com deságio de 38,00% frente ao valor máximo da RAP.

Leilão Aneel nº 02/2014

No dia 28 de março de 2014, o consórcio Novo Oriente – formado pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) – arrematou, no Leilão nº 02/2014, a concessão da UHE Três Irmãos. A concessão foi passada pelo Novo Oriente à SPE Tijóá Participações e Investimentos S.A., criada com a mesma composição acionária do consórcio.

A UHE Três Irmãos, localizada no rio Tietê, entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto (SP), com 807,5 MW de capacidade instalada e 217,5 MW médios de garantia física, tem sua geração de energia elétrica destinada às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), em regime de cota, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina Em Operação	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW) ^(*) ^(*)	Energia Assegurada (MW médio) ^(*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento Original	Data da Assinatura da Renovação	Data de Vencimento Renovado
Hidrelétricas								
Furnas	100	Grande	1.216,00	598,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	100	Grande	1.050,00	495,00	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo	100	Grande	1.440,00	726,00	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Porto Colômbia	100	Grande	320,00	185,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes	100	Grande	476,00	295,00	31.10.1973	31.10.2023	Não afetada	Não afetada
Funil	100	Parába do Sul	216,00	121,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara	100	Paranaíba	2.082,00	1.015,00	26.02.1970	26.02.2020	Não afetada	Não afetada
Corumbá I	100	Corumbá	375,00	209,00	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplicio/Anta ⁽⁴⁾	100	Parába do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso	70	Manso	212,00	92,00	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	Não afetada
Serra da Mesa	48,46	Tocantins	1.275,00	671,00	06.05.1981 e 12.11.2004	07.05.2011	27.04.2012 ⁽³⁾	12.11.2039
Termelétricas								
Santa Cruz	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015	Afetada, mas ainda não prorrogada	
Campos (Roberto Silveira)	100	Campos dos Goytacazes	30,00	21,00	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	Não afetada
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada	Não afetada	Não afetada

⁽¹⁾ Potência homologada pela Aneel. / ⁽²⁾ 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004. / ⁽³⁾ Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, portanto não afetada pela Lei nº 12.783/2013. / ⁽⁴⁾ PCH Anta (28 MW) ainda em implantação, com previsão de entrada em operação comercial no primeiro semestre de 2015. / ⁽⁵⁾ A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra temporariamente suspensa pela Aneel, conforme Despacho nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física (energia assegurada) de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW. (*) Informação não auditada

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) ^(*) ^(*)	Energia Assegurada (MW médio) ^(*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Peixe Angical	40.0000	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Baguari ⁽³⁾	15.0000	Doce	140,00	80,02	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó	40.0000	Uruguai	855,00	432,00	07.11.2001	06.11.2036
Serra do Façao	49.4737	São Marcos	212,58	182,40	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo	49.0000	Paraopeba	82,00	39,00	15.08.2006	14.08.2041
Três Irmãos	49.9000	Tietê	807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
Hidrelétricas em Operação Parcial						
Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾	39.0000	Madeira	2.286,08	2.218,00	13.06.2008	12.06.2043
Santo Antônio (Mesa) ⁽³⁾	39.0000	Madeira	1.282,22	206,20	13.06.2008	12.06.2043
Hidrelétricas em Implantação						
Teles Pires	24,5000	Teles Pires	1.819,80	915,40	07.06.2011	07.06.2046
São Manoel	33,3300	Teles Pires	700,00	421,70	10.04.2014	09.04.2049
Inambari ⁽⁴⁾	19,6000	AM/Peru	-	-	-	-
Éolicas em Operação						
Rei dos Ventos 1	24,5000	Galinhos/RN	58,45	22,00	09.12.2010	09.12.2045
Rei dos Ventos 3	24,5000	Galinhos/RN	60,12	22,50	09.12.2010	09.12.2045
Massabá 3	24,5000	Macau/RN	68,47	15,66	09.12.2010	09.12.2045
Éolicas em Implantação						
Famosa 1	49,0000	Tibau/RN	22,50	11,10	24.05.2012	23.05.2047
Pau Brasil	49,0000	Icapuí/CE	15,00	7,70	26.03.2012	25.03.2047
Rosada	49,0000	Tibau/RN	30,00	13,40	31.05.2013	30.05.2047
São						



Energia que impulsiona o Brasil

2.2 Subestações do sistema de transmissão de Furnas

SUBESTAÇÕES DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO			
Nome		Localização	
Zona Oeste (*)		Rio de Janeiro/RJ	
Empreendimentos renovados nos termos da Lei nº 12.783/2013 – O&M			
Nome	Localização	Nome	Localização
Adrianópolis	Nova Iguaçu/RJ	Itaberá	Itaberá/SP
Angra	Angra dos Reis/RJ	Itutinga	Itutinga/MG
Araquara	Araquara/SP	Ivaiporã	Manoel Ribas/PA
Bandeirantes	Aparecida de Goiânia/GO	Jacarepaguá	Rio de Janeiro/RJ
Barro Alto	Barro Alto/GO	Macapé	Macapé/RJ
Brasília Geral	Distrito Federal/DF	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes/SP
Brasília Sul	Macapé/RJ	Niquelândia	Niquelândia/GO
Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista/SP	Pirineus	Anápolis/GO
Campinas	Campinas/SP	Poços de Caldas	Poços de Caldas/MG
Campos	Campos dos Goytacazes/RJ	Resende	Resende/RJ
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu/PA	Rio Verde	Rio Verde/GO
Grajaú	Rio de Janeiro/RJ	Rocha Leão	Rio das Ostras/RJ
Guarulhos	São Paulo/SP	Samambaia	Distrito Federal/DF
Gurupi	Gurupi/TO	São José	Belfort Roxo/RJ
Ibiúna	Ibiúna/SP	Tijucu Preto	Mogi das Cruzes/SP
Imbariê	Duque de Caxias/RJ	Viana	Viana/ES
Iriri	Macapé/RJ	Vitória	Serra/ES
Empreendimentos mediante Sociedades de Propósito Específico (SPEs)			
Nome	Localização	Nome	Localização
Itatiba	Itatiba/SP	Jataí	Jataí/GO
Quirinópolis	Quirinópolis/GO	Mineiros	Mineiros/GO
Edéia	Edéia/GO	Morro Vermelho	Morro Vermelho/GO
Corumbá	Caldas Novas/GO	Trindade	Trindade/GO
Luziânia	Luziânia/GO	Viana 2	Viana/ES
Estação Retificadora nº 2 CA/CC 500/±600 kV	Porto Velho/RO	Estação Inversora nº 2 CA/CC ±600/500 kV	Araraquara/SP

(*) Construída pela TKCSA a partir do seccionamento da LT 500 kV Angra-Grajaú, de propriedade de Furnas, com a finalidade de conectar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) à rede básica do SIN, atualmente é de propriedade desta empresa, mas será transferida para Furnas por meio de termo de transferência não onerosa, conforme legislação vigente. Esta transferência ainda não foi realizada em virtude de ajustes no CCT - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão, que estão sendo negociados entre TKCSA, Furnas e Aneel.

SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS A USINAS			
Empreendimentos não afetados pela Lei nº 12.783/2013			
Nome	Localização		
SE da Usina de Batalha	Paracatu/MG		
SE da Usina de Campos	Campos dos Goytacazes/RJ		
SE da Usina de Itumbiara	Araporã/MG		
SE da Usina de Mascarenhas de Moraes	Ibiraci/MG		
SE da Usina de Santa Cruz	Rio de Janeiro/RJ		
SE da Usina de São Gonçalo	São Gonçalo/RJ		
SE da Usina de Simplicio	Sapucaia/RJ		
Empreendimentos afetados pela Lei nº 12.783/2013			
Nome	Localização		
SE da Usina de Corumbá	Caldas Novas/GO		
SE da Usina de Funil	Itatiaia/RJ		
SE da Usina de Furnas	São José da Barra/MG		
SE da Usina de Luiz Carlos Barreto de Carvalho	Pedregulho/SP		
SE da Usina de Marimbondo	Fronteira/MG		
SE da Usina de Porto Colômbia	Planura/MG		
Mediane SPEs			
Nome	Localização		
SE da Usina de Baguari	Região Leste/MG		
SE da Usina de Foz do Chapecó	Águas de Chapecó/SC		
SE da Usina de Peixe Angical	Peixe/TO		
SE da Usina de Retiro Baixo	Pompéu/MG		
SE da Usina de Santo Antônio	Porto Velho/RO		
SE da Usina de Serra do Fácão	Catalão/GO		
Parceria Pública Privada (PPP)			
Nome	Localização		
SE da Usina de Manso	Chapada dos Guimarães/MT		
SE da Usina de Serra da Mesa	Minaçu/GO		

2.2.3 Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPE) em projetos de transmissão:

Investida	Linhas	Km (t) (*)	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Centroeste de Minas	LT 345 kV Furnas – Pimenta 2	62,7		04.03.2005	30 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade	193	Trindade em 500/230 kV – 1.200 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade – Xavantes	37			
	LT 230 kV Trindade – Carajás	29			
IE Madeira	LT 600 kV Porto Velho – Araraquara 2	2.375	Estação retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW	26.02.2009	30 anos
			Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	26.02.2009	
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia	100	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa	19.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto	88	2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia		
			Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto		
MGE Transmissão	LT 500 kV CS Mesquita – Viana 2	248	SE Viana 2 500/345 kV – 900 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV CD Viana 2 – Viana	10			
Transenergia Renovável Vermelho	LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis	52		23.04.2009	30 anos
	LT 230 kV CD Chapadão – Jataí	256			
	LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	60			
	LT 138 kV CS Jataí – Mineiros	65	Edéia em 230 kV – 150 MVA		
	LT 138 kV CS Mineiros – Morro	60	Jataí em 138 kV – 225 MVA		
	Vermelho	51	Mineiros em 138 kV		
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Jataí	51	Morro Vermelho em 138 kV		
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Perolândia				
	LT 138 kV CS Mineiros - UTE Água Ermenda				
	LT 138 kV CS Morro Vermelho - Alto Taquari				
	LT 138 kV CS Edéia - UTE Tropical Bioenergia I	31	Quirinópolis em 138 kV – 225 MVA		
Transenergia São Paulo	2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV	1	Itatiba 500/138 kV	19.11.2009	30 anos
			Entrada de linha 500 kV SE Campinas e SE Ibiúna		
Transirapé	LT 230 kV Irapé – Araçauí 2	65		15.03.2005	30 anos
Transleste	LT 345 kV Montes Claros – Irapé	138		18.02.2004	30 anos
Transudeste	LT 345 kV Itatinga – Juiz de Fora	140		04.03.2005	30 anos
Conselício Caldas Novas			Ampliação da Subestação da Usina de Corumbá 345/138 kV (150 MVA) de propriedade de Furnas	16.06.2011	30 anos
Luziânia-Niquelândia Transmissora			SE Niquelândia 230/69 kV	16.04.2012	30 anos
Paranaíba Transmissora	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas				
	LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia	967		02.05.2013	30 anos
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2				
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis, CS	296,5		14.08.2013	30 anos
Vale do S. Bartolomeu Transmissora	LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2				
	LT 230 kV Brasília Geral-Brasília Sul - C3	94,5	SE Brasília Leste 500/138 kV	09.10.2013	30 anos
	LT 345 kV Brasília Sul - Samambaias - C3				
Mata de Sta. Genebra Transmissora	LT 500 kV Itatiba – Bateias		SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV		
	LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba	847	SE Itatiba 500 kV	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias		SE 500/440 kV Fernão Dias		
Lago Azul Transmissora	LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2	69		14.05.2014	30 anos
Belo Monte Transmissora	LT 800 kV Xingu-Estreito, CC	2.092	Estação Conversora Xingu – 4.000 MW	16.06.2014	30 anos
	Estação Conversora Estreito – 3.850 MW				
Energia Olímpica S.A.	LT 138 kV Barra da Tijuca – SE Olímpica	n/d	SE Olímpica 138/13,8 kV – 120 MVA	Regime especial	Regime especial
	LT 138 kV Gardênia – SE Olímpica				

(*) Valores aproximados.

Nota: SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.

O quantitativo de subestações de Furnas pode ser assim resumido:

Sistema de Furnas (afetados e não af



Energia que impulsiona o Brasil

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio de resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
 - no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que é administrado em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
 - for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.
- Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se:
- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
 - for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; e
 - seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
 - fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio de resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa no qual existe a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

3.2.6.1 Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida (RAP) e Ativo Financeiro Indenizável

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. A RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações; e
- os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

3.2.6.2 Adoção da ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e OCPC 05 – Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1), ICPC 17 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização e evidenciação de contratos de concessões de serviços públicos a entidades privadas e definem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados a esses serviços.

A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal, sendo todos os contratos, por segmento, similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

3.2.7 Investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs)

Furnas possui participações em empreendimentos de propósitos específicos, sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer controle individual.

Os resultados destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nesses casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.8 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriado ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (item 111).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão – estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado (Vide nota 16).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

O Poder Concedente, representado por Agência Reguladora, é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

3.2.9 Ativo intangível

É registrado pelo custo de aquisição das faixas de serviços permanentes e software de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente a taxa implícita do projeto.

3.2.9.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.9.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), onde determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.10 Provisão ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.11 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.11.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.11.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.11.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

3.2.11.3.1 Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.11.3.2 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.11.3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.11.3.4 Instrumentos financeiros por categoria

A tabela com os instrumentos financeiros por categoria está na nota 38.1.

3.2.12 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.13 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.2.14 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos

3.2.18 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertisidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variação cambial sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "Outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período. Neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, quando incorridas, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

3.2.19 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado* e são apresentadas como informação adicional.

3.2.22 Concessões a Pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplicio e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas de: Batalha, Simplicio, Teles Pires, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio.

3.3 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização sobre o valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) direto é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuizos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial, os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição (VNR). A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, definiu o VNR como a base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público.

A Empresa adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Segundo essa premissa, foram mantidos valores a receber do Poder Concedente relacionados à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.3.5 Vida útil dos bens do imobilizado

A Empresa utiliza os critérios definidos na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

3.4 Reclassificação

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Empresa procedeu a algumas reclassificações no ativo, passivo, demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado, relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Sendo assim, passou a apresentá-las com as alterações que seguem nos quadros abaixo:

3.4.1 Ativo 2013

ATIVO	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	6	6.696	-	6.696
Títulos e valores mobiliários	7	715.812	-	715.812
Clientes	8	870.458	-	870.458
Remuneração das participações societárias		82.536	-	82.536
Impostos e contribuições sociais	11	118.085	-	118.085
direito de resarcimento		-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		15.339	(15.339)	-
Almoxarifado	13	21.454	-	21.454
Indenizações das concessões	14	1.499.440	-	1.499.440
Outros	15	149.009	-	149.009
		3.478.829	(15.339)	3.463.490
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	8	560.469	-	560.469
Impostos e contribuições sociais	11	457.909	-	457.909
Almoxarifado	13	90.856	-	90.856
Cauções e depósitos vinculados	12	503.057	15.339	518.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	60.789	60.789
Ativo financeiro – concessões do serviço público	10	6.389.473	-	6.389.473
Indenizações das concessões	14	630.912	-	630.912
Outros	15	128.415	-	128.415
		8.761.091	76.128	8.837.219
Investimentos	16	4.879.505	(60.789)	4.818.716
Imobilizado	17	5.908.998	-	5.908.998
Intangível	18	111.388	-	111.388
		19.660.982	15.339	19.676.321
TOTAL DO ATIVO				
		23.139.811	-	23.139.811

3.4.2 Passivo 2013

	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	19	411.869	-	411.869
Financiamentos e empréstimos	20	431.464	-	431.464
Impostos e contribuições sociais	21	287.856	-	287.856
Concessões a pagar - uso do bem público	25	-	-	1.590
Obrigações estimadas	22	391.569	-	391.569
Encargos setoriais	23	128.265	-	128.265
Benefícios pós-emprego	24	72.945	-	72.945
Outros	29	49.215	-	49.215
		1.773.183	-	1.774.773
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	20	7.514.980	-	7.514.980
Impostos e contribuições sociais	21	739.705	-	739.705
Concessões a pagar - uso do bem público	25	39.680	(1.590)	38.090
Provisões para riscos	26	555.309	-	555.309
Benefícios pós-emprego	24	227.066	-	227.066
Adiantamentos para futuro aumento de capital	27	34.740	-	34.740
Provisão para contratos onerosos	28	1.001.219	-	1.001.219
Encargos setoriais	23	76.601	-	76.601
Outros	29	1	(1.590)	1
		10.189.301	(1.590)	10.187.711
PATR				



Energia que impulsiona o Brasil

NOTA 4 - ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme descrito na nota 3, Furnas está submetida às disposições emanadas de sua agência reguladora, a Aneel. Assim sendo, há obrigações que são específicas deste segmento negócio das quais destacamos:

4.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

4.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodecimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3% da sua receita anual.

Cabe destacar que pelo art. 21 da Lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

- I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;
- II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e
- III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei."

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a RGR de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.3 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: CFURH = TAR x GH x 6,75%, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

4.4 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Sendo assim, a CDE conforme art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados.

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Criada pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel.

4.6 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodecimos.

4.7 Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

NOTA 5 - NORMAS NOVAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não havendo mudanças significativas em sua adoção, com exceção a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, aplicada neste exercício.

A seguir listam-se novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, mas que não estão em vigor para o exercício de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros". Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes". Exige a entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e US GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa e suas investidas.

A Administração não espera impactos relevantes decorrentes dessas novas normas.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos	1.692	6.696
Total	1.692	6.696

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Fundos de investimentos	666.712	714.841
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.038	971
Total circulante	667.750	715.812

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 666.712 refere-se a aplicações em fundos de investimentos conforme a seguir:

- R\$ 462.851, registrados no BB Extramercado FAE – Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 - Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- R\$ 13.012, registrados no CEF FI Extra Comum IRFM1 e CEF FI Extra VI IRFM1;
- R\$ 190.822, registrados no BRADESCO – Letras Financeiras do Tesouro – LFT;
- R\$ 27, registrados no SANTANDER FIC FI Extra Referenciado DI.

Vale mencionar que são fundos multicotistas, destinados a receber aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União (Regulamento art. 3º).

Os recursos aplicados no Bradesco não são considerados como disponibilidade, pois, são uma Garantia Financeira Constituída, conforme o disposto nas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 552 e 622, de 14/10/2002 e 19/08/2014 respectivamente e demais normativos aplicáveis. Tais recursos serão utilizados para a Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo, junto à CCEE.

NOTA 8 - CLIENTES

Descriutivo	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Cientes	Parcelamento	31.12.2014	31.12.2013
Suprimento de energia	692.291	5.453	8.776			706.520	554.578
Uso da rede elétrica	122.433	-	1.340	11.047		134.820	103.686
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-			269.146	263.670
Outros							
Energia de curto prazo	4.604	-	-	-		4.604	87.434
Consumidores industriais	1.218	-	-	-		1.218	5.418
(-) PCLD (Nota 8.1)	(14.565)	-	-	(240.078)		(254.643)	(144.328)
Total Circulante	805.981	6.793	19.823	29.068		861.665	870.458
Suprimento de energia	19.916	-	14.111	-		34.027	261.087
Uso da rede elétrica	-	-	6.276	-		6.276	6.276
Comercialização de energia							
Consumidores							
Parcelamento (Nota 8.2)							
(-) PCLD (Nota 8.1)							
Total Não Circulante	19.916	-	-	422.183		442.098	560.469
Total	825.897	6.793	19.823	451.251		1.303.763	1.430.927

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa mantém registrados os montantes de R\$ 1.303.763 e R\$ 1.430.927 respectivamente, dos quais R\$ 293.560 representam valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considerando a integralidade do montante a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

8.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Descriutivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(144.328)	(397.378)	(541.706)
(Constituição)/Reversão	(34.893)	-	(34.893)
Transferência do não circulante para circulante	(75.422)	75.422	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(254.643)	(321.956)	(576.599)

No exercício de 2012, por meio de correspondência emitida pela Diretoria de Finanças de Furnas, foi cobrado a Celg o valor de R\$ 207.180, correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras avenças celebrado entre as partes. Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Furnas constituiu uma PCLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, foi emitida medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou a não efetuar mais depósitos em favor de Furnas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Furnas apresentou Recurso de Agravo de Instrumento visando cassar a aludida decisão. Recurso este, ainda pendente de julgamento. Desta forma, enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Furnas serão depositados em Juízo. Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar.

O total provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 576.599 (31.12.2013 - R\$ 541.706), dos quais a parcela referente a Celg, no circulante, é de R\$ 240.078 (31.12.2013 - R\$ 132.484) e no não circulante, é de R\$ 8.009 (31.12.2013 - R\$ 83.431).



Energia que impulsiona o Brasil

10.2 Imposto Diferido

A Empresa mantém reconhecidos, em 31 de dezembro de 2014 - nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32 saldo dos impostos diferidos, ativos e passivos, no montante líquido de R\$ 873.338 (R\$ 596.552 em 31.12.2013), resultantes de diferenças temporárias, como evidenciado a seguir:

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Adições temporárias		
Impairment – CPC 01	(a) 1.013.108	(a) 1.060.332
Despesas administrativas e gerais (DAG) descapitalizadas (Simplicio e Batalha) – CPC 27	119.891	119.891
Ganhos e Perdas atuariais – CPC 33	(b) 1.232.989	(b) 1.113.316
Ativo financeiro – IPCP 01	202.654	(439.496)
	2.568.642	1.854.043
Créditos Tributários Líquidos		
Imposto de renda	642.160	463.511
Contribuição social	231.178	166.864
(-) Provisão para não realização	(873.338)	(583.748)
	-	46.627
Total não circulante	-	46.627

(a) R\$ 553.622 - Simplicio, R\$ 442.921 - Batalha e R\$ 16.565 - Campos; e

(b) Variação pelas perdas atuariais apuradas no exercício de 2014.

Conforme divulgado no corpo desta nota, o valor líquido do imposto diferido foi integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2014.

10.3 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários resultantes da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças temporárias. Com base no estudo citado anteriormente, no corpo desta nota foi constituída provisão para perda sobre os referidos créditos no montante de R\$ 1.282.238, como segue:

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Adições temporárias		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	509.291	555.309
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.013.795	948.279
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502
Provisão para perda – contrato oneroso	969.935	1.001.221
Provisão para perda – investimento Inambari	110	6.126
Prejuízo fiscal e base negativa	1.265.655	1.156.658
	3.771.288	3.680.095
Créditos Tributários		
Imposto de renda	942.822	920.024
Contribuição social	339.416	331.209
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(1.282.238)	(806.128)
	-	445.105
Total não circulante	-	445.105

NOTA 11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Descriutivo	30.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
Cauções e depósitos vinculados	15.412	15.406
Cauções e depósitos vinculados a litígios	462.514	502.990
Total	477.926	518.396
Não Circulante	477.926	518.396

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 477.926 (31.12.2013 - R\$ 518.396), refere-se a diversos depósitos judiciais efetuados por Furnas em função, principalmente, de ações com Aneel, trabalhistas, cíveis e outras. Destacamos: a) R\$ 132.503 depositados em função de ações com a Aneel; b) R\$ 190.689 provenientes de reclamações trabalhistas; c) R\$ 49.198 de ações cíveis; e d) R\$ 92.905 referente à atualização monetária.

O montante de R\$ 15.339, referente a cauções e depósitos vinculados demonstrado em 31.12.2013 na rubrica do ativo circulante, foi reclassificado para o não circulante no exercício de 2014.

NOTA 12 – ALMOXARIFADO

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Material		
Almoxarifado	116.366	109.757
Destinado a alienação	3.225	2.290
Outros	148	147
Subtotal de materiais	119.739	112.194
Adiantamentos a fornecedores	116	116
Total	119.855	112.310
Circulante	22.789	21.454
Não Circulante	97.066	90.856

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

NOTA 13 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)

Furnas aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, assinando, em 4 de dezembro de 2012, os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Sendo assim, o valor indenizado a ser recebido por Furnas foi calculado pelo Governo como descrito a seguir:

Geração	Transmissão
Furnas optou pelo recebimento da indenização de (a) R\$ 64.368 à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao (c) R\$ 2.878.028 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012; e de (b) R\$ 679.880 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, atualizadas anualmente, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, anteriormente citada, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.	Furnas optou pelo recebimento da indenização de (a) R\$ 64.368 à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao (c) R\$ 2.878.028 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012, atualizadas anualmente, a serem pagas até o vencimento pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.
Total	2.130.352
Atualização monetária	368.890
Recebimentos	(1.154.766)
Transferência do não circulante	(630.912)
Total em 31 de dezembro de 2014	1.344.476
Circulante	1.344.476
Não circulante	-

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descriutivo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.130.352
Atualização monetária	368.890
Recebimentos	(1.154.766)
Transferência para o circulante	(630.912)
Total em 31 de dezembro de 2014	1.344.476
Circulante	1.344.476
Não circulante	-

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

Diane da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW(*) médios para 240,8 MW(*) médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e resarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diane das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

A Administração da Empresa está enviando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

14.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual encarceramento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diane da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740.

14.1.4 Contas a receber Chesf

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

14.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descriutivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(93.724)	(221	

1.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descriutivo	Part. (%)	Saldo em 31.12.2013	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2014
Participações societárias permanentes									
Sociedade do Propósito Específico (SPE)									
Baguari Energia S.A.	30.6122	92.122	-	-	-	(850)	-	(5.457)	85.815
Brasventos Eólo Geradora de Energia	24.5000	22.245	-	-	-	(1.495)	-	-	20.750
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24.5000	31.131	-	-	-	2.338	-	-	33.469
Caldas Novas	49.9000	8.672	-	1.962	-	3.084	-	-	12.846
Centroeste das Minas	49.0000	17.630	-	-	-	4.089	-	(894)	20.825
Chapadense Geração S.A.	40.0000	345.388	-	-	-	28.646	-	(9.512)	364.522
Teles Pires Participações (c)	24.7200	262.618	-	-	-	(15.697)	-	-	246.921
Enerpeixe	40.0000	525.379	-	-	-	56.539	-	(26.058)	555.860
Goiás Transmissão S.A.	49.0000	131.579	-	7.350	-	(493)	-	-	138.436
Inambai Geração de Energia	19.6000	6.126	-	-	-	(6.024)	8	-	110
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24.5000	314.883	40.425	-	-	30.539	-	(7.660)	378.187
Madeira Energia S.A.	39.0000	2.506.082	1.079.130	-	-	(861.144)	-	(6.812)	2.724.068
MGE Transmissão S.A.	49.0000	106.371	-	28.616	-	(9.222)	-	-	118.953
Rei dos Ventos 3 Geradora	24.5000	20.448	-	-	-	908	-	-	21.356
Retiro Baixo Energética S.A.	49.0000	113.181	-	-	-	(1.275)	-	-	111.906
Serra do Facão Energia S.A.	49.4737	60.742	-	-	-	(59.102)	-	-	1.640
Transenergia Goiás S.A.	89.9072	2.461	27.930	-	-	(1.212)	-	-	29.179
Transenergia Renovável S.A.	49.0000	78.241	-	-	-	24.316	-	(5.744)	96.813
Transenergia São Paulo S.A.	49.0000	49.632	-	-	-	43.977	-	(10.493)	83.116
Transírapé	24.5000	14.050	-	-	-	2.864	-	(7.801)	16.134
Transleste	24.0000	27.187	-	-	-	5.040	-	(16.611)	15.616
Transudeste	25.0000	14.007	-	-	-	3.294	-	(2.323)	14.978
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49.0000	5.635	6.634	-	-	4.594	-	-	16.863
Energia dos Ventos I S.A.	49.0000	2.687	1.921	2.685	-	(39)	-	-	7.254
Energia dos Ventos II S.A.	49.0000	1.652	1.161	1.623	-	(30)	-	-	4.406
Energia dos Ventos III S.A.	49.0000	2.426	1.730	2.415	-	(36)	-	-	6.535
Energia dos Ventos IV S.A.	49.0000	3.461	2.558	3.559	-	(43)	-	-	9.535
Energia dos Ventos V S.A.	49.0000	2.823	2.014	2.814	-	(6.722)	-	-	929
Energia dos Ventos VI S.A.	49.0000	3.845	2.665	3.921	-	(9.159)	-	-	1.272
Energia dos Ventos VII S.A.	49.0000	3.878	2.700	3.962	-	(9.160)	-	-	1.380
Energia dos Ventos VIII S.A.	49.0000	2.803	2.014	2.814	-	(6.721)	-	-	910
Energia dos Ventos IX S.A.	49.0000	2.875	1.950	2.873	-	(6.723)	-	-	975
Energia dos Ventos X S.A.	49.0000	2.165	1.533	2.143	-	(34)	-	-	5.807
Triângulo Mineiro	49.0000	7.525	24.951	2.940	-	830	-	-	36.246
Paranába	24.5000	17.801	47.285	-	-	2.297	-	-	67.383
Central Eólica Famosa I S.A.	49.0000	49	-	7.214	-	(251)	-	-	7.012
Central Eólica Pau Brasil S.A.	49.0000	31	-	4.809	-	(176)	-	-	4.664
Central Eólica Rosada S.A.	49.0000	69	-	9.018	-	(414)	-	-	8.673
Central Eólica São Paulo S.A.	49.0000	43	-	5.408	-	(173)	-	-	5.278
Vale do São Bartolomeu	39.0000	663	14.820	-	-	645	-	-	16.128
Punaú I	49.0000	123	9.070	-	-	(281)	-	-	8.912
Carnaúba I	49.0000	113	8.311	-	-	(88)	-	-	8.336
Carnaúba II	49.0000	93	6.802	-	-	(151)	-	-	6.744
Carnaúba III	49.0000	83	6.046	-	-	(121)	-	-	6.008
Carnaúba V	49.0000	123	9.070	-	-	(237)	-	-	8.956
Cervantes I	49.0000	83	6.046	-	-	(84)	-	-	6.045
Cervantes II	49.0000	64	4.538	-	-	(86)	-	-	4.516
Bom Jesus	49.0000	93	7.071	-	-	(74)	-	-	7.090
Cachoeira	49.0000	64	4.714	-	-	(94)	-	-	4.684
Pitimbu	49.0000	93	7.071	-	-	(174)	-	-	6.990
São Caetano I	49.0000	93	7.071	-	-	(111)	-	-	7.053
São Caetano	49.0000	132	10.207	-	-	(461)	-	-	9.878
São Galvão	49.0000	123	9.423	-	-	(236)	-	-	9.310
Mata de Santa Genebra	49.0000	-	17.216	9.980	-	(1.019)	-	-	26.177
Belo Monte Transmissora	24.5000	-	6.124	-	-	(5)	-	-	6.119
Eólica Ventos de São Rafael	49.0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Ventos de São Cirilo	49.0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de São Bento	49.0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santo Antônio	49.0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Vera	49.0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Marcella	49.0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Itaguaçu da Bahia	49.0000	-	-	1.163	-	(101)	-	-	1.062
Eólica Ventos de Santa Luzia	49.0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Madalena	49.0000	-	-	1.163	-	(101)	-	-	1.062
Eólica Ventos de São João	49.0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Lago Azul Transmissão	49.0000	-	2.121	-	-	(151)	-	-	1.970
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49.0000	-	-	-	-	(299)	-	-	(299)
Tijoa Participações e Investimentos	49.0000	-	-	-	-	167	-	-	167
Energia Olímpica	49.0000	-	-	-	-	(213)	-	-	(213)
Empresa de Energia São Manoel	33.3330	-	-	-	-	(594)	-	-	(594)
Subtotal		4.811.886	1.382.322	117.739	-	(787.512)	8	(93.216)	5.431.227
Outros investimentos									
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	11.073	-	-	(157)	-	-	-	10.916
Subtotal		12.956		-	-	(157)			12.799
Provisão para perda									
Inambai Geração de Energia (a)	-	(6.126)	(6)	-	6.022	-	-	-	(110)
Central Eólica Famosa I (b)	-	-	-	-	-	(6.174)	-	-	(6.174)
Central Eólica Pau Brasil (b)	-	-	-	-	-	(4.116)	-	-	(4.116)
Central Eólica Rosada (b)	-	-	-	-	-	(7.718)	-	-	(7.718)
Central Eólica São Paulo (b)	-	-	-	-	-	(4.630)	-		



Energia que impulsiona o Brasil

15.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

Informações Financeiras das SEPs	Principais Investidas							Demais Investidas	Total	
	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Serra do Facão	Teles Pires	Total			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2014										
Caixa e equivalente de caixa	154.554	66.619	241.129	25.251	10.994	419	498.966	780.188	1.279.154	
Outros ativos circulantes	97.668	61.009	1.226.362	508.768	41.472	50.321	1.985.600	367.250	2.352.850	
Ativo não circulante	3.217.694	1.720.571	21.276.064	4.012.319	2.015.724	4.543.504	36.785.876	4.401.646	41.187.522	
Total Ativo	3.469.916	1.848.199	22.743.555	4.546.338	2.068.190	4.594.244	39.270.442	5.549.084	44.819.526	
Demonstração de Resultado para o Exercício Fimado em 31.12.2014										
(+) Receita Líquida	714.808	433.025	2.343.960	532.206	159.838	-	4.183.837	1.146.477	5.330.314	
(-) Custo da Operação	(386.853)	(185.940)	(3.310.866)	(190.611)	(235.428)	(14.540)	(4.324.238)	(905.807)	(5.230.045)	
Lucro Bruto	327.955	247.085	(966.906)	341.595	(75.590)	(14.540)	(140.401)	240.670	100.269	
(-) Despesas operacionais	(101.234)	(66.231)	(514.352)	(6.781)	(25.520)	(1.759)	(715.877)	(187.295)	(903.172)	
(+) Receita financeira	33.059	8.784	64.533	12.827	3.888	23	123.114	267.219	390.333	
(-) Despesa financeira	(136.412)	(36.825)	(797.759)	(163.410)	(37.674)	(605)	(1.172.685)	(174.744)	(1.347.429)	
Lucro antes dos impostos	123.368	152.813	(2.214.484)	184.231	(134.896)	(16.881)	(1.905.849)	145.850	(1.759.999)	
(-) Impostos sobre o lucro	(51.751)	(11.464)	6.424	(62.614)	15.433	(22.588)	(126.560)	(29.846)	(156.406)	
Lucro (Prejuízo) Líquido	71.617	141.349	(2.208.060)	121.617	(119.463)	(39.469)	(2.032.409)	116.004	(1.916.405)	
Outras informações:										
Depreciação e amortização		(62.773)	(49.396)	(375.533)	-	(23.876)	(18)	(511.596)	(109.837)	(621.433)

15.2.1 Investida Mesa

Em 31 de dezembro de 2014, a investida Madeira Energia S.A. (MESA), da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 481.706. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas. Parte deste montante é reflexo do reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de despendidos reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em "Termos e Condições", o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de resarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R\$ 122.000/MWh para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R\$ 1.434.778, foi reconhecida uma provisão para perda de R\$ 678.551, para refletir o valor esperado de recebimento de R\$ 756.227.

O Conselho de Administração de Furnas, na reunião nº 002/452, recomendou à Empresa que tome as providências necessárias nas esferas de governança adequadas, para preservar os créditos da MESA contra o CCSA, de modo a reverter o prejuízo na SPE e, por decorrência, seus reflexos em Furnas, por sua participação na SPE.

15.2.2 Complexo Aracati

Na data de 10 de outubro de 2014, foi realizada Sessão de Alienação das Ações Aracati (assim entendidas como a totalidade de ações de propriedade de Furnas e de emissão da Energia dos VENTOS I S.A., Energia dos VENTOS II S.A., Energia dos VENTOS III S.A., Energia dos VENTOS IV S.A. e Energia dos VENTOS V S.A.) na BM&F Bovespa, nos termos do Edital de Alienação nº 001/2014 ("Leilão Aracati"), no qual a Alupar Investimentos S.A. sagrou-se vencedora para aquisição da totalidade das supracitadas ações. As formalidades para transferência das ações se encontram em fase de execução. A operação de compra e venda das participações societárias do Complexo Aracati envolve o valor total de R\$ 45.006, a preços de 30 de abril de 2014, devendo ser corrigido pelo IPCA até a data do efetivo pagamento.

Em 28 de novembro de 2014, foi concedida autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Aneel será informada quando da efetivação da transferência das ações, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa Aneel nº 484/2012.

15.2.3 Complexo Fortim

Na data da 23 de dezembro de 2014, Furnas e Alupar celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no qual Furnas se obrigou, sob condição suspensiva de eficácia a obtenção de anuência prévia por parte do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), a comprar, e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos VENTOS V S.A., Energia dos VENTOS VI S.A., Energia dos VENTOS VII S.A., Energia dos VENTOS VIII S.A. e Energia dos VENTOS IX S.A. Caso o DEST não concorde com a operação, Furnas deverá realizar Chamada Pública para aquisição das referidas ações no prazo de 60 (sessenta) dias ou incorporá-las ao seu ativo. A operação de compra e venda das participações societárias do Complexo Fortim envolve o valor total de R\$ 46.002, a preços de 30 de abril de 2014, devendo ser corrigido pelo IPCA até a data do efetivo pagamento.

Em 28 de novembro de 2014, foi concedida autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Aneel será informada quando da efetivação da transferência das ações, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa Aneel nº 484/2012.

15.2.4 Transenergia Goiás S.A.

Em razão de impossibilidade de subscrição e integralização de ações, a acionista J. Malucelli Energia, sócia de Furnas na empresa Transenergia Goiás S.A., que tem por finalidade construir e operar instalações de transmissão no Estado de Goiás, emitiu documento de doação de 2.875.500 ações a Furnas na data de 5 de novembro de 2014, que alterará assim a composição acionária da sociedade, passando Furnas a possuir 98% das ações ordinárias. Tal alteração foi submetida à anuência da Aneel, porém, até a data de 31 de dezembro de 2014, ainda não havia sido deferida.

15.3 Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

15.4 Novos investimentos

a) Belo Monte Transmissora de Energia S.A.

É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. A participação de Furnas corresponde a 24,5% do capital social, em parceria com a Eletronorte (24,5%) e a State Grid Brazil Holding (51%).

Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor, na construção e operação da LT (2.092 km) da UHE Belo Monte em 800kV – Estações conversoras de Xingu e de Estreito.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de junho de 2014, pelo prazo de trinta anos e possui previsão para entrada em operação em fevereiro de 2018.

b) Energia Olímpica S.A.

É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em janeiro de 2014, que tem por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectarão à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas (49,9%).

c) Centro de Soluções Estratégicas S.A.

Em 24 de março de 2014, Furnas constituiu esta SPE, que tem por objeto a prestação de serviços especializados de engenharia, planejamento e gestão de empreendimentos no segmento de geração e transmissão de energia elétrica.

Furnas participa desta SPE com 49,9%, enquanto o Fundo de Investimento em Participações Constantinopla detém a participação remanescente de 51,1%.

15.5 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Desritivo	31.12.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes		
Sociedade de Propósito Específico (SPE)		
Baguari Energia S.A. (Baguari)	315	315
Brasventos Eólo Geradora Energia	316	316
Retiro Baixo Energética	2.695	-
Transenergia São Paulo S.A.	1.960	-
Caldas Novas Transmissão	-	1.962
Energia dos VENTOS I S.A.	-	2.684
Energia dos VENTOS II S.A.	-	1.623
Energia dos VENTOS III S.A.	-	2.415
Energia dos VENTOS IV S.A.	-	3.559
Energia dos VENTOS V S.A.	-	2.814
Energia dos VENTOS VI S.A.	-	3.922
Energia dos VENTOS VII S.A.	-	3.962
Energia dos VENTOS VIII S.A.	-	2.814
Energia dos VENTOS IX S.A.	-	2.873
Energia dos VENTOS X S.A.	-	2.143
Triângulo Mineiro Transmissora	6.223	2.940
Central Eólica Famosa I S.A.	1.059	7.214
Central Eólica Pau Brasil S.A.	706	4.809
Central Eólica Rosada S.A.	1.333	9.017
Central Eólica São Paulo S.A.	823	5.407
CSE Centro de Soluções Estratégicas	1.996	-
Tijoa Participações e Investimentos	649	-
Total de AFACs	18.075	60.789

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado de Furnas que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

Desritivo	31.12.2014	31.12.2013
Em Serviço		
Custo		
Terrenos	554.725	393.766
Reservatórios, barragens e adutoras	3.744.213	2.929.272
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.302.597	1.262.852
Máquinas e equipamentos	3.456.364	3.259.480
Veículos	38.539	34.249

Descriutivo	Saldo em 01.01.2013	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2013
Serviço					
Custo					
Terrenos	278.271	-	-	115.495	393.766
Barragens, reservatórios e adutoras	2.035.754	-	-	893.518	2.929.272
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.131.751	-	(107)	131.208	1.262.852
Máquinas e equipamentos	1.910.572	-	120.173	1.228.735	3.259.480
Veículos	26.449	-	(2.422)	10.222	34.249
Móveis e utensílios	21.128	-	(1.709)	7.753	27.172
Subtotal	5.403.925	-	115.935	2.386.931	7.906.791
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(860.551)	(9.370)	-	-	(869.921)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(539.923)	(11.158)	107	-	(550.974)
Máquinas e equipamentos	(731.007)	(143.939)	(114.320)	-	(989.266)
Veículos	(21.298)	(4.212)	2.370	-	(23.140)
Móveis e utensílios	(14.437)	(1.066)	440	-	(15.063)
Subtotal	(2.167.216)	(169.745)	(111.403)	-	(2.448.364)
Total em Serviço	3.236.709	(169.745)	4.532	2.386.931	5.458.427
Em Curso					
Terrenos	244.620	(30.163)	(668)	(55.985)	157.804
Barragens, reservatórios e adutoras	1.727.482	(4.450)	(2.444)	(780.906)	939.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	139.313	21.356	(245)	(98.592)	61.832
Máquinas e equipamentos	1.028.773	295.846	(3.592)	(1.006.723)	314.304
Veículos	919	10.222	-	(10.222)	919
Móveis e utensílios	-	7.743	-	(7.743)	-
A reatear	514.111	44.720	(1.612)	(426.740)	130.479
Adiantamento a fornecedores	-	(9.007)	(146)	-	(9.153)
Estudos e Projetos	-	346	(3)	(20)	323
Transformação, fabricação e reparo de materiais	14.999	6.801	(359)	-	21.441
Material em depósito	-	15.136	(218)	-	14.918
Compras em andamento	3.312	(12.220)	(198)	-	(9.106)
Total em Curso	3.673.529	346.330	(9.485)	(2.386.931)	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.028.266)	(32.066)	-	-	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.769.432	144.519	(4.953)	-	5.908.998

NOTA 17 – INTANGÍVEL

Descriutivo	Saldo em 31.12.2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2014
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço (1)						
Custo	19.301	-	-	(1.350)	38.934	58.235
Amortização	(1.788)	-	-	-	-	(3.138)
Em curso	17.513	-	-	(1.350)	38.934	55.097
Custo	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
Total vinculados à concessão - Geração	59.193	1.018	(1.768)	(1.350)	-	57.093
Vinculados à concessão - Transmissão						
Em serviço (1)						
Custo	2.552	-	-	-	(11)	2.541
Amortização	(300)	-	-	-	-	(300)
Em curso	2.252	-	-	-	(11)	2.241
Custo	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
Total vinculados concessão - Transmissão	7.359	(3.793)	-	-	-	3.566
Não Vinculados à concessão - Outros intangíveis						
Em serviço (1)						
Custo	81.752	-	-	(16.586)	8.661	90.413
Amortização	(69.107)	-	-	(16.586)	-	(85.693)
Em curso	12.645	-	-	(16.586)	8.661	4.720
Custo	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
Total vinculados concessão - Outros intangíveis	44.836	18.672	-	(16.586)	-	46.922
Total	111.388	15.897	(1.768)	(17.936)	-	107.581

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**19.1 Composição do endividamento (por contraparte)**

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2014			31.12.2013		
				Encargos	Principais	Circul.	Principais	Circul.	Não Circul.
Moeda Estrangeira									
Eletrobras									
Eletrobras – BID	US\$ YEN	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	509	9.435	23.588	33.532	576	8.321
Eletrobras - Eximbank		06.04.2018	Juros 1,92% a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.088	33.652	84.124	118.864	1.389	33.804
Subtotal				1.597	43.087	107.712	152.396	1.965	42.125
Instituições financeiras									
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	161	10.026	320.828	331.015	129	-
Subtotal				161	10.026	320.828	331.015	129	-
Subtotal				1.758	53.113	428.540	483.411	2.094	42.125
Moeda Nacional									
Eletrobras									
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	-	232.872	2.695.310	2.928.182	6	206.689
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a. Selic	-	26.166	88.113	-	-	25.955
Eletrobras	Selic	30.08.2020	-	-	-	787.968	787.968	-	143.968
Subtotal					-	259.038	3.545.225	3.804.263	6
Instituições Financeiras									
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.279	66.161	700.200	768.640	2.321	66.161
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	133	3.857	39.446	43.436	136	3.856
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	619	16.409	164.090	181.118	631	16.409
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107,3% CDI	7.342	-	750.000	757.342	5.981	-
Banco do Brasil	CDI	07.02.2018	110% CDI	10.023	-	208.311	218.334	8.208</td	



Energia que impulsiona o Brasil

NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2014, a composição dos impostos e contribuições sociais a recolher são apresentados como segue:

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		
Tributos a recolher	304.805	287.856
Total circulante	304.805	287.856
Não circulante		
Tributos a recolher	689.875	739.705
Total não circulante	689.875	739.705

20.1 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	109.567	99.925
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	31.076	28.022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	3.678	3.678
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.324	1.324
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	21.309	24.277
Pasep/Cofins	59.018	41.772
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.185	5.994
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	19.098	26.178
Impostos retidos – Lei nº 10.833	17.915	22.883
ICMS/ISS	30.352	29.731
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	5.143	3.761
Outros	140	311
Total circulante	304.805	287.856
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	273.917	349.740
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	401.394	389.965
Pasep/Cofins Diferido	14.564	-
Total não circulante	689.875	739.705

20.1.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. Em função da redução do faturamento conforme Lei nº 12.783/2013, Furnas está recolhendo com base na segunda opção. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2014, está assim discriminado:

Descriutivo	Valor
Saldo em 31.12.2013 (54 Parcelas)	449.665
Ajuste/Revisão Extrato RFB	34.464
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2014	(113.288)
Atualização monetária até 31.12.2014	12.643
Saldo em 31.12.2014 (42 Parcelas)	383.484
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2014 (12 parcelas)	109.567
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2014 (30 parcelas)	273.917

20.1.2 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

- a) Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767, que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438;
- b) Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e
- c) Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado à 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2014, está assim discriminado:

Descriutivo	Valor
Débito Inscreto no Refis Lei nº 12.865/2013 em 31.12.2013	420.197
Valor do pagamento da 1ª parcela efetuado em 31.12.2013	(2.210)
Saldo em 31.12.2013 (179 Parcelas)	417.987
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2014	(29.648)
Atualização monetária até 31.12.2014	44.131
Saldo em 31.12.2014 (167 Parcelas)	432.470
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2014 (12 parcelas)	31.076
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2014 (155 parcelas)	401.394

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)	-	21.790
Folha de pagamento	37.032	181.212
Provisão de férias	37.881	31.964
Provisão de gratificação de férias	28.419	23.980
Provisão de FRG sobre férias	5.466	5.267
INSS sobre provisão de férias	19.364	16.397
FGTS sobre provisão de férias	5.301	4.474
Adicional Senai sobre provisão de férias	133	112
Honorários/encargos dos administradores	877	740
Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de férias	399	337
Participações nos lucros (PLR)	89.421	105.296
Total circulante	224.293	391.569

⁽¹⁾Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

21.1 Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)

Em 18 de julho de 2011, a Empresa implantou o Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), integrado pelos seguintes programas:

- (i) Programa de Bônus para o Desligamento Voluntário (PBDV);
- (ii) Programa de Mapeamento e Repasse de Conhecimentos (PRC);
- (iii) Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA);
- (iv) Programa de Renovação e Desenvolvimento do Quadro de Pessoal.

No período compreendido entre 18 de julho a 26 de agosto de 2011 foram aceitas as adesões ao PBDV, do Preq.

Concomitantemente ao encerramento do Preq de Furnas, previsto originalmente para julho de 2013, a Eletrobras divulgou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) para todo o sistema Eletrobras.

Sendo assim, em função da realidade atual do setor elétrico e considerando a existência em Furnas, de um número significativo de empregados com possibilidade de aposentadoria até agosto de 2014, bem como as recomendações do DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) e orientações da holding Eletrobras, a Empresa aprovou o aditamento e a reabertura do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), como forma de adequação ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID).

O Preq aditado foi previsto para duas etapas, sendo a primeira até dezembro de 2013 e a segunda no período de janeiro a novembro de 2014.

As inscrições para a nova adesão compreenderam o período de 9 a 20 de setembro de 2013.

Os empregados já desligados de Furnas pelo meio do Preq, desde outubro de 2011, mediante assinatura de Termo de Aditamento, tiveram um complemento de rescisão relativo à diferença entre os valores pagos na quitação e os novos valores apurados, na base da data de desligamento de cada empregado e período adicional de 48 meses de utilização do Benefício Saúde de Furnas.

Em 31 de dezembro de 2014, todas as indenizações relacionadas ao Preq foram efetuadas, não restando nenhum valor a pagar.

21.2 Folha de Pagamento

A variação negativa apresentada neste saldo refere-se, principalmente, à redução no quadro de pessoal de Furnas, bem como ao pagamento das indenizações relacionadas ao Preq.

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

Descriutivo	30.12.2014	31.12.2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.701	2.073
Ministério de Minas e Energia	1.851	1.036
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	110.298	90.194
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	20.981	33.764
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)	1.263	1.198
Total circulante	138.094	128.265
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	95.147	76.601
Total não circulante	95.147	76.601

NOTA 23 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descriutivo	31.12.2014		31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante
Contrato da reserva a amortizar	70.474	-	70.474	62.838	65.966
Contribuições amortizantes Plano BD	6.867	59.829	66.696	10.107	36.674
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	244.100	244.100	-	124.426
Total	77.341	303.929	3		



Energia que impulsiona o Brasil

23.4.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

23.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Descriutivo	Hipóteses Econômicas	
	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,21%	12,06%
Taxa de juros real de desconto atuarial	6,14%	6,42%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,21%	12,06%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	80% T1 Service Table	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 DISABLED	AT-83
Tábua de invalidez	M&F	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	Álvaro Vindas	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi um ganho de R\$ 1.557.205 para 31 de dezembro de 2014 em detrimento de uma perda de R\$ 644.360 para 31 de dezembro de 2013.

23.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios no chamado conceito de *Duration*.

23.4.4 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Empresa a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

23.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

a) Planos de benefícios definidos (Plano BD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	9.090.649	9.005.353
Valor justo dos ativos do plano (-)	(10.087.869)	(9.038.845)
Passivo (Ativo) líquido	(997.220)	(33.492)
Efeito de restrição sobre o ativo	997.220	33.492
Divida atuarial contratada entre patrocinador e plano	137.170	175.585
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	137.170	175.585
Custo do serviço corrente	(42.019)	37.586
Custos dos juros líquidos	-	40.288
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	(42.019)	77.874

b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	253.650	115.340	10.903	9.086
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	253.650	115.340	10.903	9.086
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	253.650	115.340	10.903	9.086
Custo do serviço corrente	2.905	-	415	-
Custos dos juros líquidos	11.258	11.706	1.096	882
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	14.163	11.706	1.511	882

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir:

Descriutivo	31.12.2014			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações	9.005.353	115.340	9.086	8.656.390
Valor das obrigações atuariais no início do ano	30.234	2.905	415	33.554
Custos dos serviços corrente líquido	1.053.969	11.258	1.096	1.009.233
Custos dos juros	(633.209)	(5.141)	-	(638.350)
Benefícios pagos	-	61.652	-	61.652
Custo de saúde - Pre	(14.206)	17.432	-	3.226
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:	(232.583)	(584.075)	(25.870)	(308.787)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	584.075	26.870	(176)	79.289
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	490.865	-	-	490.865
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(951.358)	-	-	(420.878)
Subtotal	(365.698)	67.636	306	232.724
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.090.649	253.650	10.903	9.355.203
Alterações nos ativos financeiros	9.038.845	-	-	9.038.845
Valor justo dos ativos no início do ano	1.066.339	-	-	1.066.339
Receita de juros	52.776	5.141	-	57.917
Contribuições patronais	72.253	-	-	72.253
Contribuições de participantes do plano	(633.209)	(5.141)	-	(638.350)
Benefícios pagos/adiantados	-	-	-	-
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:	-	-	-	-
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	490.865	-	-	490.865
Subtotal	490.865	-	-	490.865
Valor justo dos ativos no fim do exercício	10.087.869	-	-	10.087.869

Descriutivo	31.12.2013			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações	10.528.335	136.904	10.311	10.675.550
Valor das obrigações atuariais no início do ano	106.203	-	-	106.203
Custos dos serviços corrente líquido	900.174	11.706	882	912.762
Custos dos juros	(505.163)	(2.916)	-	(508.079)
Benefícios pagos	-	20.453	-	20.453
Custo de saúde - Pre	(3.171.859)	(51.758)	(1.404)	(3.070.936)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:	1.147.663	951	(703)	520.437
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	249.499	4.553	-	253.052
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	7.317.406	6.748.152	-	7.317.406
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	513.610	317.884	-	513.610
Tesouraria	238.929	234.320	-	238.929
(-) Exigíveis previdênciários	3.205	-	-	3.205
(-) Exigíveis de investimentos	(358.564)	(375.893)	(46.024)	(358.564)
Subtotal	(2.024.196)	(50.807)	(2.107)	(2.550.499)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.005.353	115.340	9.086	8.656.390
Alterações nos ativos financeiros	10.057.169	-	-	10.057.169
Valor justo dos ativos no início do ano	859.886	-	-	859.886
Receita de juros	62.582	2.916	-	65.498
Contribuições patronais	68.616	-	-	68.616
Contribuições de participantes do plano	(505.163)	(2.916)	-	(5



Energia que impulsiona o Brasil

em razão a acidente de veículo, em quantia a ser apurada em liquidação de sentença, já tendo ocorrido o trânsito em julgado. Na atual fase de cumprimento de sentença, após o pagamento dos valores referentes aos danos emergentes, prossegue-se a execução quanto aos lucros cessantes, cujo montante está sendo impugnado em sede recursal. O valor atual monta em R\$ 15.942 (R\$ 14.234 em 2013).

25.2 A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

Descriativo	31.12.2013	Adições/ (Reversões)	31.12.2014
Trabalhistas	244.431	(39.622)	204.809
Tributários	3.522.217	214.544	3.736.761
Cíveis e outros	1.026.903	120.497	1.147.400
Total não circulante	4.793.551	295.419	5.088.970

Ações judiciais movidas contra a Empresa com probabilidade de perda possível:

25.2.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, os processos trabalhistas com probabilidade possível tiveram redução de R\$ 39.622, tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de ações. Os valores neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria.

25.2.2 Processos tributários

Os processos tributários foram impactados, basicamente, pela sua atualização monetária. Os itens abaixo se referem a processos antigos, atualizados até 31 de dezembro de 2014:

- (i) Processo nº 16682.720.517/2011-98 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em função de procedimento fiscal para verificação da apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, particularmente no que concerne a valores considerados a título de: redução da receita líquida; despesas com depreciação; e outras despesas operacionais. Valor: R\$ 1.070.522 (R\$ 1.010.335 em 2013).
- (ii) Processo nº 16682.720.516/2011-43 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal para verificação de eventual insuficiência de recolhimento ou declaração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins no período de out/2006 a dez/2009. Valor: R\$ 1.010.814 (R\$ 953.985 em 2013).
- (iii) Processo nº 16682.720.878/2013-04 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal que verificava a utilização da despesa tida em 2000 (em razão da assunção de dívida junto à Fundação Real Grandeza) como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. A autoridade fiscal afirma que tal registro foi feito de modo errado, tendo em vista que tal despesa deveria ter sido contabilizada no seu período de competência, no ano de 2000. Dessa forma, glosou as despesas deduzidas no ano-calendário 2011. Valor: R\$ 634.585 (R\$ 593.014 em 2013).
- (iv) Processo nº 16682.720.331/2012-10 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em razão de ter se utilizado dos saldos negativos de IRPJ e de CSLL apurados ao final do ano-calendário de 2009, mediante procedimento de compensação considerado irregular pelo Auditor Fiscal, uma vez que Furnas não entregou à Receita Federal a DCOMP para efetiva compensação. Valor: R\$ 466.228 (R\$ 437.884 em 2013).
- (v) Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de Pasep/Cofins e os declarados por meio de DCTF. Valor: R\$ 182.114 (R\$ 170.184 em 2013).

25.2.3 Processos cíveis e outros

Dos processos cíveis e outros, em 31 de dezembro de 2014, destacam-se:

- (i) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400 - Furnas x Aneel - R\$ 115.360 (R\$ 103.000 em 2013). Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Furnas que, como figura como ré, visa anular a decisão da Aneel que determinou a assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e demais contratos relacionados à Transmissão e à Distribuição da UTE Cuiabá. Furnas alega que, nos termos da Resolução nº 236/2003 - Aneel, o CUST deveria ser assinado pela Unidade Geradora do empreendimento com o ONS que seria a Empresa Produtora de Energia (EPE). Furnas, nesse caso, seria mera comercializadora da energia produzida, não tendo assumido a assunção de encargos financeiros de correntes de contratos de transmissão e distribuição. Saliente-se que a ação foi julgada improcedente na primeira instância, contudo, Furnas conseguiu junto ao TRF da 1ª Região, a suspensão da assinatura do contrato até o julgamento final da lide. O processo atualmente está no TRF da 1ª Região, aguardando o julgamento da Apelação Cível interposta por Furnas.
- (ii) Processo nº 0012047-40.2011.4.01.3400 - Aneel - Desconstituição de Ato Administrativo, no valor de R\$ 59.569 (R\$ 43.398 em 2013). Trata-se de ação através da qual se pretende a desconstituição de ato administrativo, consubstanciado no Auto de Infração nº 027/2010-SFE/Aneel, lavrado em 22 de março de 2010, que gerou o Processo Administrativo Nº 48500.006877/2009-46.
- (iii) Processos 0351632-67.2012.8.19.0001; 0351614-46.2012.8.19.0001; e outros - Integral Engenharia Ltda., no valor de R\$ 98.606 (R\$ 88.141 em 2013).
- (iv) Processo Aneel nº 0026627-17.2007.4.01.3400 – Nulidade da Resolução Normativa nº 257/2007 da Aneel, que dispõe sobre a revisão tarifária, dos serviços de transmissão prestados por Furnas, com a finalidade de manter a atual RAP – Receita Anual Permitida, até a edição de nova resolução autorizativa que atenda os termos do contrato de concessão firmado com o poder concedente, levando em consideração os investimentos realizados por Furnas. Valor: R\$ 207.109 (R\$ 184.919 em 2013).

25.3 Processo remoto de indenização fundiária

Trata-se do processo nº 03354-76.2011.8.09.0113, de ação indenizatória movida contra Furnas, Semesa S.A., e Grupo VBC – VBC Energia S.A em 07.01.2011, que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia, na qual se busca: (i) indenização decorrente da desapropriação em função da implantação do empreendimento UHE Serra da Mesa; (ii) indenização em razão dos prejuízos financeiros após o investimento realizado na implantação de uma serralheria, montada para utilizar a madeira que seria retirada do imóvel desapropriado; e (iii) indenização por dano moral em razão dos itens (i) e (ii) acima, reputando-os como grave e da maior potencial ofensivo.

Em dezembro de 1987, os autores foram desapropriados, em parte de uma propriedade, e Furnas, além de pagar o preço pelas terras e pelas plantações, por mera liberalidade, permitiu que os proprietários retirassem a madeira existente na área inundável, no prazo de até um ano antes do enchimento do reservatório, previsto para 1991.

Os autores argumentam que realizaram alto investimento na estruturação de uma serralheria, com porte para corte e industrialização da madeira. No entendimento de Furnas, a serralheria foi instalada em área desapropriada e o evento está prescrito, uma vez que já haviam se passado mais de 20 anos de sua ocorrência (data da celebração da escritura de desapropriação: 28.12.1987 – prescrição: 28.12.2007 - data do ajuizamento: 07.01.2011). Destaca-se, ainda, que os documentos indicados na petição inicial não refletem os efetivamente juntados.

O valor atualizado, conforme pedido dos autores da ação é de R\$ 889.908, considerada por Furnas como de prognóstico remoto, por entender que há ilegitimidade passiva, prescrição e ausência de direito dos autores e, no tocante ao mérito, rebate por negativa geral.

Atualmente o processo encontra-se em 1ª instância, com audiência de conciliação, instrução e julgamento marcada para o dia 20.08.2015.

NOTA 26 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de R\$ 38.530 (31.12.2013 – R\$ 34.740).

A origem do AFAC incorporado ao capital da Furnas, no montante de R\$ 500.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de abril de 2013, refere-se a aportes efetuados pela Eletrobras nos valores de:

a) R\$ 300.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, e liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:

- (i) UHE Santo Antonio aporte de R\$ 204.000;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000; e
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000.

b) R\$ 200.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antonio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

O prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização é superior a 1 (um) ano e está sendo atualizado pela Selic.

NOTA 27 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Contrato nº 004/2004 - UHE Marimbondo	25.989	2.336
Contrato nº 004/2004 - UHE Furnas	168.701	12.182
Contrato nº 004/2004 - UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	34.538	15.526
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	132.219	95.903
Contrato nº 062/2001 – transmissão	608.488	875.272
Total	969.935	1.001.219
Não circulante	969.935	1.001.219

A Administração da Empresa realiza anualmente teste de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37.

Para fins de avaliação da onerosidade, a Empresa calcula o montante estimado através de fluxos de caixa identificáveis por contrato, utilizando as premissas do cálculo do *impairment* na nota 17.

Com a renovação do contrato nº 004/2004 nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficou configurado a onerosidade contratual.

As usinas integrantes no contrato são: UHE Corumbá I, UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (LCB - Estreito), UHE Funil e UHE Porto Colômbia.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de transmissão. Antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contratos de transmissão foram assim considerados. Com a renovação, o contrato de concessão nº 062/2001 passou a ser um contrato de prestação de serviço de operação e manutenção.

Após aplicação da metodologia, utilizando as premissas elencadas na nota 17.3, Furnas efetuou os testes de onerosidade e constituiu a provisão para UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE LCB - Estreito e UHE Funil do contrato nº 004/2004 e para o contrato nº 062/2001 – Transmissão.

27.1 Movimentação da provisão

Descriutivo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.001.219
Movimento em 2014	
(+) Constituição da provisão (UHEs: Marimbondo, Furnas, LCB - Estreito e Funil).	235.501
(-) Reversão da provisão (CT nº 062/2001 – Transmissão) ^(a)	(266.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	969.935

(a) Esta reversão da provisão para perdas por contrato oneroso é devido ao aumento de RAP, em função da atualização para o ciclo de julho de 2014 a junho de 2015, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.756, de 24 de junho de 2014.

NOTA 28 – OUTROS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Adiantamentos - diversos	570	960
Cauções em garantia	367	625
Credores diversos	8.029	8.035
Ressarcimento – CCEAR (1)	6.282	24.642
Concessionárias e Permissãoárias	4.634	-
Contribuições FRG	12.614	14.953
Total Circulante	32.496	49.215
FGTS conta empresa	1	1
Total Não Circulante	1	1

(1) CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

NOTA 29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 10.373.564 (31.12.2013 - R\$ 11.177.327), está assim composto:

29.1 Capital Social

33.1 Encargos de empréstimos e financiamentos

Descriptivo	31.12.2014	31.12.2013
Encargos de dívida	(744.578)	(528.941)
Encargos de dívida transferidos para ativo imobilizado	35.667	19.365
Total	(708.911)	(509.576)

33.2 Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos

Descriptivo	31.12.2014	31.12.2013
Varição monetária e cambial passiva sobre empréstimo longo prazo	(209.554)	(186.065)
Variacão monetária e cambial passiva transferido para ativo imobilizado	50.537	28.188
Total	(159.017)	(157.877)

NOTA 34 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descriptivo	31.12.2014		31.12.2013	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Prejuízo antes dos impostos	(244)	(244)	(665.621)	(665.621)
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	61	22	166.405	59.906
Efeitos das adições e exclusões:				
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	160.538	57.793	(47.683)	(17.166)
Provisões operacionais	(19.173)	(6.902)	(146.175)	(52.623)
Equivalência patrimonial	221.778	79.840	37.945	13.660
Outros				
Demais adições/exclusões	(67.787)	(24.976)	(10.492)	(3.778)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(450.483)	(162.622)	86.932	31.296
Ganho Contrato Oneroso	(7.821)	(2.815)	(122.248)	(44.009)
Ajuste Societário	(160.538)	(57.793)	(76.366)	(27.492)
Compensação de Prejuizos Fiscais	27.248	9.809	-	-
Incentivos Fiscais	(1.589)	-	-	-
Total	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Corrente				
Diferido	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Total	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Total	(405.410)		(151.889)	

NOTA 36 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) **União Federal**: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);
- b) **Eletrobras**: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- c) **Empresas controladas e/ou controladas em conjunto**: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- d) **Partes relacionadas**: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

36.1 Empresas do grupo

Empresas	Clientes	Cientes Parcelamentos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Contas a pagar	AFAC	Saldo Líquido	
Eletroacre	295	-	-	(11)	(b)(3.956.659)	604	-	-	(g) (38.530)	(3.994.597)	
Eletrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	269	-	
Cgtee	269	-	-	(3.039)	-	30.118	(d) (30.096)	(h) 1.422	-	10.135	
Chesf	11.730	-	-	(3.348)	-	123	-	-	-	(3.163)	
Eletrosul	62	-	-	(3.220)	-	265	-	-	-	1.461	
Eletronorte	4.416	-	-	-	-	26	-	-	-	915	
Ceron	889	-	-	-	-	-	-	-	-	21.176	
Ceal	21.178	-	-	-	-	-	-	-	-	12.188	
Cepisa	13.678	-	-	-	-	-	-	-	-	156.252	
Eletronuclear	(c) 692	-	-	(88)	-	(c)155.791	21.197	(e) (15.740)	-	5.457	
Eletropar	-	-	-	-	-	6	-	-	-	2.738	
Amazonas	2.732	-	-	-	-	-	-	-	-	32.451	
Celg-D	32.456	-	(a)248.087	(5)	-	-	(f) (248.087)	-	-	-	
Total 31.12.2014	88.397	248.087		(9.711)	(3.956.659)	208.130	(293.923)	1.422	(1.635)	(38.530)	(3.754.422)
Total 31.12.2013	93.758	228.843		(12.929)	(3.415.415)	193.159	(261.751)	1.433	(6.957)	(34.740)	(3.214.599)

(a) R\$ 248.087 = R\$ 240.078 (circulante) + R\$ 8.009 (não circulante), nota 8.2

(b) R\$ 3.956.659 = R\$ 3.804.263 (MN) + R\$ 152.396 (ME), nota 19.1

(c) R\$ 692 (Cliente) + R\$ 155.791 (Contas a Receber) = R\$ 156.483, nota 14.1.1

(d) Nota 14.1.4 / (e) Nota 14.1.3 / (f) (R\$ 248.087) = R\$ 240.078 (circulante) + R\$ 8.009 (não circulante), nota 8

(g) Saldo de atualização monetária remanescente de (R\$ 38.530), nota 26.

(h) Trata-se de investimento ao custo da aquisição

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo		
Eletroacre	-	1.970	-	33	-	11	(428.420)	995	2.014		
Eletrobras	-	-	-	2.340	-	-	-	2.340	-		
Cgtee	-	70.080	(26.482)	56.300	-	-	(10)	132	100.020		
Chesf	-	-	(31.339)	719	-	-	-	276	(30.344)		
Eletrosul	-	-	(26.213)	42.787	-	-	-	(532)	15.542		
Eletronorte	-	2.082	-	6.445	-	-	-	(38)	8.489		
Ceron	-	75.438	-	1.870	-	1.614	-	-	91.922		
Cepisa	-	59.397	-	2.119	-	617	-	-	62.133		
Eletronuclear	-	-	-	5.950	191	16.424	-	(765)	21.800		
Amazonas	-	-	-	2.732	-	-	-	(486)	2.246		
Celg-D	-	183.274	-	26.346	-	20.480	-	(32.434)	197.666		
Total 31.12.2014		392.241		(84.034)	147.141	191	39.146	(428.430)	(32.852)	33.403	
Total 31.12.2013		(648.562)		225.242	(63.396)	150.786	24	50.358	(398.192)	(10.532)	(694.272)

Em atendimento à Resolução Aneel nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

36.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC	Participação societária permanente (a)	Obrigações estimadas	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo Líquido

<tbl_r cells="12" ix="



Energia que impulsiona o Brasil

Eletrobras
FurnasMinistério das
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação Societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo Líquido
Empresas de Geração										
Enerpeixe	-	-	56.539	-	2.220	255	-	-	-	59.014
Baguari	-	-	(850)	-	181	-	-	-	-	(669)
Retiro Baixo	-	-	(1.275)	-	-	-	111	-	-	(1.164)
Serra Facão Energia	-	-	(59.102)	-	-	80	-	-	-	(59.022)
Chapecoense	-	-	28.646	-	-	-	-	-	-	28.646
Foz do Chapecó	-	-	-	-	4.257	137	-	-	-	4.394
Madeira Energia	-	-	(861.144)	-	-	-	-	-	-	(861.144)
Santo Antônio Energia	-	-	(6.024)	-	40.602	3.481	-	-	268	44.351
Inambari	-	-	(1.495)	-	-	-	-	-	6.017	(7)
Brasventos Eolo	-	-	2.338	-	554	-	-	-	-	(941)
Brasventos Miassaba	-	-	908	-	649	-	-	-	-	2.987
Rei dos Ventos 3	-	-	(15.697)	-	570	-	-	-	-	1.478
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.697)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	-	-	-	5.759	-	-	2.093	7.852
Energia dos Ventos I	-	-	(39)	-	-	-	-	-	-	(39)
Energia dos Ventos II	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-	(30)
Energia dos Ventos III	-	-	(36)	-	-	-	-	-	-	(36)
Energia dos Ventos IV	-	-	(43)	-	-	-	-	-	-	(43)
Energia dos Ventos V	-	-	(6.722)	-	-	-	-	-	-	(6.722)
Energia dos Ventos VI	-	-	(9.159)	-	-	-	-	-	-	(9.159)
Energia dos Ventos VII	-	-	(9.160)	-	-	-	-	-	-	(9.160)
Energia dos Ventos VIII	-	-	(6.721)	-	-	-	-	-	-	(6.564)
Energia dos Ventos IX	-	-	(6.723)	-	-	-	-	-	-	(6.723)
Energia dos Ventos X	-	-	(34)	-	-	-	-	-	-	(34)
Central Eólica Famosa I	-	-	(6.425)	-	-	-	-	-	-	(6.425)
Central Eólica Pau Brasil	-	-	(4.292)	-	-	-	-	-	-	(4.292)
Central Eólica São Paulo	-	-	(4.803)	-	-	-	-	-	-	(4.803)
Central Eólica Rosada	-	-	(8.132)	-	-	-	-	-	-	(8.132)
Punaú I Eólica S.A.	-	-	(7.313)	-	-	-	-	-	-	(7.313)
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	(7.186)	-	-	-	-	-	-	(7.186)
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	(5.959)	-	-	-	-	-	-	(5.959)
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	(5.284)	-	-	-	-	-	-	(5.284)
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	(7.981)	-	-	-	-	-	-	(7.981)
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	(4.772)	-	-	-	-	-	-	(4.772)
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	(3.958)	-	-	-	-	-	-	(3.958)
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	(5.794)	-	-	-	-	-	-	(5.794)
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	(3.907)	-	-	-	-	-	-	(3.907)
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	(5.894)	-	-	-	-	-	-	(5.894)
São Caetano Eólica S.A.	-	-	(7.952)	-	-	-	-	-	-	(7.952)
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	(5.297)	-	-	-	-	-	-	(5.297)
São Galvão Eólica S.A.	-	-	(7.862)	-	-	-	-	-	-	(7.862)
Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de Santo Antonio SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São João SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	-	167	-	825	-	-	-	-	992
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	(299)	-	-	-	-	-	-	(299)
Empresa de Energia São Manuel S.A.	-	-	(594)	-	-	-	-	-	-	435
Subtotal de Geração			(1.000.365)		49.858	9.712	111		9.564	(931.120)
Empresas de Transmissão										
Transleste	-	-	5.040	(1.539)	-	-	-	-	-	3.501
Transudeste	-	-	3.294	(968)	-	148	1.034	-	159	3.667
Transrapé	-	-	2.864	(666)	-	-	-	-	-	2.198
Centroeste	-	-	4.089	(666)	-	900	-	-	431	4.754
Transenergia Renovável	-	-	24.316	(754)	-	-	-	-	8	23.570
IE Madeira	-	-	30.539	(17.946)	-	2.153	-	-	-	14.746
Transenergia São Paulo	-	-	43.977	(276)	-	890	-	-	509	45.100
Transenergia Goiás	-	-	(1.212)	-	-	-	-	-	-	(1.212)
MGE Transmissão	-	-	(9.222)	(477)	-	2.974	-	-	67	(6.658)
Goiás Transmissão	-	-	(493)	(1.911)	-	2.293	-	-	-	(111)
Caldas Novas Transmissão	-	-	3.084	(61)	-	720	-	-	149	3.892
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	830	-	-	724	-	-	38	1.592
Paranáiba Transmissora de Energia S.A.	-	-	2.297	-	-	849	-	-	-	3.146
Luziânia-Niquelândia Transmissora	-	-	4.594	(41)	-	115	-	-	188	4.856
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	-	645	-	-	226	-	-	7.950	8.821
Mata de Santa Genebra	-	-	(1.019)	-	-	-	-	-	894	(125)
Lago Azul Transmissora	-	-	(151)	-	-	-	-	-	12	(139)
Belo Monte Transmissora	-	-	(5)	-	-	-	-	-	424	419
Energia Olímpica S.A.	-	-	(213)	-	-	-	-	-	1	(212)
Subtotal de Transmissão			113.254	(25.305)		11.992	1.034		10.830	111.805
Total SPEs			(887.111)	(25.305)	49.858	21.704	1.145		20.394	(819.315)
FRG	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.795)	122.935
Total 31.12.2014			(887.111)	(25.305)	49.858	21.704	1.145	(20.795)	143.329	(717.175)
Total 31.12.2013			151.780	(9.528)	27.262	48.426	3.900	(41)	(19.678)	202.121

NOTA 37 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

37.1 Energia Elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio de cotas de energia das mesmas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de receitas anuais de geração (RAG) estabelecidas pela Anel.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

37.1.1 Compromiss



Energia que impulsiona o Brasil

b) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TAC - LT Itaberá-Tijucu Preto

Firmado em 15 de dezembro de 2000, pelo Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de São Paulo), Furnas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em face da implantação da LT Itaberá - Tijucu Preto III (Ação Civil Pública 1999.61.00.048465-6), em que Furnas se obriga a desenvolver Programas e Projetos Culturais e Sociais, Programas de Fauna, de Comunidades Indígenas, de Patrimônio Histórico e Arqueológico e outros relacionados com questões ambientais.

O prazo desse TAC se estende por 10 anos, sendo que cada ação tem um cronograma específico. Cada ação que não seja cumprida está sujeita a sanções sendo que o TAC estabelece multas de R\$ 25 a R\$ 100, dependendo do tempo de inadimplência.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo "poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos".

Listamos algumas ações e programas ora estabelecidos, com suas respectivas metas de prazos:

1.1. Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento, o TAC em seu Capítulo I diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

1.2. Programa de Fauna – em até 365 dias – concluído;

1.3. Programa PRAD – em até 10 anos (incluindo manutenção) – concluído;

1.4. Programa Campos Eletromagnéticos – em até 18 meses – concluído;

1.5. Programa das Comunidades Indígenas – em até 5 anos prorrogáveis por igual período – em andamento;

1.6. Programa do Patrimônio Histórico e Arqueológico – em até 360 dias – em andamento; e

1.7. Demais programas e obrigações (Projetos – PBA, Passivo Ambiental das LTs I e II, Estudos, Dano Moral Coletivo, entre outros) – prazos variáveis em até 30 dias – concluído.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenha sido efetivamente cumprido, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa de R\$ 25 a R\$ 100, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijucu Preto III.

c) Desmobilização da mão-de-obra terceirizada

No âmbito da Mandação de Segurança 27.066, em curso no Supremo Tribunal Federal, a empresa firmou dois acordos com a Federação Nacional dos Urbanitários e Ministério Público do Trabalho (MPT) para a substituição paulatina dos terceirizados até o final de 2018, respeitados direitos a eles assegurados na forma da lei e das recentes decisões dos Tribunais Superiores, com sua substituição por empregados concursados.

37.2.2 Políticas Ambientais

As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade são norteadas por cinco políticas: Ambiental; de Recursos Hídricos; de Recursos Florestais; de Educação Ambiental; e de Gestão de Resíduos.

Essas políticas foram desenvolvidas pelo corpo técnico e gestores da Empresa, além de representantes da sociedade.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal bem como seu cumprimento acerca desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Furnas, como uma das empresas do Sistema Eletrobras, também segue as diretrizes da política ambiental da holding, contribuindo para o desenvolvimento e revisões dessa política.

37.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs são como seguem:

SPEs/Ano	2015	2016	2017	2018
Famosa III	60.066	44.956	158.020	-
Serra do Mel	49.484	98.901	62.408	-
Acaráu	36.956	60.144	50.966	-
Itaguá da Bahia	103.530	162.794	77.579	-
Madeira Energia	142.740	-	-	-
Famosa	198.075	-	-	-
Energia dos Ventos (V a IX) Fortim	280.773	-	-	-
Teles Pires Participações	115.370	-	-	-
Punaú e Baleia	271.629	-	-	-
UHE São Manuel	117.150	73.000	14.000	45.000
MGE Transmissão	2.718	-	-	-
Luziânia Niquelândia	840	-	-	-
Transenergia Goiás	58.000	-	-	-
Triângulo Mineiro	28.758	-	-	-
Paranába	41.277	-	-	-
Vale do São Bartolomeu	39.986	2.543	-	-
IE Belo Monte	14.700	204.290	78.170	46.300
Lago Azul	3.412	1.050	-	-
Mata de Santa Genebra	20.700	263.300	-	-
Total	1.586.164	910.978	441.143	91.300

NOTA 38 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

38.1 Instrumentos Financeiros

A Empresa e suas investidas em conjunto operam com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Descriativo	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes (Nota 8)	1.303.763	1.430.927
Ativo financeiro – concessão de serviço público (Nota 9)	7.529.487	6.389.473
Empréstimos concedidos (Nota 14.3)	6.233	9.505
Mantidos até o vencimento		
Indenizações das concessões – Lei nº 12.783/2013 (Nota 13)	1.344.476	2.130.352
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	667.750	715.812
Total Ativos financeiros	10.851.709	10.676.069
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	8.927.660	7.946.444
Fornecedores e outras obrigações (Nota 18)	750.285	411.869
Total Passivos financeiros	9.677.945	8.358.313

38.2 Gestão de Riscos

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, foi deflagrada, em 2014, a chamada "Operação Lava-Jato", que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de divulgação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Empresa e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra a Empresa, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a "Operação Lava Jato". A despeito disso, a Empresa adotou algumas providências acutelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa na medida em que se relacionem com a Empresa e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema.

A Eletrobras em acréscimo às providências acima citadas encaminhou correspondências, em março de 2015, a autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da "Operação Lava Jato" que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Empresa não havia obtido resposta às suas indagações.

Com base nas informações disponíveis para a Empresa até o momento, a avaliação da Administração é que não há impactos relacionados a este assunto nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

38.2.1 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Descriutivo	31.12.2014	31.12.2013
Passivos		
Dólar norte-americano	(364.547)	(280.668)
YEN	(118.864)	(153.499)
Total	(483.411)	(434.167)

38.2.2 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas aos contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas CDI e IPCA.

Exposição à taxa de juro	31.12.2014	31.12.2013
Passivos		
Selic	(787.968)	(143.968)
TJLP	(1.090.295)	(1.177.052)
CDI	(3.474.500)	(3.035.150)
IPCA	(2.928.182)	(2.965.938)
Total	(8.280.945)	(7.322.108)

38.2.3 Risco de preço

Até 2004, os preços de realizamento pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de Furnas passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A RAG será composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela Aneel com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos

e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos S

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (Corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) (Em R\$ Mil)	Saldo Devedor em 31.12.2014 (Em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (Em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2017	Término da Garantia
							2015	2016	2017		
2010	UHE Baguari (**)	BNDES	Corporativa	100,00%	224.000	181.118	39.575	35.706	31.837	-	15/07/2026
2010	UHE Batalha	BNDES	Corporativa	100,00%	1.034.410	768.640	702.428	636.057	569.686	-	15/07/2026
2008	UHE Simplicio	BNDES	Corporativa	100,00%	750.000	757.342	758.055	758.055	758.055	-	31/10/2018
2012	DIVERSOS	BRASIL	Corporativa	100,00%	208.312	218.334	218.944	218.944	218.835	07/02/2018	
2013	Rolagema BASA 2008	BRASIL	Corporativa	100,00%	268.503	163.496	256.796	262.892	226.639	105.258	15/11/2023
2013	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativa	100,00%	400.000	424.689	426.664	426.442	425.998	-	06/12/2023
2014	Recomposição de caixa	BRASIL	Corporativa	100,00%							

(*) Não revisado

(**) Financiamento contraído diretamente por Furnas (equity), em cujo empreendimento Furnas possui participação indireta de 15%.

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (Corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) (Em US\$ Mil)	Saldo Devedor em 31.12.2014 (Em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (Em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2017	Término da Garantia
							2015	2016	2017		
2011	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	BID (a)	Contra garantia ao Tesouro Nacional consubstanciada no acesso à conta corrente centralizadora de Furnas	100,00%	128.660	330.853	331.391	310.679	289.967	10.893	15.12.2025

Premissas: Restante dos desembolsos no decorrer de 2015. Início das amortizações em dez 2015. Cotação do R\$/US\$ foi de R\$2,6562/US\$ (31/12/2014)

(*) Não revisado

39.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com interveniência da Eletrobras.

Ano	SPE do Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) (em R\$ Mil)	Saldo Devedor em 31.12.2014 (em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2016	Término da Garantia
						2015	2016	2017		
2013	Santo Antônio Energia S.A.	2ª emissão de Debêntures	39,0%	163.800	184.850	197.105	208.457	208.882	-	24.01.2023
2010	Santo Antônio Energia S.A.	BNDES repasse	39,0%	1.574.659	1.839.674	2.052.566	2.029.258	1.958.774	232.050	15.03.2034
2010	Santo Antônio Energia S.A.	BNDES	direto	1.594.159	1.776.992	1.987.107	1.963.073	1.895.856	232.050	15.03.2034
2009	Santo Antônio Energia S.A.	Banco da Amazônia S.A. - FNO	39,0%	196.334	246.440	243.841	234.471	224.304	-	15.12.2030
2013	Santo Antônio Energia S.A.	3ª emissão de Debêntures	39,0%	273.000	287.433	303.538	321.020	339.692	-	01.03.2024
2010	Foz do Iguaçu Energia S.A.	BNDES	40,0%	435.508	438.637	404.234	369.831	335.428	-	15.09.2027
2010	Foz do Iguaçu Energia S.A.	Repassadores	40,0%	217.734	221.980	204.570	187.160	169.749	-	15/09/2027
2010	Foz do Iguaçu Energia S.A.	Síncrono	40,0%	4.009	3.334	3.072	2.811	2.549	-	15/09/2027
2011	LT Furnas Pimental (Centro Oeste)	BNDES	49,073%	13.982	9.890	8.738	7.586	6.433	-	15/04/2023
2009	Serra da Facção Energia S.A.	BNDES	49.4737%	257.263	236.863	218.158	199.257	180.356	-	15/06/2027
2012	Interligação da Madeira S.A.	BNDES	24,5%	455.504	426.096	399.550	365.467	333.294	-	15/02/2030
2012	Interligação da Madeira S.A.	Banco da Amazônia S.A. - FNO	24,5%	65.415	72.714	75.897	77.397	74.933	-	10/07/2032
2013	Interligação da Madeira S.A.	CVM	24,5%	85.750	101.593	110.608	116.160	121.933	-	18/03/2025
2012	Goiás Transmissão S.A.	BANCO DO BRASIL - FCO	49,0%	49.000	49.385	49.385	48.398	48.398	-	01/12/2031

(*) Não revisado

(***) Saldo devedor computado em conjunto com o BNDES LP original.

Ano	SPE ou Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) (em R\$ Mil)	Saldo Devedor em 30.09.2014 (em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (Em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2016	Término da Garantia
						2015	2016	2017		
2011	Goiás Transmissão S.A.	BNDES	49,0%	48.020	46.202	42.531	38.859	35.187	-	15/01/2027
2014	Goiás Transmissão S.A.	Banco do Brasil CP	49,0%	15.288	15.998	-	-	-	-	06/03/2015
2011	MGE Transmissão S.A.	BNDES	49,0%	58.359	53.385	48.966	44.548	40.130	-	15/01/2027
2011	Transenergia São Paulo S.A.	BNDES LP	Original	18.963	24.797	22.809	20.799	18.788	-	15/08/2026
2014	Transenergia São Paulo S.A.	BNDES LP Suplementar	49,0%	7.332	(***)	(***)	(***)	(***)	1.127	15/12/2028
2010	Transenergia Renovável S.A.	BNDES LP	49,0%	78.302	68.144	62.422	56.699	50.976	-	15/12/2028
2011	UEEE Rei dos Vents 1	BNDES LP	24,5%	30.851	30.180	28.145	26.111	24.076	-	15/10/2029
2011	UEEE Massabá 3	BNDES LP	24,5%	30.984	30.383	28.335	26.287	24.238	-	15/10/2029
2012	UHE Teles Pires	BNDES/BB 217.007/93-4	24,5%							



Ministério de
Minas e Energia

